

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2025

NÚMERO 22.777 • 34 PÁGINAS

• R\$ 5,00

Poderes repudiam sanções a Moraes

As lideranças do Judiciário, do Executivo e do Legislativo do Brasil saíram em defesa, ontem, do ministro do STF Alexandre de Moraes, atingido por medidas dos EUA com base na Lei Magnitsky. Essa legislação institui restrições econômicas — as contas bancárias do suspeito podem ser alcançadas — e políticas para os sancionados, e foi utilizada contra ditadores, terroristas e acusados de violações aos direitos humanos. Moraes é acusado pelo presidente Donald Trump de provocar “caça às bruxas”. Em nota, o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, reafirmou a independência da Justiça. “O STF não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição”.



Evairio Sá/AFIP

PÁGINAS 2 E 3. NAS ENTRELINHAS, 4

Tarifaço atinge café e carne, mas alivia Embraer e suco de laranja

Jim Watson/AFP



Os EUA retiraram 694 produtos brasileiros da lista de exportações que terão sobretaxa de 50% para entrar no mercado norte-americano. A decisão foi publicada em decreto nesta quarta-feira — a medida, prevista inicialmente para amanhã, 1º de agosto, será aplicada no próximo dia 6 — e trouxe alívio para diversos segmentos econômicos do país. Minérios estratégicos, suco de laranja, combustíveis e componentes aeronáuticos — uma reivindicação da Embraer, uma das maiores construtoras de aeronaves do mundo — estão fora da taxa extra. Segundo a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), as isenções confirmadas ontem correspondem a US\$ 18,4 bilhões das exportações para os EUA em 2024, o que representa 43,4% do valor. No entanto, alguns produtos muito relevantes na realidade econômica do Brasil, como café, carne e algumas frutas, seguem taxados e receberão a alíquota maior anunciada pelo presidente Donald Trump (E). Representantes dessas áreas prometem intensificar as negociações nos próximos dias em busca de redução. Ontem à noite, em nota sobre as sanções a Alexandre de Moraes e sobre o tarifaço, o governo Lula (D) reafirmou a intenção de negociar o comércio bilateral com a Casa Branca, mas sem colocar a soberania nacional em discussão.

Sergio Lima/AFP



● **Senadores nos EUA alertam: nova crise pode surgir em 90 dias**

PÁGINA 7. CAPITAL S/A, 16

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Tragédia do fogo: comoção e investigação

A morte dos brigadistas Valmir de Souza e Silva e Manoel José de Souza Neto, ambos de 65 anos, está sendo investigada pela 30ª DP, de São Sebastião. Servidores do IBGE, eles foram cercados pelas chamas num incêndio na Reserva Ecológica do Instituto, no Tororó (BR-251, km 06), e não conseguiram escapar. Os dois serão sepultados hoje. Apuração preliminar da polícia indica que eles não usavam equipamentos adequados de proteção. Mesmo com experiência, Valmir e Manoel foram surpreendidos pela intensidade e força das labaredas, na terça-feira, o que alerta para esta época de seca, quando há grande incidência de fogo na mata. Ontem, equipes combateram focos na Floresta Nacional (foto). PÁGINA 13

Copom segura juros a 15%

Após sete reuniões com anúncio de aumento, o Banco Central manteve, por unanimidade, a Selic estável em 15% ao ano. Comitê reforça que o quadro econômico atual requer “particular cautela”.

PÁGINA 8

TCU condena ex-diretores do Postalis

Antônio Carlos Conquista e Ricardo Azevedo foram condenados por irregularidades que resultaram em prejuízos ao fundo de pensão.

PÁGINA 8

Direito & Justiça

Na proteção às mulheres

Em entrevista ao **Correio**, o corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ângelo Fabiano Farias da Costa, detalhou ações para combate à violência doméstica e familiar.

Data Venia

PGR pede suspensão de ações com informações do MP e do Coaf

Análise

Conheça a Lei Magnitsky, usada pelos EUA contra Alexandre de Moraes

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Autonomia — Ao **CB.Poder**, o presidente da ADPF, Luciano Leiro, falou sobre a relevância da autonomia financeira e administrativa da instituição para evitar interferências políticas. E destacou a importância de preservar o orçamento da Polícia Federal. PÁGINA 6

Terremoto

Sismo dispara alerta de tsunami

PÁGINA 9

61 socos

Cabral mantinha rotina de agressões

PÁGINA 6





PODER

Governo dos EUA enquadra ministro do STF em lei destinada a punir agressores dos direitos humanos e corruptos internacionais. Instituições do Estado brasileiro consideram agressão inaceitável e reafirmam que não se curvarão à pressão norte-americana

Trump ataca soberania com sanção a Moraes

» FABIO GRECCHI
» VICTOR CORREIA
» MAIARA MARINHO

A inclusão do ministro Alexandre de Moraes, pelo governo do presidente Donald Trump, na lista de pessoas sancionadas pela Lei Magnitsky (saiba o que é nos quadros à direita e quem já foi punido), foi entendida pelos Três Poderes da República como um ataque à soberania brasileira. Por meio de notas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), frisaram que a agressão ao magistrado é inaceitável. Mais: como as instituições brasileiras atuam de forma independente, sem que um Poder se imiscua no outro, é inconcebível que uma nação estrangeira tente fazer do Estado brasileiro uma entidade submissa a pressões e desígnios equivocados.

A nota do STF deixa claro que a Corte não cederá a nenhuma pressão no julgamento de Jair Bolsonaro e de outros réus na trama golpista, que tentou impedir a posse de Lula, em 2022. A observação faz referência ao fato de que, entre as justificativas do governo norte-americano para enquadrar Moraes na Lei Magnitsky, está uma suposta “caça às bruxas” contra o ex-presidente e seus seguidores, que tornaram-se réus.

O STF destaca que “o julgamento de crimes que implicam atentado grave à democracia brasileira é de exclusiva competência da Justiça do país, no exercício independente do seu papel constitucional”. Acrescenta que “encontra-se em curso, perante o Tribunal, ação penal em que o Procurador-Geral da República imputou a um conjunto de pessoas, inclusive a um ex-presidente da República, uma série de crimes, entre eles, o de golpe de Estado”.

Segundo a Corte, “todas as decisões tomadas pelo relator do processo foram confirmadas pelo colegiado competente [1ª Turma do STF, onde Bolsonaro e os golpistas estão sendo julgados]. O Supremo Tribunal Federal não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição e as leis do país, que asseguram a todos os envolvidos o devido processo legal e um julgamento justo”. E conclui frisando que “o Tribunal manifesta solidariedade ao ministro Alexandre de Moraes”.

À saída do STF, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, comentou a nota de apoio a Moraes e afirmou que a tomada de posição teve o cuidado de não aprofundar a crise com os EUA. “É uma nota tão sóbria quanto possível. A nossa preocupação não é escalar um conflito. Pelo contrário. Acho que o conflito faz mal para o país. Portanto, é uma nota que esclarece que o Supremo cumpriu seu papel dentro da Constituição e das leis, com o devido processo legal”, explicou.

Moraes não tem nenhuma conta bancária ou bem imóvel no território norte-americano, que poderiam ser alcançados pela Magnitsky. Além disso, ele está com o visto de entrada nos Estados Unidos vencido há dois anos. Mas, mesmo assim, em 19 de julho, o Departamento de Estado suspendeu a permissão dele e de mais sete integrantes da Corte de entrarem nos EUA.

A sanção ao ministro tem validade imediata, a partir da inclusão na lista da lei. As transações financeiras que Moraes corre risco

de ser impedido de fazer incluem as realizadas com instituições bancárias, operadoras de cartão, empresas de tecnologia e plataformas de redes sociais. Embora a Magnitsky não tenha validade jurídica no Brasil, instituições financeiras brasileiras com operações ou vínculos com bandeiras de cartão de crédito norte-americanas podem encerrar relações com Moraes para evitar penalidades secundárias.

Ao anunciar a sanção a Moraes, o secretário de Estado, Marco Rubio, em publicação no X (antigo Twitter) disse que tratava-se de uma advertência ao ministro. “Que este seja um aviso para aqueles que atropelam os direitos fundamentais de seus compatriotas — as togas judiciais não podem protegê-los”, salientou, em tom ameaçador. Já o secretário do Tesouro, Scott Bessent, foi mais além e disse que o magistrado era culpado por um processo de “censura” no Brasil. “Moraes responsável por uma campanha opressiva de censura, detenções arbitrárias que violam os direitos humanos e processos politizados — inclusive contra o ex-presidente Jair Bolsonaro”, observou.

Defesa

Lula saiu em defesa de Moraes: “O Brasil é um país soberano e democrático, que respeita os direitos humanos e a independência entre os Poderes. Um país que defende o multilateralismo e a convivência harmoniosa entre as Nações, o que tem garantido a força da nossa economia e a autonomia da nossa política externa. É inaceitável a interferência do governo norte-americano na Justiça brasileira. O governo brasileiro considera injustificável o uso de argumentos políticos para validar as medidas comerciais anunciadas pelo governo norte-americano contra as exportações brasileiras. O Brasil tem acumulado nas últimas décadas um significativo déficit comercial em bens e serviços com os Estados Unidos. A motivação política das medidas contra o Brasil atenta contra a soberania nacional e a própria relação histórica entre os dois países. O Brasil segue disposto a negociar aspectos comerciais da relação com os Estados Unidos, mas não abrirá mão dos instrumentos de defesa do país previstos em sua legislação”.

Antes da manifestação conjunta do STF, o único ministro a publicar apoio a Moraes foi Flávio Dino. “Minha solidariedade pessoal ao ministro Alexandre de Moraes. Ele está apenas fazendo o seu trabalho, de modo honesto e dedicado, conforme a Constituição do Brasil. E as suas decisões são julgadas e confirmadas pelo Colegiado competente (Plenário ou 1ª Turma do STF). Lembro a Bíblia — ‘Isaías 32: ... o homem nobre faz planos nobres, e graças aos seus feitos nobres permanece firme’”, escreveu, na conta que mantém no Instagram.

Em publicação no X, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), repudiou o uso da Magnitsky, apesar de não citar Moraes ou a lei. “A democracia brasileira é sustentada por Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — que devem atuar com independência e harmonia, como estabelece a Constituição. Como país soberano, não podemos apoiar nenhum tipo de sanção por parte de nações estrangeiras dirigida a membros de qualquer Poder constituído da República. Isso vale para todos os parlamentares, membros do Executivo e ministros dos Tribunais Superiores. Reafirmo que a Câmara dos Deputados

Leco Viana/Estadão Conteúdo



Moraes compareceu ao estádio do Corinthians para assistir ao jogo do seu time contra o Palmeiras, pela Copa do Brasil

Reprodução

Download the SDN List Sanctions List Search: Rules for use Visit The OFAC Website
Download the Consolidated Non-SDN List Process Code Key

Details:

Type:	Individual	List:	SDN
Last Name:	DE MORAES	Program:	GLONAG
First Name:	Alexandre	Nationality:	Brazil
Date of Birth:	05/11/1978	Citizenship:	
Place of Birth:	Sao Paulo, Brazil	Remarks:	

Identifications:

Type	ID#	Country	Issue Date	Expire Date
Passport	999999999	Brazil		
National ID No.		Brazil		
Gender:	Male			

Addresses:

Address	City	State/Province	Postal Code	Country
				Brazil

SDN List last updated on: 7/30/2025 12:03:22 PM
Non-SDN List last updated on: 6/30/2025 4:45:36 PM

Anotação da inclusão de Moraes no grupo de sancionados pela lei

Reprodução/Instagram



Secretary Marco Rubio
@SecRubio

@POTUS and @USTreasury have sanctioned Brazilian Supreme Court Justice Alexandre de Moraes under the Global Magnitsky sanctions program for serious human rights abuses. Let this be a warning to those who would trample on the fundamental rights of their countrymen—judicial robes cannot protect you.

Publicação de Marco Rubio em tom ameaçador contra o ministro

Alguns dos incluídos por Washington na Magnitsky

Primeiro Comando da Capital (PCC) — facção criminosa transnacional, criada nos presídios de São Paulo
Ciro Daniel Amorim Ferreira — acusado de chefiar um grupo supremacista branco no Brasil;
Horacio Cartes — o ex-presidente do Paraguai e suas empresas são acusados de corrupção e de atacar as instituições democráticas do país;
Emmerson Mnangagwa — presidente do Zimbábue, acusado de envolvimento com contrabando de ouro e diamantes;
Ly Yong Phat — empresário do Camboja acusado de abusos aos direitos humanos relacionados a trabalhadores traficados e submetidos a trabalho forçado;
Ramzan Kadyrov — chefe checheno acusado de abusos contra os direitos humanos;
Wan Kuok Koi — acusado de chefiar uma das maiores organizações criminosas chinesas do mundo, que está envolvida em tráfico de drogas, jogos de azar ilegais e extorsão;
Ángel Rondón Rijo —lobista dominicano, foi sancionado por envolvimento em corrupção. Era o operador financeiro da então construtora Odebrecht;
Min Aung Hlaing — comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, é acusado de perseguição à minoria Rohingya e a repressão violenta aos manifestantes pró-democracia;
Carrie Lam — ex-chefe do Executivo de Hong Kong, foi sancionada por restringir liberdades civis.

Até onde alcança a lei

» É uma legislação dos Estados Unidos que permite ao governo norte-americano impor sanções a indivíduos estrangeiros acusados de corrupção ou de graves violações de direitos humanos em qualquer parte do mundo. A lei foi criada em 2012 para punir autoridades russas envolvidas na morte do advogado Sergei Magnitsky, que investigou um grande esquema de corrupção. Ele foi preso, torturado e morto na prisão de Butyrka, em Moscou, após denunciar o caso e ficar 358 dias detido.

» Em 2016, o alcance da lei foi ampliado, transformando-a em uma ferramenta global. Desde então, a lei é usada como um instrumento de política externa pelos EUA para pressionar governos e autoridades ao redor do mundo.

» Entre as sanções da Magnitsky estão: 1) Congelamento de bens — Todos os ativos da pessoa nos EUA ou sob a jurisdição americana são bloqueados; Proibição de viagens — A pessoa é impedida de entrar no território norte-americano; e 3) Restrições financeiras e comerciais — Cidadãos e empresas americanas são proibidos de realizar transações financeiras ou comerciais com o sancionado. Isso pode incluir o uso de serviços bancários, plataformas digitais e até cartões de crédito de bandeiras norte-americanas.

será sempre espaço de diálogo e equilíbrio na defesa da institucionalidade e do Brasil, sobretudo em tempos desafiadores”, diz o texto. O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), não se manifestou.

Da parte do governo federal, as manifestações de apoio ao ministro foram de caráter pessoal, mas todos ressaltando a agressão à soberania brasileira por parte do governo Trump. O advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, divulgou nota afirmando que a aplicação da Magnitsky é “arbitrária e injustificável” e representa “um grave e inaceitável ataque à soberania do nosso país”. afirmou, ainda, que o governo adotará “todas as medidas adequadas” para salvaguardar a autonomia do Judiciário brasileiro.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, classificou o ato contra Moraes como “violento e arrogante”. Para ela, a medida seria resultado de um esforço da família Bolsonaro para descredibilizar instituições brasileiras. “Mais um capítulo da traição da família Bolsonaro ao país. Nenhuma nação pode se intrometer no Poder Judiciário de outra”, escreveu.

Moraes, por sua vez, não parecia muito preocupado por ter sido incluído na Magnitsky. Corintiano, o ministro compareceu à Neo Química Arena, ontem à noite, para assistir ao primeiro duelo contra o Palmeiras pelas oitavas de final da Copa do Brasil, o segundo torneio mais importante do país. (Colaborou Marcos Paulo Lima)

PODER

Deputado licenciado e apoiadores do ex-presidente exultam com a restrição imposta a Moraes pelo governo de Donald Trump

Filho 03 e bolsonaristas festejam

» VÍCTOR CORREIA
» MAIARA MARINHO

Aliados de Jair Bolsonaro comemoraram a inclusão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), entre os sancionados pela Lei Magnitsky. O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que tem se apresentado como o principal articulador do tarifaço de 50% — que prejudica as exportações brasileiras para os Estados Unidos — e dos ataques do governo de Donald Trump ao magistrado, exultou nas redes sociais. O filho 03 do ex-presidente disse ter a “sensação de missão cumprida”, agradeceu ao presidente norte-americano e aos parlamentares republicanos responsáveis pela medida.

“As sanções financeiras são duras — mas ainda leves diante do que Moraes impôs a milhares de brasileiros inocentes: o exílio, o silêncio forçado, a humilhação pública, a prisão sem julgamento, o confisco de bens, a destruição de reputações e famílias”, acusou o parlamentar licenciado, por meio de nota. Eduardo acrescentou que a Magnitsky é “apenas um aviso” e ameaçou novas medidas também contra autoridades brasileiras e parentes de Moraes.

“O custo de apoiar Alexandre de Moraes, seja por omissão, cumplicidade ou conveniência, será insuportável. Para os indivíduos e também para suas famílias. Chegou a hora da escolha: estar com Moraes, ou com o Brasil” afirmou. A nota também foi assinada pelo influenciador digital Paulo Figueiredo, citado por Trump na decisão que aplicou a Lei Magnitsky contra Moraes e que tem ajudado o filho 03 junto ao governo dos EUA nas agressões à soberania brasileira.

Também filho do ex-presidente, o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL) compartilhou o vídeo publicado pelo irmão. “A pergunta que precisa ser feita é

Instagram pessoal



Eduardo Bolsonaro publicou vídeo comemorando com a sanção a Moraes

simples: de que serve uma economia que se desenvolve às custas do silêncio forçado, da censura institucional e do medo generalizado?”, escreveu.

“Grande dia”

Parlamentares bolsonaristas juntaram-se à celebração da decisão contra Moraes e fizeram mais ataques ao ministro do STF. “Grande dia!”, escreveu o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ). Já o líder da oposição, Luciano Zucco (PL-RS), em vídeo, disse que “não há nada o que comemorar” na sanção aplicada a Moraes. “Isso é uma vergonha para o Brasil. É triste ver a que ponto chegamos, quando um governo estrangeiro precisa agir para

conter os excessos de um ministro do STF. Por que? Porque as instituições brasileiras deixaram de cumprir seu papel”, disse.

O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) aproveitou o anúncio da sanção pela Magnitsky para cobrar que Câmara e Senado votem o impeachment de Moraes. “Todo o mundo está vendo quem é Alexandre de Moraes. Já passou, e muito, da hora de o Congresso responsabilizá-lo por todos os abusos, ilegalidades e maldades cometidos”, pontuou.

Já Kim Kataguiri (União-SP) negou que a decisão afronte a soberania do Brasil e disse que Moraes agiu contra cidadãos e empresas americanas. “Não há nenhuma sanção dentro do território brasileiro em relação a empresas brasileiras ou sistemas de pagamento

Reprodução/X/Eduardo Bolsonaro



Ameaça? Deputado publica montagem de porta-aviões perto do Congresso como se estivesse pronto para atacar

brasileiros”, comentou.

Sobre a Magnitsky e o prejuízo a Moraes, o especialista em direito tributário Ivson Coêlho chamou a atenção para o fato de que “o Banco do Brasil, que tem atuação nos EUA, e operadoras de cartões com matriz americana, podem suspender contas, cartões ou serviços” do ministro. A especialista em direito internacional Hanna Gomes salientou que a inclusão de Moraes na lista acarreta “um grave dano à reputação, pessoal e profissional, perante outros países que reconheçam a legitimidade da Magnitsky”.

Gustavo Menon, coordenador do curso de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília, acredita que as ações do governo Trump são “um ataque à

democracia e à soberania brasileira” e são coordenadas em aliança com a família Bolsonaro. “O lobby direto de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos é uma demonstração clara disso. Há forte coordenação entre a família Bolsonaro e o Trumpismo, com ações nos campos diplomático, midiático e econômico para pressionar em favor da anistia de Jair Bolsonaro, tornando essa aliança um dos principais vetores da crise entre Brasil e Estados Unidos. Ao que tudo indica, Donald Trump continuará utilizando sanções como instrumento de pressão política enquanto o julgamento de Jair Bolsonaro, pelo suposto golpe, estiver em andamento no Brasil”.

Leia mais na página 7



As sanções financeiras são duras — mas ainda leves diante do que Moraes impôs a milhares de inocentes: o exílio, o silêncio forçado, a humilhação pública, a prisão sem julgamento”

Trecho da nota de Eduardo Bolsonaro



SUMMIT

IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios e soluções



Evento com Transmissão ao vivo

SAVE THE DATE
19 de agosto de 2025Centro de Convenções
Ulysses Guimarães

Em parceria com:

CORREIO BRAZILIENSE

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

PODER

Líder do PL pretende entregar ofício pessoalmente a Meloni. Enquanto isso, Angelo Bonelli, que informou onde a deputada condenada estava, sofre ameaças

Sóstenes pede que Itália conceda asilo a Zambelli

» DANANDRA ROCHA

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), viajou, ontem, para a Itália, com o objetivo de pedir à primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, asilo político para a deputada Carla Zambelli (PL-SP), que está presa desde terça-feira, em Roma. No ofício que pretende entregar pessoalmente a Meloni, o parlamentar argumenta que Zambelli é vítima de perseguição política pelo Supremo Tribunal Federal (STF), citando nominalmente o ministro Alexandre de Moraes.

Sóstenes também encaminhou ofício ao ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio, solicitando que negue o pedido de extradição da deputada feito pelo governo brasileiro. O deputado afirma que, no processo pelo qual foi condenada, a deputada não teve “direito ao contraditório” e que o Supremo não respeitou o devido processo legal. “No caso julgado pela Suprema Corte brasileira, a Deputada Zambelli não teve o direito ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal respeitados pelo Ministro Alexandre de Moraes, que julgou sua Ação Penal em dois anos e meio, o que evidencia o caráter inconstitucional da medida e a clara perseguição política por parte do referido Ministro”, argumenta o parlamentar, no documento.

Carla Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão por contratar o hacker Walter Delgatti Neto para invadir sistemas do CNJ e inserir, ilegalmente, um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes — com a assinatura forjada do próprio magistrado. Além disso, responde a outros processos, incluindo um por porte ilegal de arma, e chegou a ter seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo no início do ano, o que foi revertido mais tarde.

Amanhã, a deputada, que está presa no presídio feminino de Rebibbia, na capital italiana, passará por audiência de custódia pela Justiça italiana. Após interrogá-la, a Justiça decidirá se Zambelli permanecerá presa ou cumprirá como prisão domiciliar, com uso de tornozeleira. Ela permanecerá assim, enquanto seguir a análise do pedido de extradição, protocolado em junho pelo governo brasileiro. Existe ainda a possibilidade de a parlamentar retornar espontaneamente ao Brasil, o que ela já disse que não fará.

Cassação

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Paulo Azi (União-BR), espera que o julgamento da cassação da deputada foragida ocorra entre agosto e setembro. O prazo exato dependerá do relator do caso, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), segundo Azi.

Como relator, Garcia pode pedir

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Líder do partido de Zambelli na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), embarcou ontem para Roma



Eu cumpri meu dever de cidadão, ao contrário daqueles que, usando a cidadania italiana, se declararam intocáveis – como a própria Carla Zambelli”

Angelo Bonelli, deputado italiano

que sejam ouvidas testemunhas no caso. A defesa de Zambelli, que pediu o arquivamento da representação, indicou que, se a situação avançar, seria “imperiosa” a oitiva do hacker Walter Delgatti Neto, delator que acusou Zambelli de ter invadido o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Garcia tem até cinco sessões para apresentar o parecer, que dependem do número de sessões plenárias realizadas. A Câmara está em recesso e volta apenas na próxima semana.

A defesa também pede as oitivas do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-ministro da Defesa que se encontrou com Delgatti; de Michel Spiero, assistente técnico da defesa; do delegado Flávio Vиейtez Reis, responsável pelo inquérito, e do policial federal Felipe Monteiro de Andrade, que fundamentou as acusações a Zambelli. “A efetivação dessas oitivas não é apenas um direito da defesa; é uma condição para a legitimidade e a imparcialidade do processo conduzido por esta comissão”, diz Fábio Pagnozzi, advogado da deputada licenciada.

Na terça-feira, diante da prisão da parlamentar licenciada, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que a Casa está adotando as providências

possíveis sobre o mandato parlamentar, que tramita na CCJ. “Não cabe à Casa deliberar sobre a prisão — apenas sobre a perda de mandato”, disse.

O processo na CCJ foi aberto por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). Após a votação na CCJ, caberá ao plenário decidir se cassará Zambelli. São necessários 257 votos para isso.

Ameaças

O deputado italiano Angelo Bonelli, conhecido por sua atuação na agenda ambiental e pelos posicionamentos firmes contra governos de extrema direita, tornou-se alvo de uma série de ataques e ameaças em suas redes sociais, após sua contribuição para a prisão de Zambelli. Condenada pelo STF a 10 anos de prisão, ela foi capturada pela polícia italiana na última terça-feira, após informações fornecidas diretamente por Bonelli.

Desde então, o parlamentar da coligação Aliança Verdes e Esquerda (AVS) afirma estar recebendo retaliações — algumas delas, segundo ele, com teor violento e ameaçador. “Tenho recebido mensagens de ameaças pelas redes sociais, inclusive de morte”, declarou Bonelli em nota oficial divulgada

na tarde de ontem. Apesar disso, reforçou a convicção de que agiu dentro do que considera ser sua responsabilidade como cidadão.

“Eu cumpri meu dever de cidadão, ao contrário daqueles que, usando a cidadania italiana, se declararam intocáveis — como a própria Carla Zambelli”, escreveu. A declaração vem na esteira de uma forte movimentação nas redes sociais, onde perfis brasileiros — passaram a atacar o deputado, associando sua atuação à suposta perseguição política contra aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A própria Zambelli, embora presa após condenação do Supremo por crimes relacionados a fraudes digitais e uso indevido de dados públicos, é retratada por seus apoiadores como vítima de perseguição judicial.

Cronologia

Segundo detalhou Bonelli, o processo de localização de Zambelli teve início às 18h40 do horário local (13h40 em Brasília), quando ele recebeu informações sobre o paradeiro da parlamentar. Às 19h50 (14h50 em Brasília), o deputado repassou os dados às autoridades italianas. Cerca de uma hora depois, por volta das 21h (16h em Brasília), Zambelli foi localizada no endereço indicado e detida pela polícia italiana.

Apesar de o PL — partido de Zambelli e de Bolsonaro — ter divulgado nota de apoio à parlamentar e reiterado a versão da entrega voluntária, os detalhes operacionais divulgados por Bonelli reforçam que a iniciativa da prisão partiu das autoridades italianas. O episódio reacendeu tensões políticas entre apoiadores da extrema-direita brasileira e figuras ligadas à centro-esquerda europeia. **(Com agências de notícias)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Trump escala confronto com Moraes e mitiga tarifaço

A crise entre Brasil e Estados Unidos atingiu novo patamar político-institucional com a decisão do presidente Donald Trump de assinar uma Ordem Executiva que impõe sanções ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, por causa do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, e declara emergência nacional para justificar a imposição de tarifas adicionais ao Brasil, elevando esse total para 50%. A medida, porém, exclui dessa taxa produtos considerados indispensáveis para sua própria economia, como laranja, aço, minerais e combustíveis. Com isso, o impacto do tarifaço nas exportações será bem menor do que era esperado. Ponto para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve sangue frio para suportar as ameaças dos Estados Unidos e não caiu com o barulha da bala.

Sim, apesar da forte taxação do café e da carne, poderia ser pior, como tudo na vida. Entretanto, a crise diplomática entre os dois países não está encerrada. As medidas, que atingem especialmente o agronegócio brasileiro, não têm base econômica ou comercial plausível, mas uma motivação política explícita: pressionar o governo brasileiro e, em particular, retaliar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por sua atuação nos processos contra Jair Bolsonaro e seus aliados. Ou seja, é uma afronta à soberania brasileira e um desrespeito ao nosso Poder Judiciário.

A retórica da Casa Branca escancara a natureza extraterritorial e ideológica da medida. Trump acusa Moraes de ser um “juiz tirânico” que teria perseguido empresas norte-americanas, censurado críticos e violado direitos de cidadãos dos EUA, inclusive investigando figuras como Paulo Figueiredo por declarações feitas em solo americano. Com base nisso, determinou a revogação de vistos do ministro, de seus colegas no STF e de familiares, além de aplicar sanções financeiras, com base na chamada Lei Magnitsky, usada contra ditadores e violadores de direitos humanos.

Pela primeira vez, um presidente dos Estados Unidos ataca diretamente a independência do Judiciário brasileiro e condiciona relações comerciais a decisões judiciais favoráveis a seu aliado político. Essa atitude afronta os princípios mais elementares da soberania nacional. O presidente Lula, em entrevista ao New York Times, publicada ontem, reagiu: “Seriedade não exige subserviência. Trato todos com respeito, mas quero ser tratado com respeito”, disse ao esclarecer ao principal jornal norte-americano que a alegação de perseguição a Bolsonaro não procede e reiterar que o Judiciário brasileiro é independente.

Conversas

No campo diplomático, o governo brasileiro buscou intensamente desescalar a crise. Ontem, após o anúncio do tarifaço, o chanceler Mauro Vieira teve o seu primeiro encontro com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, em Washington. Vieira estava em Nova York e retardou sua volta ao Brasil para viabilizar o encontro, depois de intensas negociações de bastidor da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti e do Itamaraty. O chanceler deu o recado claro de que o presidente Lula quer tratar exclusivamente da questão tarifária e preservar a relação comercial, sem politizar essas divergências. Foi um esforço para reabrir canais técnicos e evitar que o Brasil seja arrastado para uma disputa ideológica sem saída.

Motivada por uma defesa política de Bolsonaro, ironicamente, a retaliação afeta diretamente os setores que mais o sustentam politicamente. A bancada ruralista, os exportadores e os aliados do ex-presidente colhem os frutos de uma diplomacia informal, feita por canais paralelos e marcada por atitudes provocativas de figuras como Eduardo Bolsonaro, que alimentaram o confronto direto com Moraes em solo americano. Essa atuação paralela é vista por diplomatas como combustível adicional para a crise, a pior em dois séculos de relações bilaterais.

Ao transformar uma disputa judicial interna em pretexto para medidas de guerra comercial e sanções políticas, Trump rompeu com todas as normas de convivência entre democracias. A instrumentalização de tarifas como chantagem para interferir em decisões de um Supremo Tribunal é um precedente perigoso que ameaça qualquer país que insista em manter instituições autônomas frente à pressão internacional.

O Supremo reagiu em nota divulgada após o decreto de Trump, na qual afirma que o julgamento de crimes que implicam atentado grave à democracia brasileira é de exclusiva competência da Justiça do país, no exercício independente do seu papel constitucional. Explica que “o Procurador-Geral da República imputou a um conjunto de pessoas, inclusive a um ex-presidente da República, uma série de crimes, entre eles, o de golpe de Estado”, e que no âmbito da investigação, “foram encontrados indícios graves da prática dos referidos crimes, inclusive de um plano que previa o assassinato de autoridades públicas”.

Todas as decisões tomadas pelo relator do processo foram confirmadas pelo colegiado competente, destaca a nota do STF, ao se solidarizar com Moraes. O Supremo afirma que “não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição e as leis do país, que asseguram a todos os envolvidos o devido processo legal e um julgamento justo”.

Na prática, o tarifaço de 50% não visa proteger a economia americana — cujos consumidores ainda são penalizados — mas, sim, criar um fato político internacional em ano eleitoral nos EUA. Ao lançar mão da retórica da “liberdade de expressão” e da “perseguição política”, Trump reforça sua base radical, nacionalista e antiglobalista, tentando repetir no plano externo o roteiro de vitimização que aplicou após o 6 de janeiro de 2021.

Bolsonaro: “Tem censura no Brasil?”

Proibido de se manifestar nas redes sociais, o ex-presidente Jair Bolsonaro evitou, ontem, expressar verbalmente o apoio à aliada, Carla Zambelli, presa no dia anterior, na Itália. Ainda cedo, pela manhã, ao chegar à sede do Partido Liberal (PL), em Brasília, foi abordado por jornalistas sobre a prisão.

Sem mencionar diretamente o nome da aliada, Bolsonaro respondeu com uma pergunta retórica: “Tem censura no Brasil ou não?”, disparou antes de entrar no prédio escoltado por seguranças.

A fala, embora breve, foi interpretada como uma tentativa de manter acesa a narrativa de perseguição política e “censura judicial” — discurso frequentemente utilizado por Bolsonaro e seus aliados quando confrontados com decisões do Judiciário. A omissão deliberada de qualquer menção direta à prisão de Zambelli aparenta

como estratégia de contenção: ao mesmo tempo que sinaliza apoio à base, o ex-presidente evita agravar sua própria situação legal.

Desde o dia 18 de julho, Bolsonaro está sob medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes. Ele é obrigado a usar tornozeleira eletrônica, tem recolhimento domiciliar noturno nos dias úteis e integral nos fins de semana e feriados, está proibido de usar redes sociais e de manter contato com outros investigados — incluindo Carla Zambelli.

Mesmo sob tais restrições, o ex-presidente tem feito aparições pontuais em eventos públicos, como a motociatra, na terça-feira, que reuniu milhares de motociclistas em Brasília, sempre cercado por aliados e com falas calculadas. Foi o que ocorreu ontem, ao se dirigir à sede do partido. **(DR)**

Danandra Rocha/CB/DA.Press



Bolsonaro falou discretamente à imprensa, ao chegar à sede do PL

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (interina) **COM EDUARDA ESPOSITO**
luana.patriolino@dadf.com.br

Morde e assopra

Há um certo alívio com a exclusão do papel celulose, do suco de laranja e dos aviões da Embraer da lista do tarifaço dos Estados Unidos entre os mais de 700 produtos preservados do tarifaço de Trump. Empresários paulistas comemoram, sobretudo em relação aos últimos dois itens. O recuo deve atenuar os danos inicialmente estimados pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de que haveria queda de até 2,7% no PIB e perda estimada de 120 mil empregos em decorrência da sobretaxação.

Interesse escuso

Ao assinar o tarifaço, Trump acusou o STF e o ministro Alexandre de Moraes de perseguirem Jair Bolsonaro. No entanto, especialistas acreditam que o pedido de anistia ao ex-presidente é um pretexto para atender aos interesses das big techs, insatisfeitas com a regulamentação das plataformas no Brasil.

Há quem diga...

... Que a única coisa que poderia preocupar Alexandre de Moraes, ontem, era o jogo do Corinthians contra o Palmeiras. Com o visto vencido há dois anos, o magistrado não sinaliza intenção de obter o documento, não tem bens nem investimentos nos Estados Unidos. O ministro é a primeira autoridade brasileira punida pela Lei Magnitsky — criada em 2016 para penalizar russos envolvidos em violações dos direitos humanos e corrupção.

Ansiosos para 2026

Em solenidade em Cidade de Goiás, nesta semana, o governador Ronaldo Caiado (União) vestiu uma faixa do governo do estado que se assemelhava à da Presidência da República. O gesto foi motivo de brincadeira de um dos homenageados: "Haverá sinais". O público presente riu e aplaudiu. Na ocasião, o vice-governador Daniel Vilela sinalizou que pretende concorrer ao cargo de Caiado em 2026, claro, com a bênção do incumbente.

Divulgação/Cidade de Goiás



Luz vermelha no horizonte de Lula

O que indicava a recuperação da popularidade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se uma preocupação para os aliados do petista. O dia de ações impostas ao Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, demonstrou o caráter político por trás do tarifaço às importações brasileiras.

Neste cenário, o Planalto elabora um plano de resposta que possa influenciar a opinião pública e os produtores impactados. Há dúvidas se a Lei da Reciprocidade é a melhor saída para a crise diplomática e comercial, pois poderia estar ainda mais polarização política. O decreto que impõe uma tarifa adicional de 40% sobre produtos, elevando o total para 50%, começa a valer em 6 de agosto — dois dias após a volta dos trabalhos do Congresso Nacional.



#Chateada

Presa em Roma, na Itália, a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) disse, em entrevista ao jornal *La Repubblica*, que esperava mais apoio da extrema-direita italiana. "Esperava algo mais. De Salvini (Matteo Salvini, vice-primeiro ministro e dirigente do partido Liga Norte), mas também de Giorgia Meloni (primeira-ministra da Itália), que é amiga de Trump. E Trump sabe o que está acontecendo no Brasil", disse.

Brasiliano

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSol-SP) protocolou, ontem, um pedido na Câmara dos Deputados para que o deputado italiano Angelo Bonelli seja reconhecido com o título de cidadão honorário da República Federativa do Brasil.

Grazie

Um dos primeiros a protestar contra a ida de Zambelli à Itália, Bonelli afirma ter repassado o endereço da deputada à polícia. Ele tem fortes ligações com o Brasil e com o governo Lula. É um defensor da Amazônia e postou fotos ao lado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de quem diz ser um admirador.

Satisfeitos, mas nem tanto

Um levantamento do Ranking dos Políticos mostra que a maioria dos parlamentares está "satisfeita" com as orientações partidárias em seus mandatos. No Senado, a aprovação está em 85,8%. Na Câmara dos Deputados, 75,4%. Porém, na mesma pesquisa, 29% manifestou incerteza ou intenção de mudança de sigla em breve.

Homenagem

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) será homenageada, na próxima quarta-feira, em sessão solene na Câmara dos Deputados pelos seus 20 anos de atuação. "Temos um futuro promissor e a atuação da agência será cada vez mais decisiva para impulsionar a inovação, promover a sustentabilidade e a competitividade do setor industrial do país", afirmou o presidente da entidade, Ricardo Capelli, à coluna.

VEM AÍ



O
**PRÊMIO
CORREIO BRAZILIENSE
CASACOR \ BRASÍLIA**
EDIÇÃO 2025

A mostra que celebra o melhor da arquitetura, do design de interiores e do paisagismo está de volta!

Em sua nova edição, a **CASACOR Brasília** abre as portas no dia **13 de agosto**, na **Casa do Candango**, com 51 ambientes assinados por 58 profissionais – nomes consagrados e novos talentos unidos pelo tema **"Semear Sonhos"**.

Em breve, você poderá votar e reconhecer os projetos que mais inspiram, emocionam e transformam.

Prepare-se para participar de uma escolha que valoriza o que há de mais criativo.

Realização: **CASACOR**
/ BRASÍLIA

**CORREIO
BRAZILIENSE**

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Rotina de agressões antes dos 61 socos

Mulher que teve o rosto desfigurado por namorado em Natal sofria constantes violações. Mas não denunciou à polícia

» CARLOS SILVA

A Polícia Civil do Rio Grande do Norte divulgou mais detalhes da brutal agressão contra uma mulher que levou 61 socos do namorado dentro do elevador. Segundo a investigação, o ex-jogador de basquete Igor Cabral espancou a companheira Juliana Garcia após uma discussão motivada pelo celular dela. O crime ocorreu no último sábado.

A delegada Victoria Lisboa, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam ZLOS), responsável pelo caso, informou que a motivação da violência está diretamente ligada ao comportamento possessivo do agressor, que já havia cometido outras formas de abuso psicológico contra a companheira.

“Eles estavam em um momento de confraternização com amigos, fazendo um churrasco, quando ele pediu para ver o celular dela. Ela mostrou, afirmou que não havia nada demais nas mensagens, mas ele ficou enciumado”, relatou a delegada. Furioso, o homem entrou no elevador para ir embora, momento em que ela o alcançou e pediu para conversar.

Em depoimento, a vítima contou que, nesse momento, Igor insistiu para que ela deixasse o elevador em que estavam, para que dialogassem. A mulher, temendo ser agredida em um espaço sem câmeras, permaneceu dentro do elevador — o que não impediu o ataque.

A vítima sofreu fraturas no rosto e precisou ser levada ao Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, onde recebeu atendimento médico. A Polícia Civil requisitou os prontuários para avaliar a extensão das lesões. “Ela estava muito machucada. Só o prontuário médico vai nos dar a real dimensão do que aconteceu”, explicou Lisboa.

Segundo a polícia, o histórico de abusos, embora nunca formalizado em boletins de ocorrência, fazia parte da rotina da vítima. Durante a investigação, Juliana Garcia preencheu o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, no qual revelou que havia sido empurrada em outras ocasiões e



O primeiro sinal de violência é suficiente para procurar uma delegacia, seja presencialmente ou de forma virtual. Não espere que a situação se agrave.”

Victoria Lisboa, titular da Deam em Natal

que sofria constantes violências psicológicas. “Ela contou que, em momentos de desespero, falava em se matar, e ele incentivava. Esse grau de violência emocional é gravíssimo”, afirmou a delegada.

A delegada Victoria Lisboa afirmou que Igor Cabral responderá por tentativa de feminicídio. Apesar dos episódios anteriores, a Juliana Garcia nunca havia procurado a polícia ou solicitado medidas protetivas. A Polícia Civil reforça o apelo para que vítimas de violência doméstica busquem ajuda o quanto antes. “O primeiro sinal de violência é suficiente para procurar uma delegacia, seja presencialmente ou de forma virtual. Não espere que a situação se agrave. A gente viu o que aconteceu neste caso, e poderia ter sido fatal”, alertou a delegada.

O inquérito sobre o caso ainda aguarda o laudo definitivo do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN) e o avanço das oitivas para ser concluído.

Crime em alta

O Brasil registrou, em 2024, o maior número da série histórica em casos de estupro e feminicídios. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025,

Divulgação



Victoria Lisboa: polícia aguarda o laudo definitivo da perícia para constatar a gravidade das lesões

Reprodução/Redes sociais



Câmera de segurança flagrou agressão contra Juliana Garcia no elevador. Igor foi jogador de basquete

divulgado recentemente, houve 87.545 casos de morte de mulheres (0,9% a mais que 2023) e 1.492 notificações de violência sexual. É um aumento de 0,7% em relação ao ano anterior.

O número de feminicídios é o maior registrado desde a criação da

tipificação do crime, em 2015. Segundo o anuário, 40,3% dos homicídios de mulheres no ano passado foram por essa razão. Desse total, 63,6% eram mulheres pretas. O estudo aponta que, apesar da violência contra o gênero vitimizar todas as mulheres, há mais chances

de mulheres negras serem vítimas de crimes de ódio do que mulheres brancas (35,7%), indígenas (0,6%) e amarelas (0,2%).

De acordo com o Anuário, 70,5% das vítimas eram da faixa etária de 18 a 44 anos de idade, sendo a maior parte de 35 a 39 anos.

Oruam vira réu no Rio

» IAGO MAC CORD*

O rapper Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, conhecido como Oruam, se tornou réu na Justiça do Rio de Janeiro por tentativa de homicídio qualificado. Segundo a acusação do Ministério Público, o artista atirou pedras de até 4,85 kg contra policiais civis e uma viatura descaracterizada da corporação. Além de Oruam, o amigo Willyam Matheus Vianna foi denunciado pelo mesmo crime.

Os relatos dos crimes constam em duas ações penais distintas, ajuizadas por duas promotorias. A 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Zona Sul e Barra da Tijuca ofereceu a denúncia referente à tentativa de homicídio.

Já a Promotoria de Justiça junto à 27ª Vara Criminal da Capital apresentou denúncia por outros crimes, incluindo lesão corporal, tentativa de lesão corporal, resistência com violência, desacato, ameaça e dano ao patrimônio público. Nesta segunda ação, além de Oruam e Willyam, foram denunciados Pablo de Moraes e Victor dos Santos.

Na noite de 21 de julho, agentes da Polícia Civil do Rio iam cumprir um mandado de busca e apreensão contra um adolescente de 17 anos, que estava abrigado na casa do artista. A investigação indicava que o menor era um dos maiores ladrões de veículos do estado e atuava como segurança do traficante Edgar Alves de Andrade, conhecido como “Doca”.

Segundo as denúncias do MPRJ, os jovens ameaçaram impedir ação policial com ofensas verbais, ameaças de morte e agressões físicas. Durante a confusão, Oruam e seus amigos arremessaram pedras contra os agentes e uma viatura descaracterizada.

CB.PODER

“Hoje vivemos uma enorme crise”

» CAETANO YAMAMOTO*

Para a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), a autonomia administrativa e financeira é o escudo para blindar a instituição de interferências políticas. “A melhor forma de garantir isso é termos autonomia, além de um mandato para diretor geral. É o passo necessário para que ele e a Polícia Federal sejam efetivamente blindados. Permitirá ao diretor-geral, por exemplo, nomear os próprios subordinados”, afirmou o presidente da instituição, delegado Luciano Leiro, em entrevista ao *CB.Poder*.

As jornalistas Samanta Sallum e Mariana Niederauer, o delegado citou os atrasos recorrentes em nomeação de cargos. Segundo ele, a nomeação de superintendentes pode levar meses. No governo de Jair Bolsonaro, lembrou, foi preciso esperar um ano inteiro para definir um diretor. Ele explica que a indicação de superintendentes do diretor geral é avaliada pelo

Ministério da Justiça ou pela Casa Civil da Presidência da República, dependendo da função. Essa lentidão atrapalha a continuidade do serviço. “Imagina uma empresa ficar durante quatro meses sem o seu presidente, sem diretores importantes”, exemplificou.

O dirigente destacou a importância de preservar o orçamento da Polícia Federal e de outros fundos como o Fundo Nacional de Aparelhamento da Polícia Federal (Funapol). Este último é mantido por recursos gerados pela própria PF, como passaportes, controle de armas e operações de combate à lavagem de dinheiro.

O contingenciamento, somado às restrições orçamentárias, comprometem a eficiência de grandes operações e pagamentos dos oficiais, relatou Luciano Leiro. “Recentemente os policiais de alguns estados ficaram dois meses sem receber a diária. Ou seja, o policial paga para fazer a sua missão. Obviamente, depois ele é ressarcido. Mas é isso: ele teve que tirar do seu próprio bolso. Por quê? Porque nós tivemos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Luciano Leiro: PEC da Segurança não traz qualquer benefício à PF

contingenciamento”, contou.

Segundo Leiro, a PEC da Segurança, da forma como está, não traz qualquer benefício para a Polícia Federal. “A criação de uma outra polícia que tem uma concorrência na atuação, por exemplo, na parte de rios, da fiscalização de rios, que a Polícia Federal também faz, nós vamos ter uma duplicidade de ação, o que pode gerar uma série de problemas”, disse.

Segundo o presidente da ADPF, faltou diálogo na elaboração da PEC da Segurança, que está no Congresso Nacional. “O que faltou, desde o início, foi conversar com as pessoas que trabalham com

a segurança pública. A PEC da Segurança foi feita por quem não atua na segurança pública, por quem não tem uma atuação nas forças policiais”, argumentou. Para o delegado da PF, a proposta precisa traduzir o pensamento de pessoas que atuam e entendem a vida de quem trabalha na segurança pública e não “quem está atrás de uma mesa, no ar condicionado”.

Reforma administrativa

A reforma administrativa é outro tema preocupante para o dirigente da APDF. “A reforma foi como se fosse ressuscitar aquela PEC



Recentemente os policiais de alguns estados ficaram dois meses sem receber a diária. Ou seja, o policial paga para fazer a sua missão. Obviamente, depois ele é ressarcido. Mas por quê? Porque nós tivemos contingenciamento”

Luciano Leiro, presidente da ADPF

antiga que tentou tirar vários direitos dos servidores”, alegou.

O delegado criticou a terceirização de carreiras típicas do Estado, medida considerada temerária e prejudicial à estabilidade necessária para a corporação. “A terceirização tem que ser vista com muito cuidado. Você tem, por exemplo, o administrativo: ele tem todo um procedimento para entrar, toda uma capacitação. Apesar de atuar na parte administrativa, ele tem acesso a investigações”, observou.

Luciano Leiro também abordou a ocupação de cargos dentro da Polícia Federal. Ele mencionou o baixo número de inscrições para o concurso da instituição. E ressaltou, além disso, o desligamento de servidores em cargos de alto escalão para empregos em outros setores

de segurança pública.

O dirigente da associação de delegados citou um estudo comparando todos os setores de segurança pública e do sistema de Justiça — delegados de Polícia Civil, integrantes do Judiciário, do Ministério Público, da Receita Federal, da AGU. O levantamento indicou, segundo Leiro, que a presença de policiais federais está cada vez mais baixa na ocupação de cargos. Isso se deveria à dificuldade da profissão e à baixa remuneração.

Por fim, o convidado do *CB.Poder* alertou para a baixa presença de mulheres na Polícia Federal. “Somente 15% dos delegados são mulheres”, afirmou.

* Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 31 de julho de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,95% São Paulo	132.129	24/julho 5,519	R\$ 1.518	R\$ 6,387	14,90%	14,91%	Fevereiro/2025 1,31
0,46% Nova York	133.989	25/julho 5,561					Março/2025 0,56
	25/7 28/7 29/7 30/7	28/julho 5,589					Abril/2025 0,43
		29/julho 5,569					Maió/2025 0,26
							junho/2025 0,24

GUERRA COMERCIAL

Tarifaço saiu menos ruim que o esperado

Em lista divulgada ontem, Estados Unidos poupam produtos exportados pelo Brasil, como aviões e suco de laranja, mas mantém taxa de 50% para outros itens considerados estratégicos, como alguns minerais, carnes, pescados, frutas e café

» RAPHAEL PATI

Flopou?

Tarifa de 50% a produtos brasileiros tem 694 exceções, de acordo com lista divulgada pela Casa Branca. Confira os principais:

Produtos agrícolas e alimentícios

- Castanhas do Brasil
- Polpa e suco de laranja

Minerais, Combustíveis e Derivados

- Minério de ferro
- Carvão
- Petróleo bruto
- Combustíveis, querosene e óleos lubrificantes

Materiais Diversos (Plásticos, Borracha, Madeira, Outros)

- Artigos de plástico
- Pneus para aeronaves
- Madeira tropical serrada
- Pasta química de madeira (celulose)
- Para-brisas de vidro de segurança laminado para veículos e aeronaves

Metais e Manufaturas de Metal

- Prata e ouro em barras
- Ferro
- Fios, cabos, cordas e artigos semelhantes de ferro ou aço (incluindo aço inoxidável)
- Artigos de arame de ferro ou aço
- Fios e cabos de cobre
- Resíduos e sucata de estanho
- Titânio trabalhado

Máquinas e Equipamentos (Não Elétricos)

- Motores de pistão de combustão interna para aeronaves
- Turbinas a gás para aeronaves
- Ventiladores e exaustores
- Ar condicionado, refrigeradores, congeladores e bombas de calor
- Máquinas e aparelhos para filtrar ou purificar líquidos ou gases
- Extintores de incêndio

Fonte: Governo dos Estados Unidos da América (A Casa Branca)

Equipamentos Elétricos e Eletrônicos

- Motores e geradores elétricos (DC, AC, fotovoltaicos, para partida de motores)
- Transformadores elétricos e conversores estáticos (retificadores)
- Baterias de acumuladores (chumbo-ácido, níquel-cádmio, íon-lítio)
- Smartphones e outros telefones celulares
- Microfones e alto-falantes
- Fones de ouvido e amplificadores de áudio
- Aparelhos de gravação e reprodução de som e vídeo
- Monitores e projetores para máquinas de processamento de dados
- Antenas e refletores de antena (para TV, radar, rádio)

Instrumentos e Aparelhos de Precisão (Incluindo Aeronáuticos)

- Bússolas (ópticas, giroscópicas, elétricas)
- Instrumentos e aparelhos para navegação aeronáutica ou espacial
- Dispositivos de respiração subaquática e máscaras de gás

Aeronaves Completas e Artigos Retornados/Montados no Exterior

- Aeronaves (balões, dirigíveis, planadores, asas-delta, helicópteros, aviões)
- Treinadores de voo em solo
- Aeronaves não tripuladas (drones, para passageiros ou não, controladas remotamente ou não, de diferentes pesos)
- Partes de aeronaves (hélices, rotores, trens de aterragem, assentos, outras partes)



Novas ameaças se avizinham

Congressistas norte-americanos sinalizaram a senadores brasileiros que o Brasil precisa rever suas relações com outro país do Brics, que tem causado sérios problemas para a diplomacia norte-americana: a Rússia. O risco é de que o país seja, novamente, sancionado, desta vez por meio de uma lei que está em negociações pelo Congresso dos EUA, mas que deve avançar no próximo mês, já que tem o apoio de parlamentares tanto do Partido Republicano, de Trump, quanto do Democrata.

“Há outra crise pior que pode nos atingir em 90 dias”, disse, ontem, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), ao destacar que o texto discutido no Congresso norte-americano prevê punições automáticas e legais. “Será uma lei americana. Os dois partidos deixaram claro que aprovarão essa lei.”

A preocupação principal está voltada para a compra, pelo Brasil, de fertilizantes e derivados de petróleo russo, insumos importantes para o agronegócio e para o setor energético. Segundo a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, a insatisfação dos americanos foi manifestada abertamente nas reuniões. “Esse assunto é sensível. Eles acreditam que, ao comprar da Rússia, o Brasil dá munição para o país continuar com a guerra (contra a Ucrânia)”, relatou.

A movimentação no Congresso norte-americano faz parte de um esforço para sufocar economicamente a Rússia, que ignorou as tentativas dos Estados Unidos por um cessar-fogo duradouro na Ucrânia — embora Donald Trump tenha prometido, em sua campanha, acabar com a guerra em um dia se eleito. O país também ignorou as propostas de paz feitas pelos países europeus.

Em 15 de julho, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, já havia dito que países como o Brasil, China e Índia (todos integrantes do Brics) podem ser tarifados em 100% por comprar petróleo da Rússia (que também integra o Brics). A declaração se deu depois de uma reunião com congressistas estadunidenses.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o Brasil compra fertilizantes por necessidade, não por escolha política. “Não está sobrando fertilizante por aí. Também, quem compra combustível não é o governo brasileiro, são empresas privadas que importam para revender internamente”, disse. O Brasil atualmente importa mais de 80% dos fertilizantes que utiliza, a maior parte da Rússia. De janeiro a novembro de 2024, o Brasil comprou US\$ 3,4 bilhões (cerca de R\$ 20 bilhões) em insumos, segundo dados da plataforma Comtrade, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do governo brasileiro.

As declarações foram dadas em entrevista, ao final da missão de oito senadores aos EUA, para negociar a tarifa de 50% imposta por Trump sobre produtos brasileiros. Tereza Cristina reforçou que essa questão deve constar do relatório final da missão.

A tarifa de 50% sobre produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos foi confirmada ontem, por meio de um decreto executivo assinado pelo presidente Donald Trump. A medida é fundamentada na declaração de uma “emergência nacional” contra ações do governo brasileiro, que, segundo Trump, representam ameaças à segurança, à economia e à política externa dos EUA. A implementação das tarifas, que estava prevista para o próximo dia 1º, foi adiada pelo governo norte-americano, com a publicação da ordem executiva, e deve entrar em vigor a partir do dia 6 de agosto.

Apesar de atingir diretamente setores como agronegócio, mineração e indústria de base, o documento publicado ontem exclui, por exemplo, itens estratégicos como metais de silício, polpa de madeira, minérios, laranja, combustíveis, componentes aeronáuticos e derivados energéticos. Ao todo, a lista retira 694 produtos da tarifa de 50% que será cobrada a partir da semana que vem.

De acordo com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), os produtos isentos corresponderam a US\$ 18,4 bilhões das exportações brasileiras para os Estados Unidos no ano passado, o que representa 43,4% do valor total de itens vendidos aos EUA durante o período. “Embora essas exceções atenuem parcialmente os efeitos da tarifa de 50% anunciada, a Amcham reforça que ainda há um impacto expressivo sobre setores estratégicos da economia brasileira”, destaca a entidade.

Apesar da quantidade significativa de exceções, alguns produtos estratégicos para o comércio entre os dois países ficaram de fora da lista, a exemplo do café, que historicamente é a principal exportação brasileira para os norte-americanos no setor agropecuário. Em 2024, 16,7% de todo café vendido para o exterior teve os EUA como destino final, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Em nota, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) informou que seguirá em negociações com representantes do setor norte-americano, como a National Coffee Association (NCA), com o objetivo de incluir o produto na lista de exceções elaborada pelo governo dos EUA. “Diante da relevância do café aos consumidores e à economia norte-americana, entendemos que se faz necessária a revisão da decisão de taxar os cafés do Brasil — ato que implicará elevação desmedida de preços e inflação, uma vez que esses tributos serão repassados à população americana no ato da compra”, comunicou.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) também manifestou que acompanha com atenção os desdobramentos do anúncio de Trump. De acordo com o setor, se somada à alíquota atual de 26,4%, a carga tributária total ultrapassaria 76%, o que poderia comprometer a viabilidade econômica das exportações ao mercado norte-americano, que, segundo a Abiec, importou 229 mil

toneladas da carne brasileira no ano passado.

“A ABIEC seguirá atuando de forma propositiva, em parceria com o setor público e os importadores, para preservar a competitividade da carne bovina brasileira, assegurar previsibilidade aos exportadores e contribuir com o equilíbrio do comércio internacional e da segurança alimentar global”, frisou.

Já a Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipesc) afirmou que acompanha com “grande preocupação” a confirmação da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. O setor também foi atingido com a medida e destacou que mais de um milhão de pescadores profissionais serão diretamente afetados. “A interrupção do escoamento da produção nacional comprometerá a subsistência de uma ampla rede de trabalhadores e comunidades, provocando consequências drásticas para a segurança econômica do país”, comentou.

O decreto assinado ontem estabelece ainda, que, em caso de retaliação do governo brasileiro, as tarifas poderão ser ampliadas. Por outro lado, Trump também admite a possibilidade de reverter a medida caso o Brasil se alinhe novamente aos “valores democráticos, de livre mercado e de proteção aos

direitos humanos”, diz o documento da Casa Branca.

A execução da nova política será coordenada por diversos órgãos dos EUA, incluindo o Departamento de Estado, o Tesouro, o Departamento de Comércio e a Alfândega e Proteção de Fronteiras. Um sistema de monitoramento será criado para acompanhar os desdobramentos no Brasil, e relatórios periódicos serão enviados ao Congresso norte-americano.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ao ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, uma relação de oito medidas prioritárias com diversas propostas do setor para atenuar o impacto da tarifa. A proposta envolve áreas, como crédito, tributação, emprego e comércio exterior. Em nota, a entidade afirma que embora a decisão dos EUA cause grande preocupação, é importante descartar a possibilidade de retaliação, e reforça que “o país deve se manter unido e ampliar os canais de diálogo e de negociação com os Estados Unidos.

“Não há justificativa técnica ou econômica para o aumento das tarifas, mas acreditamos que não é hora de retaliar. Seguimos defendendo a negociação como forma de convencer o governo americano que essa medida é uma relação

de perde-perde para os dois países, não apenas para o Brasil”, afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Motivação política

O documento, publicado no site oficial da Casa Branca, alega que autoridades brasileiras estão promovendo práticas que violam direitos humanos, censuram cidadãos norte-americanos e interferem nas atividades de empresas dos Estados Unidos. O presidente dos EUA afirma que a decisão é amparada pela Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) e pela Lei de Emergências Nacionais (NEA), que conferem à presidência amplos poderes em tempos de crise internacional.

Entre as justificativas apresentadas, o decreto cita diretamente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Trump acusa o magistrado de abuso de autoridade ao autorizar prisões políticas, bloqueio de contas bancárias, apreensão de passaportes e censura de conteúdos e perfis de redes sociais pertencentes a cidadãos norte-americanos. Segundo o texto, Moraes teria atuado em coordenação com outras autoridades brasileiras para perseguir opositores e suprimir

críticas ao governo.

O decreto afirma que Jair Bolsonaro está sendo alvo de um processo judicial com motivação política, no qual é acusado injustamente de crimes relacionados ao segundo turno das eleições de 2022. Trump considera que o julgamento de Bolsonaro pelo STF compromete o Estado de Direito no Brasil e ameaça a realização de eleições livres e justas em 2026.

Ontem, após se reunir com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que ter enfatizado que “é inaceitável e descabida a ingerência na soberania nacional no que diz respeito a decisões do Poder Judiciário do Brasil”. Também foi tema da conversa, a ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, que Trump classifica como “caça às bruxas” e deseja ver encerrada. Vieira respondeu que a Justiça nacional é tão “independente” quanto a dos EUA e “não se curvará a pressões externas”. Ele disse ter afirmado a Rubio que o governo brasileiro se reserva o direito de responder às medidas de restrição americanas contra Moraes.

O encontro entre Vieira e Rubio não ocorreu na sede do Departamento de Estado, tampouco na embaixada brasileira. O local não foi informado.

POLÍTICA MONETÁRIA

Após sete reuniões de aumento dos juros, Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decide, por unanimidade, manter a taxa básica em 15% ao ano, e demonstra preocupação com questão tarifária dos EUA e os efeitos na inflação

Selic fica estável em 15%

» ROSANA HESSEL

O Banco Central decidiu, ontem, manter a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano, interrompendo o ciclo de aperto monetário iniciado em setembro de 2024, como esperado pelo consenso do mercado. A decisão foi unânime entre os diretores liderados pelo economista Gabriel Galípolo, presidente do BC, e cuja maioria — sete dos nove diretores — foi indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgado após a reunião, o colegiado reforçou que o quadro atual exige “particular cautela”. O BC demonstrou preocupação com os efeitos do tarifação dos Estados Unidos, que aumentou as incertezas do cenário atual, e, como as perspectivas de inflação seguem desancoradas, sinalizou que a taxa de juros permanecerá em patamares elevados por um período “bastante prolongado”.

“O ambiente externo está mais adverso e incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente acerca de suas políticas comercial e fiscal e de seus respectivos efeitos”, destacou a nota do Copom.

O Comitê informou que tem acompanhado, “com particular atenção”, os anúncios referentes à imposição pelos EUA de tarifas comerciais ao Brasil, “reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza”. O colegiado ainda sinalizou que pode começar a reduzir os juros nas próximas reuniões, se houver condições favoráveis. Ao mesmo tempo, contudo, enfatizou que “seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”, para que a inflação convirja para a meta. Além disso, reforçou que o cenário atual “marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária”.

O comunicado destacou que os riscos para a inflação, “tanto de alta quanto de baixa, seguem mais elevados do que o usual”. A projeção do Copom para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o primeiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, está em 3,4% no cenário de referência, acima do centro da meta, de 3%, com teto de 4,50%.

Analistas alertaram que, por conta da guerra tarifária, o comportamento do câmbio vai determinar mudanças nas expectativas de inflação daqui para frente. Segundo eles, se o dólar continuar em queda, é possível que o BC comece a reduzir os juros em dezembro, mas ainda não há certeza. E, em 2026, quando haverá novas eleições presidenciais, o ritmo de corte será gradual.

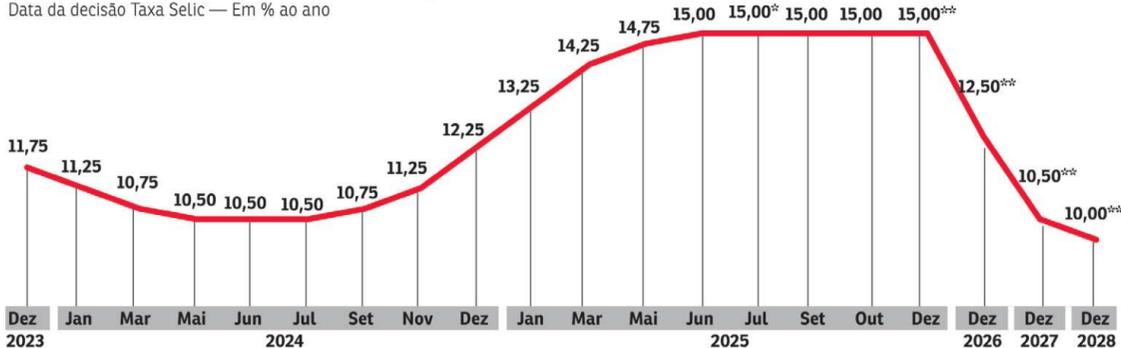
Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, destacou que o fato de o Copom ter citado a questão do aumento de tarifas sobre os

Pausa estratégica

Banco Central decide manter taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano após sete reuniões seguidas de aumento nos juros e ainda deixou a porta aberta para futuros cortes

Histórico da evolução dos juros desde o último aperto

Data da decisão Taxa Selic — Em % ao ano



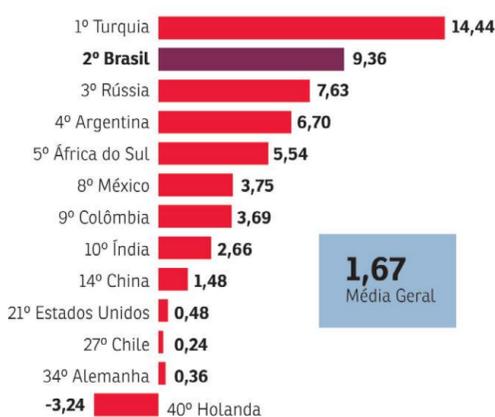
*Decisão do Copom

**Mediana das estimativas do mercado no boletim Focus, do Banco Central, em 25/07/2025

No topo

Brasil segue na vice-liderança da lista de 40 países com a maior taxa de juros reais (descontada a inflação) do planeta, atrás apenas da Turquia

Ranking País Juro real ex-ante* — Em % ao ano



*Considera a inflação projetada para os próximos 12 meses pelo boletim Focus, do Banco Central

Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence

produtos brasileiros pelos EUA, logo de partida no comunicado, foi “correto”, mas o quadro doméstico também é bastante crítico. “Há incertezas para todos os lados, aqui dentro com a questão fiscal, e lá fora, com essa questão do Trump e a guerra tarifária. Com isso, o cenário para o Banco Central é difícil, porque demanda esforço para manter a taxa de juros elevada por um período prolongado. E o BC sinaliza isso”, explicou.

Na avaliação de Vale, há uma chance “pequena” de queda na taxa Selic no fim deste ano, especialmente devido às incertezas sobre os efeitos da guerra tarifária e a proximidade das eleições, que tendem a deixar o cenário financeiro bastante volátil. “Os juros vão permanecer elevados durante bastante tempo para conseguir trazer essa inflação para a meta, que ainda não está no horizonte até 2027, pelo menos”, disse. “Ainda vamos ter que ver os desdobramentos pela frente dessa guerra tarifária. E, em 2026, ainda tem o cenário eleitoral de 2026, quando há poucas

chances de o BC conseguir reduzir muito a taxa Selic”, emendou.

O economista e consultor André Perfeito, avaliou que a escalada de ataques de Trump ao Brasil não devem parar no tarifação e na sanção financeira ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, anunciada ontem. Para ele, os exportadores brasileiros ainda vão sentir o impacto da queda do dólar. “As medidas de Trump serão um golpe duplo nos exportadores, porque, além da sobretaxa, que é inevitável, ainda haverá o impacto do câmbio”, alertou, lembrando que o que o republicano mais quer é reduzir o déficit de transações correntes dos EUA, que, em 2024, superou US\$ 1 trilhão.

Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco Bv, o comunicado do Copom trouxe poucas novidades. “A estratégia do BC continua a mesma, que é manter juros parados por um período suficientemente longo de tempo até que as expectativas de inflação convirjam”, disse. Padovani destacou que o BC



» Fed também mantém juros

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) decidiu, ontem, manter os juros básicos norte-americanos no intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. Um dos motivos da decisão, que não foi unânime como a do BC do Brasil, foi o fato de a inflação continuar “permanentemente elevada”. A decisão não foi unânime e teve dois diretores contrários ao posicionamento do presidente do Fed, Jerome Powell. É a primeira vez que isso ocorre desde 1993, lembrou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. Para ele, é provável que o Fed comece a reduzir os juros na próxima reunião, em setembro, apesar de os dados do Produto Interno Bruto (PIB) serem melhores do que o esperado. De abril a junho, o PIB norte-americano avançou 3% nos dados anualizados após recuar 0,5% nos primeiros três meses do ano. A próxima reunião do Fed, nos dias 16 e 17 de setembro, coincidem com a do Comitê de Política Monetária (Copom).

Ranking global

Com a manutenção da taxa Selic em 15% ao ano, o Brasil segue na vice-liderança do ranking mundial de juros reais (descontada a inflação) elaborado pela MoneYou, em parceria com a Led Intelligence, atrás apenas da Turquia, com juro real de 9,36% ao ano, atrás apenas da Turquia, com juro real de 14,44% anuais. Jason Viera, economista-chefe da MoneYou, também acredita que o BC deverá continuar cauteloso e começar a cortar a Selic no primeiro trimestre de 2026, porque a autoridade monetária seguirá vigilante sobre os riscos fiscais, que não diminuiram. “A vigilância do quadro fiscal continua, é destacada, e os riscos são mencionados como potenciais catalisadores de volatilidade”, disse.

Em um dia tumultuado em torno da lista de produtos que não devem ser impactados pela sobretaxa de 50% de Trump, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) demonstrou preocupação com a manutenção da Selic em 15% ao ano, maior patamar desde 2006. “O Brasil precisa de uma política monetária mais equilibrada, que considere os sinais de desaceleração e atue de forma responsável sem sufocar a economia real”, afirmou, em nota, o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

PREVIDÊNCIA

TCU condena ex-diretores do Postalís por irregularidades

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou, ontem, ex-diretores do Postalís Instituto de Previdência Complementar, fundo de pensão dos funcionários dos Correios, e o grupo BNY Mellon por irregularidades que resultaram em um prejuízo de R\$ 1 bilhão na instituição — em valores corrigidos pela inflação. Segundo a Corte, a gestão dos recursos ocorreu de forma deficiente e fora do que determina a regulamentação do mercado financeiro.

A administração dos ativos do fundo foi terceirizada ao BNY Mellon em 2010. A má gestão seria a responsável por acumular os altos prejuízos nos anos seguintes. O déficit do Postalís saltou de R\$ 1,34 bilhão em 2010 para R\$ 6,77 bilhões em 2015, fazendo com que a instituição

tivesse que implementar contribuições extras para os beneficiários. A irregularidade teria sido comprovada com base em metodologia da Teoria Moderna do Portfólio, que compara o desempenho real com o de uma “carteira ótima”.

“A irregularidade central que motivou a instauração deste processo foi a constatação de que a gestão do FIC Serengeti, terceirizada ao BNY Mellon DTVM, operou em descumprimento à política de investimentos do fundo, disposta no art. 9º de seu regulamento, que, em suma, exigia a busca por uma ‘boa relação risco/retorno’”, afirmou o relator do processo, ministro Bruno Dantas.

Foram multados os ex-diretores Antonio Carlos Conquista e Ricardo Azevedo e duas empresas do BNY Mellon. As penalidades aplicadas somam R\$ 307 milhões,

sendo R\$ 180 milhões para o grupo, R\$ 90 milhões para o primeiro citado e R\$ 37 milhões para o segundo. O relatório indica que esse rombo decorreu de uma gestão considerada arriscada.

Falhas

“O que os autos revelam, em última análise, não é um mero insucesso de investimento, mas a crônica de um prejuízo anunciado, fruto de uma falha sistêmica e inescusável de governança. A gestão temerária dos ativos, perpetrada por quem tinha o dever contratual de zelar por eles, floresceu em um ambiente de supervisão omissa por parte daqueles a quem os participantes do plano confiaram a guarda final de seus recursos. O que se viu foi que a terceirização, que deveria ser um instrumento para agregar

Marcos Oliveira/Agência Senado



Conforme relatório, má-gestão resultou em prejuízo de R\$ 1 bilhão no fundo dos funcionários dos Correios

especialização e segurança, converteu-se em um véu para diluir responsabilidades e permitir o descalabro”, apontou Dantas.

No julgamento, a Corte destacou o prejuízo para os beneficiários do Postalís devido à gestão temerária.

Segundo o relator, trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas foram obrigados a pagar contribuições adicionais para suprir o rombo bilionário. “A decisão que hoje proponho a este plenário transcende a mera recomposição financeira. Ela

reafirma, com a clareza que a matéria exige, que o dever fiduciário na administração de recursos previdenciários é indelegável e que a responsabilidade alcança todos os elos da cadeia de gestão que concorrem para o dano”, ressaltou Dantas.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista ao depoimento da turista brasileira Caroline Jabour, surpreendida com o alerta de tsunami no Havaí

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



9 • Correio Braziliense • Brasília, quinta-feira, 31 de julho de 2025

CATÁSTROFE NATURAL

Pânico revivido

Terremoto de magnitude 8.8 na escala Richter, na Rússia, leva mais de 10 países a ativarem alerta de tsunami e a removerem milhões de cidadãos de áreas costeiras. Brasileira relata drama enfrentado no Havaí. Especialistas explicam fenômeno

» RODRIGO CRAVEIRO

As lembranças daquele 26 de dezembro de 2004 resurgiram, 7.521 dias depois do tremor de magnitude 9.1 na escala Richter (raramente chega a 10) e do tsunami devastador, que mataram 227.898 pessoas e deixaram 1,7 milhão de desabrigadas na Indonésia, Tailândia, Índia e Sri Lanka. As 11h24 de ontem (20h25 de terça-feira em Brasília), um terremoto de magnitude 8.8 sacudiu o norte do Oceano Pacífico, a 126km da costa de Petropavlovsk-Kamchatka, capital da península russa de Kamchatka (nordeste).

Com profundidade considerada rasa (20,7km), o sismo provocou alertas de tsunami em mais de 10 países e forçou a retirada de milhares de cidadãos de áreas litorâneas de Estados Unidos, Rússia, Japão, Chile, Peru, Equador, Colômbia e México. Horas depois do terremoto, o vulcão Klyuchevskoi entrou em erupção. “É possível ver a lava incandescente fluindo pela encosta oeste. Há um brilho intenso acima do vulcão e explosões”, anunciou o Serviço Geofísico da Rússia.

As autoridades de Guatemala, Costa Rica, Panamá, México, Polinésia Francesa, Guam e outras ilhas do Pacífico pediram à população que evitasse atividades aquáticas. Ondas de tsunami podem viajar a 800km/h e atingir regiões litorâneas até um dia depois. O sismo de Kamchatka foi o sexto mais intenso desde 1960 e o mais forte da região nos últimos 73 anos. Até o fechamento desta edição não havia informações sobre mortos ou feridos. O Peru fechou 65 portos, e o Equador registrou ondas de 1,3m em regiões insulares. No arquipélago de Galápagos, a 1 mil quilômetros do continente, praias e docas foram esvaziadas, e os parques nacionais, fechados.

Um tsunami inundou o porto de Severo-Kurilsk, no arquipélago de Kuril, a cerca de 350km do epicentro do terremoto. Uma unidade de produção pesqueira ficou totalmente submersa. Alexander Ovslyannikov, prefeito do distrito de Kuril do Norte, confirmou que 2 mil pessoas foram retiradas às pressas da localidade, antes de ondas de quatro metros avançarem 400m terra adentro e atingirem um memorial da Segunda Guerra Mundial. Uma moradora de Kamchatka afirmou ao veículo estatal russo Zvezda que, por sorte, chegou a deixar uma mala com água e roupas perto da porta. “Rapidamente a pegamos e corremos. Foi assustador”, descreveu. O Japão emitiu uma ordem de evacuação para 2 milhões de moradores, e removeu os funcionários da usina nuclear de Fukushima, por precaução — em 11 de março de 2011, um tsunami de 15m de altura levou à perda de energia da central atômica e provocou um acidente nuclear.

Em entrevista ao Correio, Uri S. ten Brink, geofísico do Serviço Geológico dos EUA (USGS, pela sigla em inglês), explicou que o terremoto de ontem ocorreu em uma chamada zona de subdução. “Isso significa que uma placa tectônica passou por baixo de outra. Nesse caso, a Placa do Pacífico moveu-se sob a Placa Norte-Americana, que se estende até a parte mais oriental da Sibéria. Não foi um terremoto catastrófico por três razões: a área é pouco povoada; o Oceano Pacífico é completamente aberto a leste, enquanto a Índia e o Sri Lanka estavam a uma distância relativamente curta do epicentro do terremoto de Sumatra; e o tremor de ontem foi menor que o de 2004”, afirmou.

De acordo com Brink, a mesma região onde houve o terremoto de ontem registrou dois abalos

semelhantes: em 1923, de magnitude 8.4, e em 1952, de magnitude 9, além de vários sismos menores. “A atividade é parcialmente intensa porque a Placa do Pacífico subduz a uma alta taxa geológica — oito centímetros por ano, ou seis metros nos últimos 73 anos”, observou.

“Evento histórico”

Por sua vez, Rafael C. Abreu Paris — também geofísico do USGS, em Golden (Colorado) — classificou o terremoto de Kamchatka como um “evento histórico”. “Ele se compara ao terremoto de magnitude 8.8, no Chile, em 2010, como o sexto pior registrado. O impacto mínimo se dá principalmente ao fato de ter atingido uma área pouco habitada. Felizmente, a localização na região de Kamchatka significava que não havia centros densamente povoados que pudessem ser afetados por fortes tremores de terra e/ou tsunamis”, disse à reportagem.

Horas depois do tremor na Rússia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou o alerta de tsunami para o Havaí, o Alasca e a costa do Pacífico no país. “Permaneçam fortes e fiquem seguros!”, pediu, em publicação nas redes sociais. Moradora de Boston (Massachusetts), a empresária capixaba Caroline Jabour, 42 anos, passa férias no Havaí com o marido, Rony Jabour, e os filhos. “O dia amanheceu perfeito. Fomos à praia, em Honolulu, e, por volta das 14h, as crianças estavam na água, quando recebemos o primeiro aviso. Pensamos que o alerta seria cancelado logo, mas, infelizmente, não aconteceu. Depois do alarme, veio um segundo e, então, chamamos as crianças, evitando alarmá-las. No terceiro aviso, nós as tiramos da água e decidimos ir embora. Quando saímos, vimos que todo mundo fazia o mesmo. O pessoal da Guarda Costeira também começou a retirar os banhistas do mar”, contou Caroline ao Correio.

Foi nesse momento que Caroline e Rony perceberam a gravidade da situação. “Um percurso até o nosso hotel, no bairro de Waikiki, que costuma durar 20 minutos, levou duas horas e meia. Nós cogitamos ficar nas montanhas, mas o pessoal do hotel pediu que retornássemos ao hotel, pois estávamos no 12º andar e lá era mais seguro”, disse a brasileira. Ela descreveu o caos em Waikiki, com viaturas de polícia, bombeiros e helicópteros para ajudarem na retirada dos banhistas da praia. “Todos os restaurantes fecharam, e o barulho era absurdo, pois as sirenes não paravam de tocar nenhum minuto. Tomamos noção do que estava acontecendo. Depois de um banho rápido, preparamos comida e água para o caso de uma emergência. A cada hora, todas as sirenes tocavam e alto-falantes anunciavam que o tsunami poderia estar se aproximando. Os avisos eram feitos em vários idiomas”, acrescentou a brasileira. O drama durou a noite inteira e só terminou na manhã de ontem. “Cheguei a pensar que algo ruim pudesse ocorrer. Vimos o mar recuar e ficar diferente. Foi muito difícil essa experiência.”

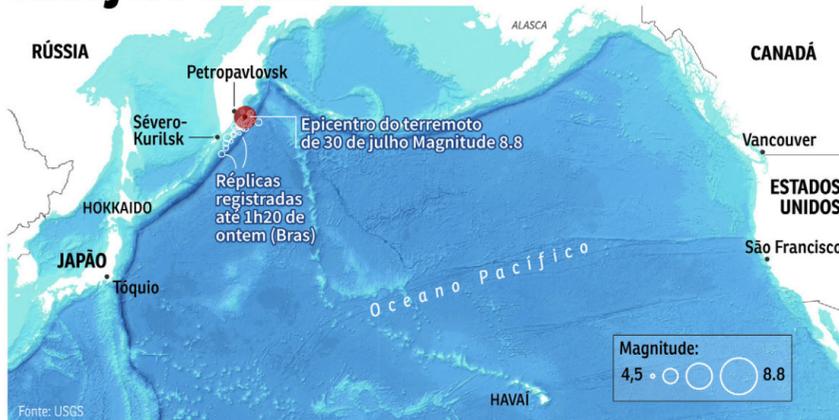
Morador de Iquique, no norte do Chile, o professor de educação física e surfista Francisco Javier Figueroa, 35 anos, contou ao Correio que o alerta contra tsunamis foi dado pelas autoridades às 11h de ontem (meio-dia em Brasília). “Toda a área costeira da comuna de Iquique foi esvaziada. Muitas pessoas tiveram que sair de suas casas e buscar áreas seguras. Os alarmes para evacuação foram dados três horas depois. As primeiras ondas chegaram à costa de Iquique às 14h55 (hora local). Não foram significativas. Houve um aumento no nível do mar de 17cm”, relatou.



Imagem feita por drone mostra tsunami atingindo a cidade de Severo-Kurilsk, na ilha de Paramushir, no arquipélago russo de Kuril

Onde foi o tremor

Alertas de tsunami foram ativados em várias zonas do Pacífico



Os dez piores sismos

- 1- Biobio (Chile, 1960) - Magnitude: 9.5
- 2- Alasca (EUA, 1964) - 9.2
- 3- Sumatra (Indonésia, 2004) - 9.1
- 4- Tohoku (Japão, 2011) - 9.1
- 5- Kamchatka (Rússia, 1952) - 9.0
- 6- Kamchatka (Rússia, ontem) - 8.8
- 7- Biobio (Chile, 2010) - 8.8
- 8- Esmeraldas (Equador, 1906) - 8.8
- 9- Alasca (EUA, 1965) - 8.7
- 10- Aranuchal Radesh (Índia, 1950) - 8.6



Moradores e turistas deixam Ala Way Harbor, em Waikiki, no Havaí



Policial peruano bloqueia estrada em Callao: “Alerta de tsunami”

O mangá das previsões

O nome do mangá é sugestivo: *O futuro que vi*, pela tradução literal. Publicada pela primeira vez em 1999, a obra da japonesa Ryo Tatsuki traz uma compilação de sonhos registrados pela autora desde 1985, alguns deles considerados proféticos para muitas pessoas. A própria Tatsuki rejeita a alcunha. Na capa do livro, ela publicou: “O desastre chegará em março de 2011”. Nas páginas internas, ela citou um sonho com um grande tsunami. Em 11 de março de 2011, o Japão foi atingido por um terremoto de magnitude 9.1 que matou quase 20 mil pessoas, provocou um tsunami e levou ao acidente nuclear na usina de Fukushima. A capa da última edição do mangá, datada de 2021, traz a frase: “O desastre verdadeiro chegará em julho de 2025”. Tatsuki escreveu que, em um de seus sonhos, o assoalho oceânico entre o Japão e as Filipinas rachou, deflagrando um imenso tsunami. Ela até mesmo determinou uma data: 5 de julho. Fãs da autora atribuem a ela as previsões das mortes da Princesa Diana e de Freddie Mercury, líder e vocalista da banda de rock britânica Queen, além da covid-19.



Eu acho...

Arquivo pessoal



“Em relação às características do terremoto, ele teve uma profundidade relativamente rasa de 20,7 quilômetros. O movimento da falha foi de empurrão reverso, predominantemente vertical, capaz de gerar tsunamis. O tremor de Kamchatka foi produzido por uma zona de ruptura com cerca de 390km x 140km de área. Antes do terremoto de magnitude 8.8 de Kamchatka, a região tinha experimentado uma atividade sísmica na semana anterior, que incluiu um evento de magnitude 7.4 e três de magnitude 6.7.”

Rafael C. Abreu Paris, geofísico do USGS

VISÃO DO CORREIO

Gaza faminta e distante da paz

Principal palco da guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, Gaza chegou ao nível mais alto de fome possível, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e especialistas em segurança alimentar. Passados quase dois anos do início do confronto, o cenário tende a entrar na lista dos piores desastres humanitários da história — a exemplo da combinação de guerra e seca que afetou metade dos habitantes do Sudão do Sul em 2017 e, 25 anos antes, matou 300 mil pessoas na Somália. Com uma diferença crucial: o enredo de agora tem no comando um estado democrático.

A apatia de aliados ocidentais, portanto, preocupa, e a cobrança por uma reação internacional é mais do que necessária. Nesta semana, parece ganhar força uma pressão para que Israel adote medidas que, de fato, amenizem a epidemia de fome em Gaza. Na terça-feira, o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, afirmou que, seguindo decisão da França, o Reino Unido reconhecerá o Estado palestino em setembro caso os palestinos sigam sob “sofrimento terrível”. No mesmo dia, documento divulgado pela ONU e assinado por vários países, entre eles o Brasil, defende que a solução de dois Estados é o “único caminho” para a paz.

Na véspera, dois respeitados grupos de direitos humanos israelenses — B’Tselem e Physicians for Human Rights — divulgaram relatórios distintos sustentando que há um genocídio em curso contra o povo palestino. Estima-se que um em cada três moradores da Faixa de Gaza está há dias sem comer e que o número de mortos ultrapassa 60 mil desde o início da guerra. As declarações inéditas vieram com a cobrança de que aliados ocidentais têm o dever legal e moral de impedir a matança no conclave.

Ao **Correio**, Shai Parnes, diretor de Divulgação Pública da B’Tselem, detalhou o modus operandi do crime humanitário. “Genocídio não é apenas um assassinato em massa de um grupo. Genocídio é a

destruição de um grupo, de forma que ele não mais possa funcionar enquanto grupo”, afirmou, exemplificando a destruição de escolas e hospitais. Não faltam imagens revelando que Gaza é terra arrasada. Mapeamento recente do Centro de Sistemas de Informação Geográfica da Universidade Hebraica indica que em torno de 70% das estruturas estão inabitáveis.

Israel, por sua vez, nega que palestinos estejam morrendo de fome na região. No domingo, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu afirmou que a acusação é “mentira descarada” — a despeito das imagens de crianças cadavéricas que se espalham pelas redes — e voltou a acusar o Hamas de dificultar a entrada de ajuda humanitária. Ainda que haja roubos e outros impedimentos por parte do grupo terrorista, não deve recair sobre os civis o ônus do confronto. É crime de guerra, inclusive, toda e qualquer violação aos direitos humanos.

Contrariando Netanyahu, Donald Trump reconheceu, nesta segunda-feira, que “há fome real” em Gaza. “Eu vejo isso, não dá para fabricar”, enfatizou, em uma declaração que aumentou a esperança por um desfecho civilizatório à crise. Há de se considerar, porém, a postura mais oscilante adotada pelo republicano desde que voltou à Casa Branca. Mês passado, por exemplo, ele criticou o que chamou de “caça às bruxas” ao premiê aliado, considerado, à época, “o maior guerreiro de Israel”.

Há quem diga que o morde e assopra recorrente é estratégia para que as forças de segurança sigam avançando. Outros avaliam que Netanyahu faz um jogo perigoso com Trump e coloca a relação histórica entre as potências em risco e, conseqüentemente, a empreitada em Gaza. A história, porém, não deixa dúvidas dos prejuízos a longo prazo em populações acometidas por desastres humanitários. Ainda que uma trégua seja de fato instalada no conclave, os sobreviventes estão longe da paz.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Lei Magnitsky 1

Qual foi o artigo dos direitos humanos que o ministro Alexandre de Moraes infringiu para ser enquadrado e punido na Lei Magnitsky, criada pelos Estados Unidos? Nunca ninguém viu ele debochar de brasileiros que estavam morrendo por falta de oxigênio durante a pandemia de covid-19; não postergou a compra de vacina; não qualificou de “mimimi” o sofrimento dos que estavam infectados pelo coronavírus; não chamou de maricas o que estavam doente; não defendeu indivíduos alinhados com o crime organizado; não defendeu a ditadura; nem debochou das vítimas da truculência militar. Na realidade, Moraes é alvo de negociatas entre líderes de baderneiros que desejam ser perdoados pelo vandalismo do 8 de janeiro de 2023. Esse seria o crime do magistrado que atua dentro das quatro linhas da Constituição brasileira. O Brasil não é um país submetido aos Estados Unidos. Sua soberania é negociável.

» Alfredo Gomes

Paranoá

Lei Magnitsky 2

Por que o Trump não aplicou a Lei Magnitsky contra Netanyahu, o recordista mundial em violações dos direitos humanos? Não tem fundamento o que Trump sugere para perdoar, o que corrompe a lei. O ministro Alexandre de Moraes não é acusado de corrupção e muito menos de violação dos direitos humanos. A acusação é falsa e sem fundamento jurídico. É uma tentativa de ingerência do Trump no Poder Judiciário brasileiro. Que vergonha, pois o ministro Alexandre de Moraes não julga sozinho. É um colegiado que tem as investigações da Polícia Federal, a análise e o parecer do Ministério Público Federal e o voto dos outros ministros do STF. Aqui é uma democracia, e o presidente da República não manda no Poder Judiciário. A Lei Magnitsky não vai mudar em nada o curso do julgamento da organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado e planejava assassinar o ministro e outras autoridades. A lei norte-americana não afeta em nada a vida do Alexandre de Moraes, que vai ter apoio maciço do Poder Judiciário brasileiro.

» Rodrigo Veronezi Garcia

Porto Alegre

Desesperados

Aqueles que desejavam permanecer no poder a qualquer custo, coisa de quem tem sangue de ditador nas veias, não conseguiram êxito e, hoje, estão no banco dos réus, convictos de que pagarão pelos crimes cometidos contra a nossa democracia. Estão desesperados. É bastante interessante vê-los gritando, para os quatro cantos do mundo, que são vítimas de perseguição política. Mentem. A nossa democracia é maravilhosa. Somos livres, escolhamos os nossos representantes por meio do voto e temos liberdade para tirar deles, em determinadas circunstâncias, o mandato. Muitos desses que estão abrindo a boca para falar asneiras e depreciar a imagem do Brasil lá fora fazem isso por estarem assombrados com o que está por vir. O mundo reduzido numa cela por um bom tempo. Como pode alguém, brasileiro, aplaudir o que Trump está fazendo com o Brasil? Devemos banir do cenário político brasileiro esses traidores da pátria. Esses derrotados inconformados. Ainda bem que podemos ver que tem muita gente saindo da hipnose.

» Jeovah Ferreira

Taquari

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Como o ofício de cangaceiro foi quase extinto, a saída dos bolsonaristas foi pedir apoio à Cosa Nostra Americana para torpedear o Judiciário brasileiro, tendo como alvo o ministro Alexandre de Moraes.

Paula Vicente — Lago Sul

Trump assina tarifaço de 50% para produtos brasileiros, e Lula conseguiu lascar o Brasil mais uma vez!

Thiago F. Santos — Brasília

Que vergonha para o ministro Alexandre de Moraes estar na lista dos mesmos juízes supremos da Venezuela.

Leandro Leão — Brasília

Mortos em combate a incêndio. Os super-heróis da vida real viram notícia apenas quando são vítimas de tragédias.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O Brasil não é moeda de troca para livrar de punição uma família, esta sim, que não respeita os direitos humanos e incita golpes contra a democracia.

José Paulo da Silva — Asa Sul

O Brasil que saiu do Mapa da Fome é o mesmo em que o pobre não consegue mais comprar um cartela de ovo!

Silvio Santana — Nora Alvorada do Sul (RS)

Eixo Monumental

Nesta semana, estava trafegando pelo Eixo Monumental e entrei no Conic para me dirigir à Via S2. Para minha surpresa, me deparei com uma cancela e uma máquina de tiquete. O acesso à S2 pelo Conic não existe mais. Agora, é um estacionamento pago. Não sou contrário à privatização de estacionamentos. Muito pelo contrário. Mas acho absurdo que, para isso, tenham cancelado uma via de acesso contígua ao estacionamento em pleno centro da cidade. Será que houve estudo de impacto viário satisfatório?

» Ricardo Santoro

Lago Sul



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbpress.com.br

Isto é genocídio

“Vocês, que vivem seguros em suas cáidas casas, vocês que, voltando à noite, encontram comida quente e rostos amigos, pensem bem se isto é um homem/que trabalha no meio do barro, que não conhece paz, que luta por um pedaço de pão, que morre por um sim ou por um não (...). Pensem que isso aconteceu: eu lhes mando essas palavras. Gravem-na em seus corações, estando em casa, andando na rua, ao deitar, ao levantar, repitam-nas a seus filhos.”

Cada vez que vejo as imagens de desesperadoras de Gaza, me lembro desse poema.

O menino de 6 anos — idade do meu sobrinho — “vestido” com um saco de lixo, olha para o alto, e nele se vê uma desesperança impossível na infância. O irmão, de 4, no colo da mãe, como um bebê. Contam-se todas as vértebras; a cabeça pende, sem força. É isto uma criança?

Dezenas de corpos magros, sujos, empilhados. Lutavam por um pedaço de pão, um punhado de batatas, um presunto enlatado. Morreram de barriga vazia, abatidos pelas balas do Exército israelense. Um deles leva na mão uma vasilha oca. É isto um homem?

Uma menina imunda pisa com a sandália cor de rosa sobre ruínas — pedaços de casas, hospitais, escolas, que geraram ao menos 39 toneladas de entulhos entre

outubro de 2023 e dezembro de 2024. É isto uma cidade?

Parece um trapo, mas é uma pessoa sentada no chão de um hospital bombardeado. O rosto coberto de poeira, ela ampara duas crianças, que sangram. É isto uma mulher?

Um homem robusto, vestido impecavelmente de terno e gravata, cabelo penteado para o lado. Sentado, em segurança, na cadeira de primeiro-ministro. “Não há política de fome em Gaza, e não há fome em Gaza”, ele diz. É isto um ser humano?

É isto um homem? É um poema escrito pelo químico italiano Primo Levi, publicado no livro homônimo de 1947. Judeu, testemunhou o horror do campo de concentração de Auschwitz e se dedicou a denunciar ao mundo o genocídio de seu povo.

Primo Levi morreu em 1987, ao cair do terceiro andar do prédio onde morava. Tinha 67 anos. Embora a circunstância da morte jamais tenha sido esclarecida, muitos acreditam em suicídio. Sobreviveu ao extermínio, mas não à memória do genocídio.

Enquanto esteve vivo, contou, recontou e pediu que narrássemos aos nossos filhos, e estes, aos filhos deles, a desumanização imposta a um povo.

Tinha a esperança de que algo tão medonho jamais se repetisse.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

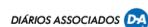
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimedialmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uuudapress.com.br

Os desafios do Brasil no novo protecionismo global



» CAROL MONTEIRO
Advogada especializada em comércio internacional e direito aduaneiro

especialmente os pequenos e médios, com mais dificuldades de adaptação. Um exemplo marcante é o setor de pescados, cujo principal destino são os Estados Unidos, responsáveis por 70% dos embarques e uma média anual de US\$ 240 milhões. Esse segmento será diretamente afetado pela tarifa. As exportações à União Europeia foram suspensas em 2018 pelo próprio Ministério da Agricultura, devido à não adesão às normas na cadeia primária da pesca.

Em um momento em que se torna essencial diversificar mercados, a União Europeia (UE) e o Reino Unido surgem como alternativas para reorientar o fluxo afetado. É preciso investir não somente na diplomacia comercial, mas também na superação dos entraves regulatórios. Torna-se essencial adotar medidas voltadas ao controle higiênico-sanitário da cadeia produtiva nacional, conforme as exigências europeias.

Outro fator de atenção é a nova legislação antidesmatamento da UE, em vigor a partir de dezembro de 2025. Produtos como carne, soja, café e madeira só poderão acessar o mercado europeu com rastreabilidade que comprove que não vêm de áreas desmatadas após 2020. Isso representa um custo significativo e amplia a assimetria regulatória entre países exportadores. Muitos produtores ainda não têm estrutura para atender a esses critérios, acentuando desigualdades entre nações em desenvolvimento e economias centrais.

As barreiras não tarifárias tornaram-se o novo campo de batalha do comércio internacional. Exigências de licenças de importação, protocolos fitossanitários, regras de rotulagem e certificações ambientais criam um ambiente complexo. O resultado é que produtos nacionais, que cumprem normas mais rígidas, perdem espaço para

concorrentes menos comprometidos com boas práticas. Esse ambiente gera um paradoxo: exige-se mais dos exportadores em nome da sustentabilidade, mas nem sempre os países compradores reconhecem ou apoiam os esforços de adequação.

Sem um Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) funcionando plenamente, os países adotam soluções unilaterais, e o comércio deixa de ser regido por regras previsíveis. Diante disso, o Brasil precisa de estratégias mais assertivas. A recente Lei da Reciprocidade Econômica é um passo nessa direção, ao autorizar o país a reagir a práticas abusivas, inclusive com contramedidas, especialmente em casos motivados por critérios ambientais desproporcionais.

Para o setor privado, a resposta precisa ser estratégica. Monitorar os marcos regulatórios internacionais deixou de ser um diferencial e tornou-se essencial para empresas que queiram competir globalmente. Isso exige investimento em rastreabilidade, certificações reconhecidas, tecnologia e capacitação técnica, além de parcerias com consultorias jurídicas e de comércio exterior.

Não se trata apenas de sobreviver ao novo protecionismo, mas de adaptar-se a ele de forma inteligente. Estamos diante de um novo ciclo do comércio internacional, no qual o desafio não é somente vender, mas comprovar como, onde e em que condições se produziu o que será comercializado.

Para seguir relevante no cenário global, o Brasil precisa combinar diplomacia econômica, inteligência regulatória e esforço coordenado entre governo e iniciativa privada. Não basta competir em preço ou qualidade: é preciso competir também em compliance — e fazer disso uma ferramenta de acesso, e não de exclusão.

Vivemos um momento de acirramento das disputas comerciais internacionais. O comércio exterior brasileiro foi especialmente impactado a partir da carta enviada pelo presidente Donald Trump informando que produtos originários de nosso país passarão a ser tarifados em 50% a partir de 6 de agosto. Diante desse cenário, a Lei da Reciprocidade Econômica foi regulamentada. Ela estabelece mecanismos de resposta a medidas adotadas por países ou blocos que prejudiquem a competitividade brasileira, notadamente barreiras unilaterais e exigências ambientais mais severas que as anteriormente praticadas.

Nesse contexto, o governo estuda alternativas para reduzir os danos aos setores mais afetados, como aviação, petróleo, gás e agronegócio, incluindo café, cacau e pescados. Parte dessa estratégia envolve diversificar destinos comerciais. Justamente nesse momento, esses setores se deparam com barreiras não tarifárias, como exigências técnicas, normas sanitárias, critérios ambientais e selos de rastreabilidade, que ajudam a explicar a dificuldade de acesso a mercados internacionais.

Embora muitas dessas exigências tenham fundamentos legítimos, como saúde pública e preservação ambiental, é inegável o impacto na competitividade dos exportadores brasileiros,



Carla Zambelli/REDA Press

A anistia aos abusadores digitais e o mantra da não regulação



» GILBERTO LIMA JR.
Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social, Palestrante e Consultor de Negócios de Base Tecnológica

A política de indultos (anistia) de Donald Trump sempre funcionou como um termômetro de suas alianças e projetos de poder. Seu gesto mais simbólico, nesse campo, foi o recente perdão concedido a Ross Ulbricht, condenado à prisão perpétua por criar o Silk Road, mercado negro da “dark web”, que movimentou US\$ 200 milhões em drogas e dados roubados usando criptomoeças. Ulbricht, rebatizado de “mártir libertário”, tornou-se bandeira de uma narrativa que equipara regulação estatal à tirania — exatamente o discurso que sustenta o “tecnolibertarianismo” de Trump. Mas ele não está só. Anthony Levandowski, ex-engenheiro do Google e Uber, condenado por roubo de segredos industriais, também foi perdoado em 2020. São peças de um mesmo tabuleiro: absolver os que desafiam leis e éticas em nome da inovação.

Aqui, o paralelo é Jair Bolsonaro. Durante as eleições de 2022, sua campanha foi campeã em doações privadas (R\$ 90 milhões), com destaque para empresários como Rubens Ometto (Cosan) e os irmãos Grendene (Grendene). Esse financiamento sustentou uma máquina de desinformação. A deputada

Carla Zambelli (PL-SP), aliada de Bolsonaro, disseminou notícias falsas sobre urnas e chegou a ameaçar um cidadão com arma em plena via pública. O caso de Marcos Cintra, candidato a vice na chapa de Soraya Thronicke, é emblemático. Ele foi suspenso do Twitter por ataques ao TSE e ao STF; tornou-se operador do negacionismo eleitoral. O deputado federal Eduardo Bolsonaro se autossilenciou nos Estados Unidos (EUA) e, junto com autoridades norte-americanas, impôs a chantage de um tarifaço de 50% sobre os produtos brasileiros, se o seu pai não for anistiado, mesmo antes da condenação formal por parte do STF. A Trump Media e o Rumble acionaram o ministro Alexandre de Moraes na justiça da Flórida, alegando cerceamento do direito de liberdade de expressão de seus clientes e usuários no Brasil.

Por que as gigantes tecnológicas financiaram maciçamente Trump e seus aliados? A resposta está na “economia política da tecnologia”: Empresas como Meta e Uber dependem da “captura de dados” sem regulação, otimização fiscal agressiva e acesso a recursos naturais baratos (ex.: servidores consomem energia equivalente ao Japão). Não por acaso, o Plano de Ação Americano de Inteligência Artificial prevê desregulação total e um agressivo plano de redução de exigências ambientais para a construção de “data centers”. A extrema-direita oferece “desregulamentação” e “redução de impostos”, além de enfraquecer leis ambientais e trabalhistas que oneram o setor; Trump posiciona-se como inimigo do maior rival tecnológico global, protegendo hegemonias como Google e Apple.

A combinação é tóxica. Plataformas como X (Twitter) e Telegram, sob controle de aliados, como Elon Musk, amplificam discursos de ódio via algoritmos. O motivo? Engajamento = lucro. Estudos mostram que conteúdos extremistas propiciam três vezes mais interações. O resultado é a ascensão global de uma “direita algorítmica”, em que o vale-tudo digital mina instituições — como na invasão do Capitólio, em 2021 e o 8 de Janeiro de 2023, no Brasil, coordenados e impulsionados por radicais de direita via redes sociais.

Trump e Bolsonaro são sintomas de uma era perigosa: a dos “Tecnocentristas”, nova classe de imperadores digitais que usam inovação como arma contra democracias. Seus projetos incluem: moedas pró-autocratas: como a \$TRUMP Coin, controlada em 80% por sua família; justiça paralela: indultos seletivos para “soldados” do ecossistema (Ulbricht, Lewandowski etc); vigilância rentista: projetos como o CBDC (Moeda Digital de Banco Central), combatido por Trump para proteger criptoempresas. Daí a agressão ao nosso Pix.

O capital tecnológico é predatório, ao criar uma vida “ideal”, via algoritmos, para submeter vidas reais aos seus interesses. A captura do Estado por Tecnocentristas não é um acidente: é projeto. E o indulto a Ulbricht revela seu núcleo — “quem controla o código, controla o poder”. Seja a China, Rússia ou EUA, se não frearmos a aliança entre Estado, ultradireita e Big Techs, assistiremos à erosão final do espaço público. Resta saber se as instituições sobreviverão aos “imperadores digitais” do século 21.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (Interneta) // circecunha.df@dabr.com.br

Eis aí a lição

É possível ao Estado tornar-se mais forte do que a sociedade e ainda assim conservar a democracia em toda a sua plenitude? Eis, aqui, uma questão que muitos têm feito, na busca de entender o Estado contemporâneo e suas vertentes atuais. De cara é preciso notar que, nessa nova situação, governo vive em função do próprio governo e não em função do cidadão.

Miguel Reale (1910-2006) considerava que, no Brasil, o direito civil começou a morrer com o surgimento do direito administrativo, ao regular a dependência das pessoas em função do Estado e, mais modernamente, em função do governo. Essa questão toda atrai para si outra de igual importância para o entendimento da liberdade cidadã: o fenômeno do estatismo. Esse, por sua vez, é cria direta de outro fenômeno que veio para antepor mais dificuldades à liberdade e que, nesse caso, é representado pela burocracia estatal, exercida por indivíduos com laços estreitos com o governo. A burocracia tolhe nacos da liberdade, tomando o cidadão refém ou dependente do Estado e das vontades do governo.

Os estados atuais tornaram-se instituições sofisticadas e complexas, nas quais a liberdade passou a ser um simples detalhe, dependente de uma infinidade de regras que, ao fim e ao cabo, colocam a liberdade no fim de uma fila de exigências. A situação é simples quando se pensa que, quanto maior o Estado, menor é o cidadão, e pequena a sua chance de encontrar a liberdade. A verdade é que a união do Estado com o governo cria um outro elemento, representado por um retorno saudoso e nada saudável do despotismo ilustrado, em que as autoridades se sentem imbuídas da missão de recivilizar a sociedade, tornando-a palatável aos novos tempos.

Por outro ângulo, nesse caso a liberdade induz os indivíduos a fugirem da dependência. Antigamente se dizia que “quem aluga seu traseiro, não senta onde quer”. A dependência, induzida por políticas do tipo paternalistas, é um dos entraves à liberdade e um indutor do despotismo. A liberdade é o que é, e não pode ser amenizada apenas por conquistas materiais. A liberdade, em si, é um ato de independência. Há casos, porém, nos quais a liberdade é fomentada apenas pelo medo da servidão, e isso, convenhamos, não é liberdade. Não há dúvidas de que essa é uma questão central e profundamente atual: é possível manter a democracia plena quando o Estado se sobrepõe à sociedade, tornando-se mais forte que ela?

Em *A Democracia na América*, Tocqueville alertava para o risco do que chamou de “despotismo suave”: um Estado que, em vez de oprimir de forma brutal, cuida dos cidadãos como um pai benevolente, mas infantiliza-os ao ponto de retirar-lhes a autonomia. “O soberano estende seus braços sobre a sociedade como uma rede de regras sutis e complicadas... Ele não quebra as vontades, mas as amolece, dobra e dirige; raramente força a agir, mas, constantemente, opõe-se a agir.” Para Friedrich Hayek, em *O Caminho da Servidão*, o crescimento do Estado intervencionista leva, inevitavelmente, à perda das liberdades individuais. Ele via no planejamento centralizado uma ameaça à ordem espontânea da sociedade. Dizia ele: “Quanto mais o Estado planeja, mais difícil se torna para o indivíduo planejar”.

A crítica de Hayek ao estatismo ecoa na observação de que o cidadão se torna aos poucos refém do próprio Estado. Isaiah Berlin, em sua clássica distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa, alertou para o risco de regimes que, em nome de uma liberdade “superior” (positiva), justificam a coação. Essa liberdade positiva, quando apropriada pelo Estado, pode levar ao autoritarismo. Ou seja: “A liberdade para o lobo é a morte para o cordeiro”. Essa frase ilustra como o poder estatal, ao tentar moldar a sociedade, pode sacrificar a liberdade de alguns sob o pretexto de proteger ou educar o coletivo, algo próximo do arcaico despotismo ilustrado.

Benjamin Constant, por sua vez, diferenciava a liberdade dos antigos (participação direta na política) da dos modernos (autonomia individual frente ao Estado). Para ele, “a liberdade é o direito de não ser submetido senão às leis, de não ser preso, nem detido, nem morto, nem maltratado de nenhum modo pela vontade arbitrária de um ou vários indivíduos”. Essa ideia reforça o ponto de que a liberdade é um valor em si, não uma concessão do Estado nem um subproduto do bem-estar material.

Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo*, lembra que a perda da liberdade começa quando o cidadão troca sua autonomia por segurança ou conforto, e que a burocracia é uma das formas mais sutis e eficientes de dominação. “A burocracia é o governo de ninguém, e, portanto, talvez o mais tirânico de todos.” A verdadeira liberdade, como ato de independência e não como simples ausência de grilhões, não pode ser administrada, muito menos concedida, por políticas paternalistas ou por um Estado tutor. A democracia plena exige um Estado limitado, transparente e controlado pela sociedade civil, e não o contrário. Quando o Estado cresce demais e passa a ditar os termos da liberdade, resta ao cidadão lembrar a lição de Étienne de La Boétie, em seu *Discurso da Servidão Voluntária*: “Resolvi apenas fazer-vos compreender que, para que deixeis de ser escravos, basta que não queirais mais sê-lo.”

A frase que foi pronunciada:

“O país estava em perigo; ele estava colocando em risco seus direitos tradicionais de liberdade e independência ao ousar exercê-los.”

Joseph Heller no livro *Catch-22*

História de Brasília

A 22 de novembro do ano passado, o sr. Raniere Mazzilli promulgou a resolução 63, que altera o regimento interno da Câmara dos Deputados em diversas partes, e criou, nessa oportunidade, a Comissão Permanente do Distrito Federal. (Publicada em 8/5/1962)

VÍRUS podem despertar o CÂNCER

Em modelo animal, cientistas descobrem como infecções respiratórias comuns, como gripe e covid, podem ativar células metastáticas dormentes, abrindo caminho para o desenvolvimento de novos tumores

» PALOMA OLIVETO

pela primeira vez, cientistas encontraram uma evidência direta de que infecções respiratórias comuns, incluindo covid-19 e gripe, podem despertar células cancerígenas de mama adormecidas que se espalham para os pulmões e abrem caminho para novos tumores metastáticos. Em um artigo publicado ontem na revista *Nature*, os pesquisadores, do Centro Médico Montefiore Einstein (MECCC) e da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, além da Universidade de Utrecht, nos Países Baixos, alertam que a descoberta reforça a importância de estratégias preventivas, especialmente nos pacientes em remissão.

“Nossas constatações indicam que indivíduos com histórico de câncer podem se beneficiar de precauções contra vírus respiratórios, como vacinação, quando disponível”, disse, em nota, Julio Aguirre-Ghiso, líder do estudo e diretor do Instituto de Dormência do Câncer do MECCC. Embora as evidências biológicas venham de um estudo com camundongos, o pesquisador destaca que a análise de um grande banco de dados de pacientes oncológicos que tiveram covid dá suporte às descobertas.

Segundo os autores, anteriormente alguns experimentos sugeriram que processos inflamatórios, como os desencadeados por uma infecção viral, podem despertar células cancerígenas disseminadas. As chamadas CCDs se desprendem de um tumor primário e se espalham para órgãos distantes, permanecendo dormentes por longos períodos. “Na pandemia de covid-19, relatos sugeriram um possível aumento nas taxas de mortalidade por câncer, reforçando a ideia de que a inflamação grave pode contribuir para o despertar de CCDs dormentes”, disse Aguirre-Ghiso, que também lidera o Programa de Pesquisa em Microambiente Tumoral e Metástase do MECCC.

Despertar

Em modelos de camundongos com câncer de mama metastático, os cientistas testaram a hipótese expondo os animais ao Sars-CoV2 ou a influenza. Em ambos os casos, as infecções respiratórias foram associadas ao despertar das CCDs nos pulmões. Poucos dias após o contágio, houve uma expansão significativa de células metastáticas e, em duas semanas, surgiram novos tumores.

Em seguida, os cientistas fizeram análises moleculares nas CCDs dormentes e descobriram que elas são despertadas principalmente pela ação da interleucina-6 (IL-6). Essa proteína é liberada pelas células imunes em resposta a infecções ou lesões, para combatê-las, mas, em excesso, desencadeia um processo inflamatório negativo — no caso do estudo, elas acordaram estruturas cancerígenas latentes.

O médico oncologista Márcio Almeida, de Brasília, destaca que, no experimento, foi observado que a IL-6 tem um papel central nesse processo de reativação do câncer. “Medicamentos que bloqueiam a IL-6, como o tocilizumabe (já usado na covid-19 e em doenças autoimunes), conseguiram evitar a recidiva em testes com animais”, relata. “Mas isso ainda não significa que o remédio deva ser usado em humanos com esse objetivo. Mais estudos



Na pandemia de covid-19, relatos sugeriram um possível aumento nas taxas de mortalidade por câncer, reforçando a ideia de que a inflamação grave pode contribuir para o despertar de CCDs dormentes”

Aguirre-Ghiso,

líder do Programa de Pesquisa em Microambiente Tumoral e Metástase do MECCC.



A rápida progressão para o câncer reflete a (rápida) expansão observada de células cancerígenas latentes nos modelos animais”

Roel Vermeulen,

da Universidade de Utrecht, que conduziu a análise

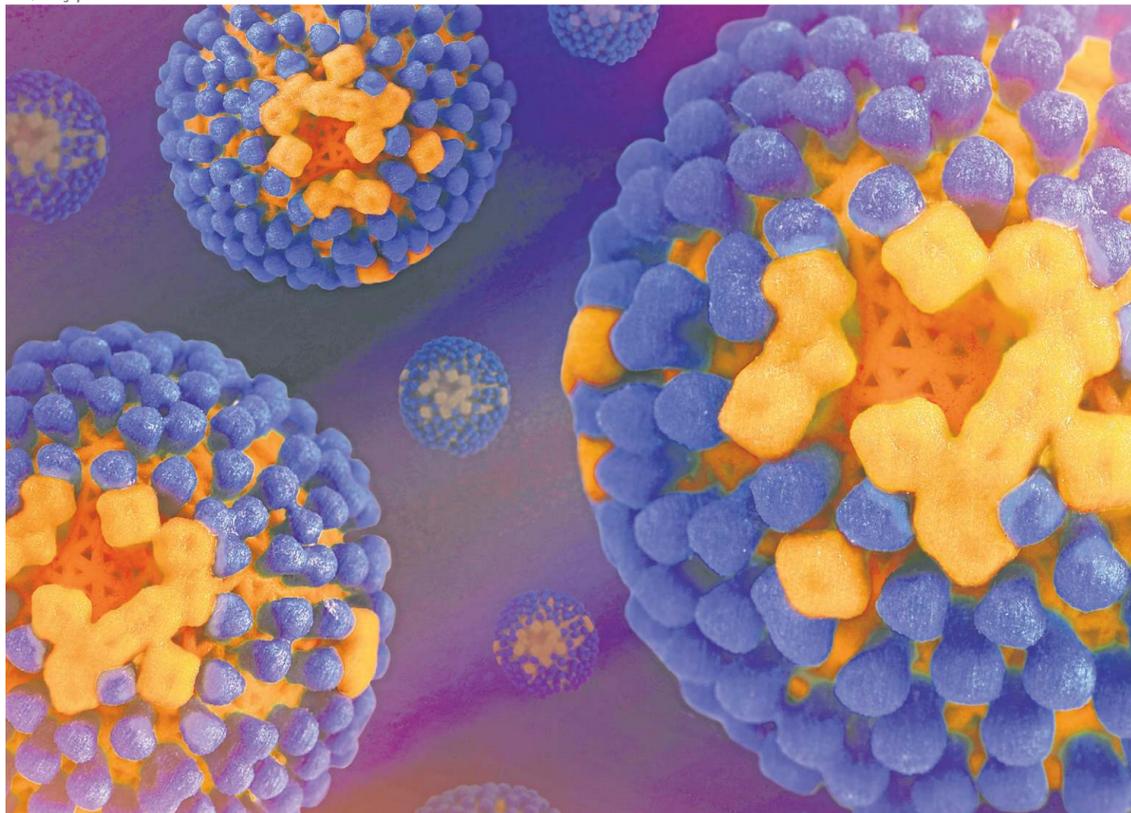
são necessários para garantir segurança e eficácia”, reforça.

Além da pesquisa em laboratório, os autores do estudo analisaram dois grandes bancos de dados e encontraram apoio para a hipótese de que infecções respiratórias nos pacientes com câncer em remissão podem estar associadas à metástase. Na Universidade de Utrecht, os cientistas usaram informações do UK Biobank, que inclui informações sobre 500 mil pessoas diagnosticadas com vários tipos de tumores e outras doenças antes da pandemia de covid-19.

Com a colaboração de pesquisadores do Imperial College London, eles avaliaram se, estatisticamente, a infecção por covid-19 aumentava o risco de mortalidade relacionada ao câncer entre participantes que tinham a doença. O alvo do estudo foram sobreviventes diagnosticados pelo menos cinco anos antes da pandemia, garantindo que estivessem em remissão.

Após excluir da amostra os pacientes com câncer que morreram de covid-19, os pesquisadores descobriram que as pessoas em remissão que testaram positivo para o Sars-CoV-2 tiveram um risco quase dobrado de morrer de tumor oncológico em comparação àqueles que tiveram a doença crônica, mas testaram negativo para o coronavírus. “O efeito foi mais pronunciado no primeiro ano após a infecção”, explicou Roel Vermeulen, da Universidade de Utrecht, que conduziu a análise. “A rápida progressão para o câncer reflete a (rápida) expansão observada de células cancerígenas latentes nos modelos animais”, diz.

NIAID/Divulgação



Anticorpos (em laranja) tentam neutralizar o vírus causador da gripe, capaz de liberar proteínas que acordam células metastáticas

Três perguntas para

FERNANDA MADASI, médica oncologista da Oncologia D’Or

O que já se sabe, hoje, sobre a relação entre infecções por vírus respiratórios e risco de metástase?

Esse é um tema de crescente interesse, principalmente depois da epidemia de covid. Alguns estudos iniciais feitos em animais sugerem que as infecções virais respiratórias, como as causadas por Sars-CoV e influenza, podem influenciar o microambiente tumoral, despertar alguns mecanismos inflamatórios do próprio organismo e do sistema imunológico também. Isso em modelos experimentais. Atualmente, ainda existe uma falta de estudos definitivos

que estabeleçam uma relação causal direta entre a infecção viral respiratória e o aumento do risco de metástases em humanos.

Os mecanismos identificados pelos autores do estudo em modelos animais poderiam explicar o risco maior de recidiva em humanos?

Os modelos experimentais nos animais são importantes para levantar hipóteses e entender melhor alguns mecanismos biológicos complexos, como, por exemplo, o que está se falando nesse estudo,

Arquivo pessoal



que é a dormência e a reativação de células tumorais. Eles são, sim, um passo importante, mas não garantem que os mesmos eventos vão ocorrer em humanos porque existem diferenças entre as espécies, fatores ambientais, fatores tumorais que se comportam de forma diferente nos dois. Mas, realmente, estudos como esse são muito importantes para a gente dar o primeiro passo nesse entendimento.

Do ponto de vista clínico, há alguma implicação imediata?

Esse estudo realmente contribui de forma significativa para o nosso entendimento, mas ainda sem uma implicação prática. Existem, porém, algumas reflexões importantes, como, por exemplo, a vacinação. Então, a vacinação contra gripe, covid, pneumonia é uma ferramenta essencial para reduzir os riscos dessas infecções e, consequentemente, proteger a saúde dos pacientes, mesmo os que estejam em remissão do câncer já há algum tempo. Então, garantir que esse grupo de pacientes esteja com a imunização em dia é uma medida simples, barata, segura e potencialmente decisiva na manutenção do bem-estar, na prevenção de complicações para eles. (PO)

Mais pesquisas para compreender o mecanismo

Ed Alves CB/DA Press



Vacinação é fundamental para reduzir risco de infecções em pacientes em remissão do câncer

infecções em pacientes em seguimento após diagnóstico de câncer”, acredita. Por equanto, porém, o médico acredita que não há evidência suficiente para “justificar intervenções em pacientes com câncer de mama após infecções respiratórias por vírus”.

Os autores do estudo afirmaram, em nota, que a compreensão dos mecanismos por trás da reativação de células metastáticas podem, no futuro, ajudar no desenvolvimento de novas práticas preventivas. “As infecções virais respiratórias farão parte de nossas vidas para sempre, por isso precisamos entender as consequências a longo prazo dessas infecções”, escreveu James DeGroot, pesquisador do Centro de Câncer da Universidade do Colorado e líder da pesquisa. (PO)

Visotto, do Hospital Sírio-Libanês em Brasília, embora o estudo seja experimental e não muda, por enquanto, a prática

clínica, ele destaca a importância da imunização. “As informações reforçam a importância da vacinação para reduzir risco dessas



Valmir (E) e Manoel eram servidores do IBGE; motorista de caminhão-pipa saiu ileso

O triste fim de dois heróis contra o fogo

Polícia Civil abriu inquérito para investigar as causas do incêndio que provocou a morte de servidores do IBGE. Perícia preliminar adiantou que Valmir de Souza e Manoel José não usavam equipamentos de proteção para combater as chamas

» MARIANA SARAIVA
» DARCIANNE DIOGO

A tragédia envolvendo dois servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mortos ao tentar combater um incêndio florestal nas proximidades do Residencial Tororó, BR 251 km 06, em São Sebastião, virou prioridade para a Polícia Civil. A 30ª Delegacia de Polícia abriu um inquérito e investigadores colheram depoimentos na tarde de ontem. Preliminarmente, os policiais constataram que as vítimas, Valmir de Souza e Silva e Manoel José de Souza Neto, ambos de 65 anos, não usavam equipamentos de proteção durante a operação. Ontem, familiares deram adeus a um deles: Valmir foi enterrado à tarde no Cemitério Jardim Paraíso, na Cidade Ocidental (GO). José será sepultado na manhã de hoje, em Taguatinga.

Os dois trabalhadores atuavam na brigada ambiental do IBGE e eram lotados na Reserva Ecológica do órgão, distante a poucos metros do local do incêndio. Segundo relatos de testemunhas, eles perceberam a ameaça de que as chamas invadiriam a reserva e resolveram agir: saíram em um caminhão-pipa com outro servidor, que dirigia o veículo. Ao **Correio**, um funcionário do IBGE relatou que Valmir e Manoel conseguiram apagar parte das chamas e estavam em um ponto da mata onde não havia mais fogo. “Não sabemos o que de fato ocorreu. Se as chamas invadiram o outro lado e os cercaram. O motorista estava posicionado na ponta da mangueira e saiu ileso”, detalhou.

Colegas de trabalho relataram que os dois tinham mais de quatro décadas de experiência em ações de combate a incêndios florestais. Mesmo assim, o fogo, intenso e imprevisível, surpreendeu. “O que aconteceu, eu não sei dizer. O fogo não respeita experiência. Você nunca sabe para onde ele vai. Na hora, perde o rumo, o ar, se desespera, tenta achar uma saída e não consegue”, disse, emocionado, um amigo brigadista que preferiu não se identificar. Valmir morava na Cidade Ocidental. Manoel vivia na Ponte Alta Norte do Gama. Ambos deixam esposa, filhos e netos.

No começo da tarde de ontem, amigos e familiares reuniram-se para dar adeus a Valmir. O morador da Cidade Ocidental foi sepultado no cemitério da cidade. A cerimônia de despedida de Manoel será às 9h de hoje, no Cemitério Campo da Esperança de Taguatinga.

Em nota oficial, a presidência do IBGE lamentou profundamente a perda. “Dois servidores do IBGE, participantes da brigada de incêndio do órgão, faleceram durante o combate ao fogo em uma área externa à Reserva Ecológica do IBGE. A direção do Instituto está prestando apoio às famílias e tomando todas as medidas necessárias.”

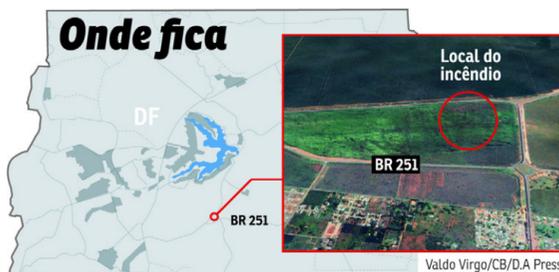
O fogo

O incêndio começou por volta de 13h e espalhou-se rapidamente pela vegetação. João Vaz de Melo, 56 anos, morador

do residencial, presenciou os momentos de desespero. Acostumado a atuar como voluntário no enfrentamento a incêndios na área, ele ajudava a conter as chamas quando foi abordado pelo motorista do caminhão do IBGE. “O motorista desceu do veículo aflito, perguntando se eu tinha visto os dois servidores. Saí correndo para ajudar a procurar. Infelizmente, encontrei os corpos. Um estava a cerca de 100 metros do outro”, relatou.

O presidente do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), Rôney Nemer, destacou que não era registrado incêndio no local havia quatro anos. Na semana passada, órgãos do DF chegaram a montar um aceiro, espécie de desbaste no terreno para impedir a propagação das chamas, como parte de uma ação preventiva. A escola do aceiro naquela área foi por justamente estar há anos sem registrar incêndios. “Priorizamos áreas onde tem tempo que não pega fogo, pois a tendência é ter mais material de combustível. Uma área atingida no ano passado, por exemplo, ainda está se recompondo e as chances são menores”, explicou.

João Morita, coordenador de prevenção e combate a incêndios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), destacou a importância da capacitação contínua e dos cuidados essenciais durante as ações de brigadas em áreas de risco. “Esse caso



mostra, mais uma vez, que o combate ao incêndio pode custar vidas. Por isso, todo cuidado é pouco. É uma atividade de risco, que exige treinamento constante e o uso de equipamentos de qualidade. O uniforme precisa ser adequado, desde o tecido da calça, das luvas, da balaclava e o brigadista deve estar sempre hidratado, com cantis apropriados”, reforça Morita.

Segundo o especialista, o treinamento precisa ser atualizado regularmente, a cada três anos, mesmo que pareça repetitivo. “É uma profissão perigosa. Não dá para relaxar. O preparo salva vidas”, enfatiza. Morita também chama atenção para um aspecto fundamental antes de qualquer ação: a definição de uma rota de fuga. “Existe todo um protocolo dentro de um combate. Traçar e delimitar rotas de saída é indispensável. Ninguém está ali para ser herói, estamos todos como profissionais. Não vale a pena arriscar a vida.”

Para ele, a ansiedade e a euforia são grandes armadilhas durante os combates. “É comum ver brigadistas se deixarem levar pela vontade de resolver logo,

de apagar tudo de uma vez. Mas essa pressa pode ser fatal. Entrar em áreas perigosas sem rota de fuga, confiar demais na própria experiência, enfrentar chamas maiores do que o necessário, tudo isso coloca a vida em risco. É sempre necessário ter medo. O medo, nesse caso, é o que nos mantém vivos”, conclui.

Investigação

Ao longo da tarde de ontem, a polícia colheu o depoimento de testemunhas e funcionários do IBGE, incluindo o motorista. Abalado, o trabalhador preferiu não conceder entrevista. Os investigadores avaliam possíveis falhas que podem ter resultado na tragédia. Entre elas, a falta de equipamento de proteção por parte das vítimas.

A origem do incêndio também será investigada e não é descartada a possibilidade de uma ação criminosa. “Estamos no aguardo dos resultados da perícia para sabermos se foi acidente ou partiu de uma conduta criminosa. Nossa equipe também fez a perícia no caminhão-pipa”, afirmou o delegado-adjunto da 30ª DP, Ronney Matsui.

Pesar

O presidente Lula expressou condolências. “Minha solidariedade e meu abraço às famílias, aos colegas de traba-

lho e a todos que se dedicam diariamente à proteção do meio ambiente. Esses trabalhadores estavam cumprindo sua missão com coragem e comprometimento”, diz Lula em nota.

O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) prestou homenagem aos dois brigadistas do IBGE. “Homens que colocaram a missão acima do medo, e que honraram, até o fim, o compromisso com a preservação da vida e do meio ambiente. Aos familiares, amigos e companheiros de trabalho, nossa solidariedade e respeito. Que o exemplo de dedicação e coragem desses profissionais jamais seja esquecido”, destaca a corporação.

O Jardim Botânico de Brasília lamentou o falecimento dos servidores. “Manoel e Valmir atuavam na brigada de incêndio do IBGE e tentavam conter as chamas para evitar que o fogo atingisse a reserva. Ambos eram servidores dedicados, com décadas de atuação pública voltada à conservação do meio ambiente. A APA Gama-Cabeça de Veado é uma área protegida de grande relevância ecológica, cuja preservação conta com a atuação conjunta da Fazenda Água Limpa (UnB), do IBGE e do Jardim Botânico de Brasília, instituições que, juntas, trabalham pela proteção do Cerrado e da biodiversidade local.”

Projeto sem fogo

O combate aos incêndios florestais no Distrito Federal conta com uma aliada de peso: a inteligência artificial (IA). Há dois anos, o projeto Sem Fogo-DF disponibiliza tecnologia de ponta ao Corpo de Bombeiros, ajudando na identificação precoce e no combate mais eficiente às queimadas, o que contribui diretamente para a preservação do meio ambiente.

Com auxílio de quatro câmeras de alta precisão instaladas na Torre de TV Digital, no Setor Habitacional Taquari, a ferramenta monitora em tempo real um raio de 15km a 25km. Ao menor sinal de fumaça ou fogo, as imagens são enviadas imediatamente aos bombeiros, permitindo uma resposta rápida e precisa.

O programa é fruto de uma parceria entre o Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB), a associação filantrópica Giga Candanga e conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), com investimento de R\$ 700 mil.

De acordo com a coordenadora do projeto, professora Priscila Solis, do Departamento de Ciência da Computação da UnB, a IA foi adaptada ao bioma do Cerrado para realizar a detecção precoce de fumaça, um dos primeiros sinais de incêndio. “A ferramenta acelera muito o trabalho dos bombeiros. Antes, os chamados eram feitos apenas por pessoas, muitas vezes sem precisão do local. Agora, com as câmeras ativas 24 horas por dia, conseguimos mostrar exatamente onde o fogo está, facilitando a visualização e a tomada de decisão da equipe”, explicou a professora. Novas câmeras serão instaladas em outras regiões do DF.

Uma luta diária

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Um incêndio de média proporção atingiu, na tarde de ontem, uma área de vegetação nas proximidades do setor de inflamáveis, próximo à Cidade Estrutural. As chamas avançaram rapidamente e chegaram a se aproximar de residências. O Corpo de Bombeiros (CBMDF) foi acionado para conter o fogo e evitar que as casas fossem atingidas. Não houve registro de feridos.



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



ED. FERREIRA DINIUGAR/CNMP

União contra feminicídios

O governador Ibaneis Rocha (MDB) se reuniu nesta semana com o corregedor nacional do Ministério Público, procurador Ângelo Fabiano Fabiano Farias da Costa, e com o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, para tratar de políticas públicas de prevenção à violência doméstica, a ampliação do número de creches e o fortalecimento da educação infantil. Também participaram o corregedor-geral do MPDF, Nelson Faraco; a coordenadora da Coordenadoria de Correções e Inspeções do MP, promotora de Justiça Karina Soares; e o consultor jurídico do DF, Márcio Wanderley. Os membros do Ministério Público apresentaram informações

sobre os cenários que contribuem para o aumento do número de feminicídios ocorridos no DF e trouxeram sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas de acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Creches

Outro tema discutido foi o número de creches públicas. O Ministério Público trouxe dados que reforçam a necessidade de mais vagas na educação infantil em todo o DF. Ibaneis Rocha se mostrou sensibilizado e disse que sua gestão está comprometida com a temática.

Rollemberg assume mandato de deputado federal

O ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB) assume, nesta semana, o mandato de deputado federal para o qual foi eleito em 2022. Foram dois anos e meio de debates no Judiciário, burocracia na Câmara dos Deputados e embates políticos. Mas, ontem, foi publicada, no Diário Oficial da Câmara dos Deputados, a convocação oficial para que ele assuma o cargo em substituição a Gilvan Máximo (Republicanos-DF), por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A convocação de Rollemberg decorre do Ato da Mesa nº 209, de 29 de julho de 2025, que declarou a perda de mandato de sete parlamentares — inclusive Gilvan Máximo — em virtude da decisão do STF relacionada às chamadas sobras eleitorais das eleições de 2022.

Inconstitucionalidade

A mudança é consequência direta do julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) nas quais o STF declarou inconstitucional a exigência de que partidos e federações atingissem 80% do quociente eleitoral para participar da distribuição das vagas remanescentes. Em março de 2025, o Supremo determinou efeitos retroativos à decisão, alterando a composição da Câmara. Com a nova decisão, sete

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



parlamentares perdem seus mandatos e são convocados os suplentes que, com a nova regra, passam a ter direito às cadeiras.

Fim de férias

Rodrigo Rollemberg recebeu a notícia quando estava de férias no Ceará. Ele chega hoje a Brasília para organizar o gabinete.

"A lei chegou para quem achou que estava acima da lei. Alexandre de Moraes foi sancionado pelos EUA com a Lei Magnitsky, usada contra quem ataca direitos humanos e liberdade de expressão. Congelamento de bens, contas bloqueadas e entrada proibida nos EUA. Um recado claro: ninguém está acima da lei"

Senador Izalci Lucas (PL-DF)

"Diante dos ataques injustos, declaro integral apoio ao Ministro Alexandre de Moraes. Ao conduzir com coragem e desassombro a função de relator de processos que envolvem acusações graves, como um plano para matar juízes e opositores políticos e a tentativa de subversão do resultado das eleições, o Ministro Alexandre tem prestado serviço fundamental para a preservação da nossa democracia"

Ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF)

Ed Alves/CB/D.A. Press



Candidata no DF

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) registrou ontem seu domicílio eleitoral no Distrito Federal, deixando clara a intenção de que pretenda concorrer nas eleições de 2026 em Brasília. O destino deve ser o Senado. Pelos gestos que ela tem feito, estará no planaque com a vice-governadora Celina Leão (PP).

Ed Alves/CB/D.A. Press



Vitória antecipada não existe

Ninguém vence eleição de véspera. É o que dizem integrantes da oposição a Bolsonaro, quando se fala que a vitória de Michelle Bolsonaro é aguardada na disputa do próximo ano. Lembram da história de Flávia Peres — ex-Flávia Arruda — que era considerada eleita senadora um ano antes do pleito de 2022, quando ainda era ministra do governo Bolsonaro. Acabou sendo atropelada por Damares Alves (Republicanos).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVESTIGAÇÃO

O corpo do menino de 1 ano foi encontrado com diversos hematomas, na casa onde morava, em Luziânia (GO). A tia e a companheira dela são as principais suspeitas de terem cometido o crime e estão presas. Vizinhos relatam choros intensos

Bebê espancado e morto

» CARLOS SILVA

A Polícia Civil de Goiás (PC-GO) apura a morte de um bebê de 1 ano, no bairro Vila Portuguesa, em Luziânia (GO). As investigações ainda estão em andamento, mas há indícios de que Kayron Lucas tenha sido espancado. As principais suspeitas de terem cometido o crime são a tia e a companheira dela, que foram presas na terça-feira, dia em que ocorreu o fato.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado por volta da meia-noite para atender a uma ocorrência no bairro. As responsáveis pelo chamado

foram as próprias suspeitas. À equipe médica, elas alegaram inicialmente que a criança havia desmaiado. Mas, ao chegarem ao local, os socorristas constataram o pior: o bebê estava morto.

As explicações dadas pelas mulheres eram confusas e contraditórias. Em um primeiro momento, afirmaram que Kayron havia se engasgado com leite. Depois, mudaram a versão e disseram que ele havia caído da cama. Nenhuma das narrativas, no entanto, foi suficiente para justificar os hematomas encontrados no corpo da criança, segundo relatos de profissionais do Samu.

Uma das suspeitas se apresentou como tia da criança e contou que a

mãe dele está presa por tráfico de drogas. Desde então, a guarda vinha sendo compartilhada por familiares. A outra mulher presa é companheira da tia. Elas moram juntas e, aparentemente, cuidavam dele.

A tragédia se torna ainda mais cruel quando surgem os relatos de vizinhos e familiares. Pessoas próximas contaram que ouviram o bebê chorando intensamente naquela noite. O som, vindo da casa onde o menino vivia, parecia de desespero — um último pedido de socorro.

A Polícia Militar de Goiás (PM-GO) foi chamada pelos socorristas diante dos fortes indícios de crime. Ao chegarem à residência, os agentes prenderam as duas mulheres

em flagrante. A casa foi isolada para trabalho da perícia e o caso foi encaminhado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) de Luziânia. A suspeita inicial é de que o menino era vítima de maus-tratos constantes.

Dor da família

Em meio à tragédia, a irmã da criança, uma adolescente de 16 anos, usou as redes sociais para relatar a dor da perda e o sentimento de impotência diante do que aconteceu. Em seu desabafo, ela afirma que o bebê era cuidado pela tia porque a mãe confiava nela, apesar do histórico de

Arquivo pessoal



Kayron Lucas morava com a tia

dependência química.

"Minha mãe confiava muito na minha tia pra tudo mesmo. Mas quando ela (a tia) brigava com a companheira dela, a esposa dela descontava a raiva no neném", escreveu. Segundo ela, apenas uma

prima sabia dos abusos, mas permanecia em silêncio por medo. "Elas falavam que, se ela contasse pra alguém, iam matar ela", completou.

A adolescente também revelou que, no passado, o bebê apareceu com o braço machucado. À época, as suspeitas também alegaram que ele havia caído da cama. Kayron Lucas chegou a ser levado ao hospital, mas, sem provas, foi tratado como um acidente. Agora, com a morte dele, tudo passa a ser visto com outros olhos.

A investigação do caso está nas mãos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), que tenta entender o que de fato aconteceu na casa e por que ninguém conseguiu salvar o menino a tempo. A comoção na cidade é grande, e a expectativa é de que a justiça seja feita.

O corpo de Kayron foi sepultado na tarde de ontem, no Cemitério Municipal Santa Luzia, em Goiás.

Reprodução/Redes sociais



Cheryla, 44, deixou quatro filhos

Adeus à vítima do feminicídio

A família de Cheryla Carvalho de Lima, a 13ª vítima de feminicídio no Distrito Federal, se prepara para a despedida. O velório e o sepultamento do corpo da mulher de 44 anos estão marcados para hoje, a partir das 13h, na Capela 6 do Cemitério de Taguatinga.

Na última terça-feira, Cheryla havia acabado de deixar a

filha no trabalho quando foi surpreendida pelo agressor, João Paulo Silva Matos, 35, com quem mantinha um relacionamento havia um mês. Segundo testemunhas e familiares, o casal discutiu antes do ataque. Testemunhas contaram que ele teria segurado a mulher e a esfaqueado repetidamente no pescoço, nas

costas e na barriga.

O homem fugiu do local, mas foi capturado pouco tempo depois pelo policial militar Marcos Bontempo, que estava de folga. "As características batiam e a arma, uma faca, estava no local. Dei voz de prisão ali mesmo. Ele ofereceu resistência, mas consegui contê-lo até a chegada das

viaturas", contou. O apoio veio do 10º Batalhão, que cobre Samambaia, e do próprio 27º Batalhão, onde o soldado é lotado.

O **Correio** questionou à 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia) sobre a audiência de custódia de João Paulo, mas ainda não há notícias. A família também aguarda respostas.

Cheryla morava com a mãe, os filhos e os irmãos na QR 514, a

poucos metros de onde foi morta. Apesar do curto tempo de relação com João Paulo, os familiares dela não aprovavam.

"Ela só queria ser amada. Tentou se afastar, mas ele sempre a procurava, e ela voltava", relatou a filha da vítima, Thamyres Carvalho dos Santos, 22.

Fábio Carvalho, 44, irmão da vítima, cobra justiça. "Espero que dessa vez fique preso!" (CS)





Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

A casa de Athos

Escrevi um longo verbete sobre Athos Bulcão para um livro ainda não publicado e fiz um teste de audiência com os estagiários da editoria. E, para a minha surpresa, eles conheciam a maioria dos fatos relatados no texto. Fiquei curioso e perguntei como haviam tido acesso a essas informações e eles me responderam: no ensino fundamental. Pois bem, essa ação essencial só se tornou possível graças ao trabalho da Fundação Athos Bulcão.

A instituição que leva o nome do mais importante artista de Brasília articulou a inclusão da matéria no currículo do ensino fundamental do DF e deu suporte

didático. É também graças aos seminários promovidos pela Fundathos que Athos Bulcão se tornou um artista reconhecido em plano nacional e internacional. A obra dele inspirou e continua inspirando novos artistas do design.

A arte de Athos é uma riqueza coletiva que confere dignidade a Brasília. Ela não está nos museus; está inscrita de maneira indivisível na pele da cidade, numa rara integração entre arte, arquitetura e urbanismo. Está na estrutura da Igreja Nossa Senhora de Fátima da 308 Sul, nas divisórias dos hospitais da Rede Sarah, no painel luminoso do Conjunto Nacional, nos relevos do Teatro Nacional, nas paredes do Aeroporto de Brasília, nas treliças do Palácio do Itamaraty, nas fachadas das escolas, no Tribunal Regional do Trabalho, na Cultura Inglesa, na área interna do Congresso Nacional, no Hospital Regional de Taguatinga.

No Espaço Cultural Anatel, no Superior Tribunal de Justiça, na Legião da Boa Vontade, no Supremo Tribunal de Justiça, nos banheiros do Parque da Cidade, na Legião da Boa Vontade, na fachada do Edifício Morro Vermelho no Setor Comercial Sul, no Palácio do Jaburu, no Cine Brasília, no Memorial JK, no Teatro Pedro Calmon do Quartel General do Exército, no Aeroporto de Brasília ou no Mercado das Flores (próximo ao Cemitério Campo da Esperança, no Plano Piloto).

Quer dizer, em Brasília, você nasce, estuda, trabalha, se desloca, vive, se diverte, chega e viaja para o Plano Piloto e para outros planos com a presença ou quase onipresença de Athos Bulcão. As intervenções artísticas dele são expressões de sua gentileza. É como se aquele homem tímido, a ponto de quase não falar, mas apenas sussurrar, dissesse com as obras espalhadas

pela cidade: “Meus amigos, sintam-se à vontade, sintam-se em casa. Essa cidade é a casa de vocês”.

O projeto da sede definitiva da Fundação Athos Bulcão tem de ser abordado da mesma maneira suprapartidária com que foi tratada a questão do Fundo Constitucional do DF. Cada um deve ter a grandeza de transcender as divergências ideológicas na defesa de um patrimônio cultural inalienável da cidade.

A concessão do terreno para a sede definitiva da Fundação Athos Bulcão foi um vitória parcial importante, mas deve ser complementada pelos recursos para a construção do belo projeto de Lelé Filgueiras. Da mesma maneira que se cuida dos ipês, temos de cuidar de Athos Bulcão. Juscelino Kubistchek, Oscar Niemeyer, Lucio Costa e Israel Pinheiro, os outros criadores de Brasília, têm não apenas um terreno, mas uma sede para zelar

por suas memórias.

O único que não tem uma casa digna é Athos Bulcão, precisamente o que escolheu Brasília para morar, foi professor da Universidade de Brasília, estimulou os novos artistas e mais participou da vida cotidiana da cidade. Espero que, como sugeriram arquitetos ao **Correio**, os empresários da construção civil, que tanto enriqueceram com Brasília, retribuam um pouco do muito que ganharam e ergam o projeto de Lelé.

Eles dispõem de todos os meios para realizar esse sonho, só falta a vontade. Além disso, os parlamentares da Câmara Legislativa do DF e os representantes do DF no Congresso Nacional poderiam se unir para fazer emendas em favor da construção da sede da Fundação Athos Bulcão. Seria a reparação de uma injustiça histórica e um presente para Brasília.

JUSTIÇA/ TJDF autoriza a Neoenergia a fiscalizar e a remover cabos de telecomunicação que ofereçam riscos à população. Associação contesta atuação da companhia, mas moradores comemoram a decisão

Emaranhado de problemas

» ARTHUR DE SOUZA

Após cerca de três anos, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) derrubou a liminar que impedia a fiscalização e a remoção de cabos de telecomunicação dos postes da Neoenergia Brasília. Ontem, a empresa começou o trabalho em três regiões administrativas: Candangolândia, Ceilândia e Taguatinga.

Na decisão, o desembargador James Eduardo Oliveira ressaltou que a autorização é para que a distribuidora faça a remoção, principalmente, em locais que ofereçam riscos. Segundo o magistrado, na qualidade de concessionária do serviço público de energia elétrica, “a Neoenergia deve zelar para que o compartilhamento da infraestrutura se mantenha regular às normas técnicas e regulamentares aplicadas”.

“A empresa pode, perfeitamente, retirar os cabos e demais equipamentos utilizados quando as companhias não se dispuserem a regularizar as suas situações, assim como pode cobrar pela utilização indevida”, afirmou. O desem-

bargador do TJDF ressaltou que a Neoenergia “está sempre autorizada a retirar equipamentos em situações emergenciais ou que envolvam risco de acidentes”. A empresa estima que mais de 100 empresas de telecom estejam operando sem contrato, enquanto 165 estão regularizadas.

Diretor-superintendente da Neoenergia Brasília, Gustavo Alvares disse que, a partir da derrubada da liminar, a companhia passou a fazer o trabalho de fiscalização e remoção para garantir a segurança da população e deixar a cidade mais limpa. “Convocamos as empresas e associações para que regularizem suas situações junto à Neoenergia. Esse é o melhor caminho para garantir a segurança da população e uma ocupação legal da rede de distribuição”, ressaltou.

O presidente da Associação dos Provedores do Distrito Federal (Aspro), Rodrigo Oliveira, disse que a Neoenergia atua de forma desproporcional. “Ela não dá oportunidade de defesa aos provedores de internet (garantida pela Constituição Federal), realizando cortes sem qualquer aviso prévio ou justificativa legal”,

Divulgação/Neoenergia



observou. “Os cortes são realizados de maneira arbitrária, sem qualquer documento que justifique os excessos”, acrescentou Oliveira.

Esperança

A reportagem percorreu locais onde a população convive com os emaranhados de fios. No Guará 2, a servidora pública Lizete Araújo, 60 anos, comemorou a possi-



Bruna Gaston CB/DA Press

A estimativa é de que mais de 100 empresas estejam operando sem contrato

bilidade de uma nova organização dos postes. “Moro no Guará há 40 anos e acompanhei a evolução desse problema. É bastante perigoso, pois, além de não sabermos se os fios são energizados, muitos ficam baixos nas ruas, fazendo com que a gente corra o risco de se machucar”, avaliou. “Durante muitos anos, foi algo que não teve solução, por mais que os moradores fizessem reclamações. Vamos ver se, agora, com essa derrubada da liminar, a situação vai melhorar. A esperança é essa”, destacou.

Na Candangolândia, uma das regiões onde a Neoenergia iniciou o trabalho de fiscalização e remoção, o comerciante Alessandro Pereira, 34, também ficou feliz ao saber da derrubada da liminar. “Tenho o restaurante aqui há 10 anos e sempre convivi com esse emaranhado de fios. A quantidade só aumentou, com o passar do tempo”, reclamou. Morador de Samambaia, ele lembrou que o problema também afeta o local onde vive. “Por lá, a situação é pior. São tantos fios, que acabam entortando alguns postes, aumentando o risco de acidentes”, lamentou.

RODOVIÁRIA

Bruna Gaston CB/DA Press



Estacionamentos oferecem 10 minutos de tolerância

Privatização de estacionamento é concluída

» LEONARDO RODRIGUES*

A concessionária Catedral finalizou a implantação do sistema de cobrança em todos os bolsões de estacionamento da plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto. Falta apenas o pátio em frente ao Conic, que foi ativado ontem. Com isso, todos os acessos passam a ser pagos e contam com cancelas eletrônicas, vigilância e seguro contra sinistros.

Os valores cobrados são R\$ 7,00 por hora, com diária de R\$ 30,00. Atrás do Conjunto Nacional, a tarifa é de R\$ 12,00

por hora e diária, de R\$ 40,00. Aos domingos, nesse mesmo pátio, a cobrança cai para R\$ 8,00 por hora.

Há opções de pacotes mensais, com valores entre R\$ 250,00 e R\$ 350,00, dependendo do bolsão. Os estacionamentos oferecem 10 minutos de tolerância, permitindo embarques, desembarques ou outras ações rápidas sem cobrança.

A medida divide opiniões entre os usuários. A assistente financeira Jusceline do Nascimento, 38 anos, mora no Park Way e estaciona

regularmente na rodoviária. Para ela, o valor é acessível e melhorou a qualidade do estacionamento. “Mas, ao mesmo tempo, dificulta para quem não tem esse valor na hora. Eu mesma só fiquei sabendo que teria de pagar depois que parei o carro”, relatou.

O tecnólogo Ronei Borges, 33, morador de Planaltina, concorda com a cobrança. “Quando você deixa algo nas mãos do Poder Público, não funciona”, argumentou. Na opinião dele, a segurança e a organização melhoraram no local. Segundo

Borges, a quantidade de pedintes diminuiu na rodoviária.

Também morador de Planaltina, o segurança Éder Ferreira de Santos, 42, afirmou que o custo mensal do estacionamento é elevado, mas ressaltou que se sente mais seguro ao estacionar. “Só que o preço tem de ser mais razoável para caber no bolso dos motoristas”, destacou.

Cleiton Alves, 50, morador de Goiás, foi à rodoviária resolver pendências trabalhistas e achou o estacionamento caro. “Da próxima vez, vou procurar um lugar mais longe

para deixar o carro. O ponto positivo é que agora não terá assaltos. Porém, privatizaram um espaço que antes era público”, ponderou.

A Catedral informou que todos os veículos estacionados nas áreas sob responsabilidade da concessionária estão protegidos por seguro e que câmeras foram instaladas nos estacionamentos para garantir mais segurança. “Essa medida reforça a proteção dos veículos, promove a rotatividade das vagas e viabiliza recursos para investimentos contínuos na modernização do terminal”, completou a empresa.

*Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho

Obituario

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.dfg@dabr.com.br

Sepultamentos em 30 de julho de 2025

» Campo da Esperança

Ángelo Cezario de Araújo, 80 anos
Clevio Rodrigues Tavares, 16
Felix Vieira de Almeida, 95 anos
Izalmo Jose da Silva, 73 anos
Jorge Luis Domingos Ferreira, 57 anos
José Cândido da Conceição, 83 anos
Laurides Santos Madeira Marrocos, 81 anos
Manuel Martins da Silva, 86 anos
Maria Candida Gonçalves Sobral, 81 anos
Mara de Lourdes Vieira Rocha, 85 anos
Marinalva Maria da Silva, 90 anos
Paulo Roberto Sanchez, 78 anos
Sandra Maria Dias de Azevedo, 72 anos
Valdir Alves de Carvalho, 95 anos
Vitor José de Andrade, 73 anos

» Taguatinga

Ana Beatriz Rosa de Lima, 24 anos
Angelina Maria de Carvalho, 94 anos
Carlos Antônio Belo, 55 anos

Daniel da Silva Paz, 34 anos
Enildo de Vasconcelos Ferreira, 64 anos
Gerson Menezes Bezerra, 86 anos
Gerson Monteiro de Farias, 82 anos
Helio Jorge Tavares, 41 anos
Honorina Ramos da Silva, 90 anos
Joel de Souza Silva, 54 anos
José das Dores Ferreira, 68 anos
Maria Núbia dos Santos, 71 anos
Marlene Gomes Monteiro, 60 anos
Napolião Francisco da Silva, 65 anos
Onildo Pereria da Silva, 83 anos
Raimundo Nicolas Pereira, 78 anos
Raimundo Nonato da Silva Carvalho, 60 anos
Renato Gomes da Silva, 51 anos
Rosalva do Nascimento Nota, 73 anos
Rufina da Silva Fonseca, 94 anos

» Gama

Valdeleide da Silva Matos, 68 anos
Edna Reis de Andrade Araujo, 51 anos
Itamar Manoel Silva de Sousa, 53 anos

» Planaltina

Gabriel dos Santos Silva, 7 anos
Juarez Fernandes da Silva Filho, 55 anos
Leonardo Henrique dos Santos, 43 anos

Paulo Manoel do Nascimento, 83 anos

» Sobradinho

Bruno Hernandes Azenha Pilon, 40 anos
Gregório Ramos dos Santos, 88 anos

» Jardim Metropolitano

Lenilda Maria da Silva, 63 anos
Geovane Ferreira de Almeida, 29 anos

Francisca de Lima Moraes, 74 anos

Unices Pinto Medeiros, 87 anos

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

VALEC

ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICENÇA

A Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. (nome fantasia Infra S.A.) torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a retificação da Licença de Instalação nº 1121/2016 - 6ª Retificação, com validade até a data de 19 de outubro de 2029, para o projeto de Instalação de Fibra Óptica, Duplicação e Melhorias da Rodovia Federal BR-040/DF/GO, Trecho: Entr. BR-050/BR-251/DF-001/003 em Brasília/DF ao entroncamento com a BR-050 em Cristalina/GO, com extensão de 114,7 km.

ANDRÉ LUÍS LUDOLFO DA SILVA
Diretor de Empreendimentos

GOVERNO FEDERAL
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 47/2025

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **09 de setembro de 2025**, no Portal VendasGov - Imóveis (<https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/>), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel do INSS, sendo permitido o envio de propostas até às **09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 047/2025, disponível no Portal.

2. O imóvel ofertado é um apartamento com vaga de garagem de 252,868 m², localizado à **SQS 207, bloco A, apartamento 104, em Brasília/DF**, matriculado sob os números 82.106 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 2.070.000,00.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEP 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-2506/2541. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

THALLYTA DE PAIVA LACERDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.”
Adam Smith



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

A ressaca dos juros na indústria

A CNI considerou “insuficiente e equivocada” a decisão do Banco Central de manter a taxa básica de juros em 15% ao ano. Segundo a entidade, o Copom deveria ter iniciado o processo de redução da Selic na reunião de ontem. “Já tivemos o aumento do IOF sobre as operações de crédito e câmbio e a elevação das tarifas dos EUA sobre as nossas exportações. A alta do IOF sobre o crédito vai aumentar em R\$ 4,9 bilhões o custo para as indústrias, enquanto as tarifas dos EUA podem causar queda na produção industrial e a perda de milhares de empregos no país. O momento pede uma política monetária mais favorável. Precisamos de menos juros e mais crescimento”, aponta o presidente da CNI, Ricardo Alban.

“Estimamos que foi reduzido em mais de 40% o impacto do tarifaço”, diz CNI

O presidente da Fibra e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o Centro-Oeste, Jamal Bittar, disse à coluna que, numa avaliação preliminar,

o tarifaço veio mais tênue, se considerada a ameaça inicial. “Ainda é difícil mapear a razão do recuo, mas é fato que as questões macroeconômicas entre Estados Unidos e Brasil

influenciaram no anúncio de hoje. É uma lista ampla que, segundo estudos preliminares, pode reduzir em mais de 40% o impacto inicialmente estimado”, disse Jamal.

Novos ajustes

Para os produtos tarifados, podem ocorrer ainda ajustes, com parte dos custos sendo absorvidos pela produção, parte sendo negociada e outra parte sendo repassada para o consumidor nos Estados Unidos.

“Não ficamos ainda tranquilos, considerando a impetuosidade do governo norte-americano, que pode voltar a pesar em tarifas contra o Brasil em razão não da economia, mas da tentativa de influenciar em processos internos do país. O pacote apresentado foi menos ruim do que o esperado e precisamos acompanhar a sequência dos movimentos de importação e de exportação e a postura do governo brasileiro.”



Carlos Vieira/CB/D.A. Press

Filipe de Freitas



Prêmio Indicadores do Concreto 2025

O Sinduscon-DF, com apoio da Fibra e parceria do Senai, entregou ontem, em evento na sede do sindicato, o Prêmio Indicadores do Concreto 2025, que está prestes a completar 15 anos. Foram premiadas empresas da construção civil que obtiveram os melhores índices da qualidade do concreto usado nas obras no Distrito Federal em 18 categorias. A avaliação considerou indicadores técnicos que traduzem desempenho, controle e qualidade. Entre as categorias estão a melhor pontualidade do canteiro, o maior volume concretado em uma obra e o canteiro com melhor controle tecnológico.

Presenças

O projeto está sob a coordenação do engenheiro civil e vice-presidente do Sinduscon-DF, Renato Cortopassi. Além dele, realizaram a abertura do evento o presidente do Sinduscon-DF, Adalberto Cleber Valadão Júnior; o secretário de Obras, Valter Casimiro; a diretora de Materiais, Tecnologia e Produtividade, Cândida Maciel; e o diretor regional do Senai, Marco Antônio Secco. Entre as vencedoras, estão a Tecna Construtora, Paulo Octavio Investimentos Imobiliários, Habitar Empreendimentos Imobiliários, Engenharia Carvalho Accioly, Concrecon e Construtora Villela e Carvalho.

Trump bateu menos forte na parte comercial, mas radicalizou na política

Embraer e Petrobras, duas peso pesados da indústria nacional, e parte do agro, estão salvos do tarifaço de Trump. Estão contempladas na lista de 700 isenções. Bem verdade que Trump amenizou a medida mais para proteger as empresas norte-americanas, que sofreriam o impacto na alta dos custos de insumos brasileiros essenciais para elas. Mas pesou na mão em cima do ministro do STF Alexandre Moraes. A guerra, mais do que com o Brasil, é abertamente direcionada ao ministro, por ter contrariado o interesse das big techs. O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros dos Estados Unidos adicionou Moraes na lista dos indivíduos sancionados pela Lei Magnitsky. O mecanismo é usado para impor sanções contra estrangeiros acusados de “corrupção grave ou violação dos direitos humanos”.



Felipe Sampaio/SCO/STF



AFP

“Soberania é inegociável” bomba nas redes

Levantamento da Nexus — Pesquisa e Inteligência de Dados mostrou que, às vésperas do tarifaço, crescia no X (ex-twitter) a hashtag SOBERANIAÉINEGOCIÁVEL, que acumulou, até ontem, às 8h30, mais de 1,3 milhão de menções — ocupando a 1ª posição dos Trends Topics Brasil nas últimas 24h. Originada nos perfis da base governista, a tag é utilizada em posts que apontam Eduardo Bolsonaro como culpado pela medidas dos EUA contra o Brasil.

Prêmio ADPF de Jornalismo

A ADPF vai lançar, em agosto, o edital do seu 1º Prêmio de Jornalismo. Os vencedores serão conhecidos em outubro, nas categorias Rádio, TV e texto (sites e jornais). A iniciativa vai premiar reportagens que abordem a atuação dos delegados da Polícia Federal no combate ao crime organizado e no apoio ao trabalho de instituições governamentais, do Judiciário e do Congresso. A premiação será em dinheiro, podendo chegar a R\$ 20 mil. Podem concorrer matérias publicadas nos últimos dois anos. A novidade foi anunciada pelo presidente da ADPF, delegado Luciano Leiro.

ESCOLHA A

ESCOLA DO SEU FILHO 2025

Faça parte dessa iniciativa: Entre em contato com a equipe comercial!

As salas de aula estão mais tecnológicas, colaborativas e centradas no aluno. Um novo modelo de ensino surge — mais inclusivo, flexível e preparado para o futuro.

Ciente dessa realidade, o Correio Braziliense apresenta a nova edição do projeto Escolha a Escola do Seu Filho: uma oportunidade exclusiva para escolas que acreditam no poder da educação como chave da transformação.

Patrocínio



Apoio de Comunicação



Realização





A festa com o tema *O chamado do tambor* destaca a simbologia do taiko (tambor japonês)

Reprodução/Templo Shin Budista de Brasília



Na programação, há apresentações de artes marciais

TEMPLO BUDISTA EM BRASÍLIA
COMEMORA ANCESTRALIDADE
COM FESTIVAL CULTURAL,
GASTRONÔMICO E INCLUSIVO.
EVENTO OCORRE EM TODOS
OS FINS DE SEMANA DE
AGOSTO, COM DANÇAS,
OFICINAS, COMIDAS TÍPICAS
E AÇÕES SOCIAIS

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Templo é uma das atrações turísticas de Brasília

» VITÓRIA TORRES*

Em templos, praças e festivais, a cultura japonesa se manifesta pelos encontros entre gerações, ensinando respeito aos antepassados e reforçando valores. Em 2025, Brasília se prepara para celebrar a tradição e a cultura japonesa mais uma vez. A partir de amanhã, o Templo Shin Budista Terra Pura, na Asa Sul, promove o Obon Matsuri 2025, festival que ocupa todos os sábados e domingos de agosto com uma programação cultural aberta ao público de apresentações artísticas, oficinas gratuitas e uma praça de alimentação com os sabores autênticos do Japão. Realizado sempre das 16h às 22h, o evento agora traz um novo compromisso com a coletividade.

A antiga “quermesse do templo”, como era carinhosamente conhecida, agora assume oficialmente o nome de Obon Matsuri, retomando suas raízes e o significado espiritual da celebração — um tributo aos ancestrais, como é tradição no Japão durante o Obon, um dos festivais mais importantes do calendário budista japonês. “Essa festividade tem um sentido religioso. É basicamente uma homenagem aos antepassados. Budismo é a fonte da cultura oriental”, explica o monge Keizo Doi, de 37 anos, diretor do Templo Shin Budista Terra Pura.

Com o tema “O chamado do tambor”, a edição de 2025 destaca a simbologia do taiko (tambor japonês), que ecoa por todo o evento como um convite à reunião, à escuta e à celebração coletiva. “O evento é aberto para o público. Nós vamos focar mais no aspecto cultural do que religioso. É importante a oportunidade do templo se expressar, apresentando a cultura”, assinala o monge Keizo. “A festa só existe graças ao apoio da comunidade brasiliense. Já tem uma história de 55 anos”, acrescenta.

“A maior atração para a sociedade brasileira é a comida japonesa. É algo que realmente aproxima as pessoas do nosso evento e da nossa cultura”, adianta. Os pratos, preparados com autenticidade e dedicação, incluem yakisoba, tonkatsu, karaage, guioza, onigiri, tempurá, udon e doces típicos. A festa também conta com o Yakisoba Solidário — o visitante pode comprar o prato por um valor promocional, que será doado a pessoas em situação de rua. Outro diferencial do Obon Matsuri

A tradicional quermesse japonesa

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



“Vamos focar mais no aspecto cultural do que religioso”, explica o monge Keizo

2025 é o compromisso com a inclusão e a sustentabilidade. O evento tem intérpretes de Libras, espaço sensorial para pessoas neurodivergentes, coleta seletiva de resíduos, além de parcerias com cooperativas de reciclagem. Haverá ainda monitoramento de ruídos para garantir conforto acústico a todos.

Um dos momentos mais aguardados é o Bon Odori, tradicional dança coletiva, que celebra a vida dos antepassados em movimentos circulares, conduzidos por coreografias simples e envolventes. Também fazem parte da agenda: shows de Taiko, com grupos

locais e convidados; apresentações de dança Kabuki, teatro clássico japonês; demonstrações de artes marciais; oficinas gratuitas de culinária japonesa, sumiê (pintura), shodô (caligrafia), ikebana (arranjo floral) e shiatsu (massagem); concurso de cosplay, celebrando personagens de anime e mangá; e palestras sobre a história do mangá, que abordam desde a arte clássica japonesa até fenômenos modernos como Naruto e One Piece.

*Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso

OBON MATSURI 2025

- Onde e quando: todos os sábados e domingos de agosto, na 315/316 Sul
- Horário: das 16h às 22h
- Quanto: a partir de R\$ 11
- À venda no Sympla. Acesse pelo QR Code abaixo
- Entrada gratuita para crianças de até 8 anos
- Meia-entrada social mediante doação de 1kg de alimento não perecível
- A partir da próxima segunda-feira, será disponibilizada uma quantidade limitada de cortesias para o Dia dos Pais, comemorado em 10 de agosto
- As oficinas culturais são gratuitas, com vagas limitadas e inscrições realizadas diretamente no local

PROGRAMAÇÃO DESTES FIM DE SEMANA

Sábado (2/8)

- | | |
|-------|---|
| 17h | Concurso cosplay; oficina de sumi-e (pintura japonesa) |
| 18h35 | Bon Odori/Matsuri Dance (danças tradicionais japonesas) |
| 18h45 | Oficina de história do mangá |
| 19h40 | Apresentação de pop dance |
| 20h | Oficina de culinária; oficina de ikebana (arranjo floral) |
| 20h10 | Wadaiko (tambor japonês) |
| 20h40 | Bon Odori/Matsuri Dance |

Domingo (3/8)

- | | |
|--------|--|
| 17h | Concurso cosplay |
| 17h | Oficina de sumi-e (pintura japonesa) |
| 18h35 | Bon Odori/Matsuri Dance |
| 18h45 | Oficina de história do mangá |
| 19h55: | Apresentação de pop dance |
| 20h | Oficina de culinária; oficina de ikebana |
| 20h30 | Wadaiko |
| 21h | Bon Odori/Matsuri Dance |
- Programação do mês e atualizações do festival pelo QR Code abaixo ou no Instagram: @budismodaterapura.



Ingressos



Programação completa

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Gestação

O Hospital Anchieta, em Taguatinga Norte, está com inscrições abertas para o tradicional curso de gestantes, gratuito e voltado às futuras mães e seus parceiros. Serão quatro encontros semanais, sempre as segundas-feiras: 5, 12, 17 e 26 de agosto, das 14h às 17h, no auditório do hospital. O programa, coordenado pela médica Mariana Palhares Temer, é conduzido por uma equipe multidisciplinar de ginecologistas, obstetras, psicólogos, pediatras, enfermeiras, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Os encontros abordam temas como parto, puerpério, amamentação, cuidados com o recém-nascido, saúde emocional da mãe e participação dos pais. Após inscrição pelo site-contenidos.hospitalanchieta.com.br/curso-de-gestantes-anchieta-2025, é enviado por e-mail um formulário para preenchimento dos dados da gestante e acompanhante. Ao final do curso, recebem certificado ou atestado de participação.

Economia criativa

Estão abertas as inscrições para o CerradoLAB, plataforma formativa do Cerrado Jazz Festival 2025, que ocorre de 7 a 10 de agosto, no estacionamento da Caixa Cultural. São três oficinas gratuitas voltadas à cadeia produtiva da cultura: iluminação cênica, áudio básico de som e roadie. A proposta é capacitar os participantes com conhecimentos teóricos e práticos, preparando-os para o mercado de trabalho nas áreas técnicas da economia criativa. Os cursos serão presenciais. Inscrições e mais informações estão disponíveis nas redes sociais do festival ([@cerradojazzfestival](https://www.instagram.com/cerradojazzfestival/)) e no site cerradojazz.com.br. A iniciativa é realizada com recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF) e da Lei de Incentivo à Cultura.

Defesa pessoal

O Projeto Lago Forte, iniciativa do 24º Batalhão da Polícia Militar do DF, oferece aulas gratuitas de jiu-jitsu e defesa pessoal para a comunidade. As atividades visam promover o bem-estar físico, a autoconfiança e a integração social. As aulas de jiu-jitsu são mistas e ocorrem de segunda a quinta-feira, às 14h e às 18h. As sextas-feiras, a programação inclui defesa pessoal feminina, às 9h, e uma turma adicional de jiu-jitsu, às 10h30. As inscrições são presenciais, diretamente no 24º BPM (CA 2, Lago Norte). Os interessados devem ter no mínimo 14 anos.

EaD

O projeto Esperançar, da União Bra-

Desligamentos programados de energia

» LAGO SUL

Horário: 10h às 16h
Local: SHIS QL 08, Conjunto 07
Serviço: melhoria e manutenção da rede elétrica

sileira de Educação Católica (Grupo Ubec), oferece 29 formações de curta duração em áreas como direitos humanos, liderança, educação, ética e responsabilidade, tecnologia e gestão ambiental. As aulas são destinadas a pessoas que desejam atualização e formação continuada. Os cursos têm carga horária de 15 horas e são certificados pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Informações pelo [site esperancar.catolica.edu.br](http://site.esperancar.catolica.edu.br).

OUTROS

Tai Chi

A Associação Being Tao irá homenagear o Grão Mestre Moo Shong Woo, idealizador do movimento Tai Chi Being Tao, pelos 51 anos de ensinamentos, desde a fundação da entidade, em 1974. O evento será realizado no próximo sábado, às 17h, no Auditório Tom Jobim, localizada na Legião da Boa Vontade (915 Sul). A cerimônia marca mais de cinco décadas de práticas voltadas ao bem-estar físico, mental, espiritual e ecológico, disseminadas gratuitamente pelo Mestre Woo desde os primeiros exercícios da Praça da Harmonia Universal. A homenagem é aberta ao público.

Moda circular

A Remoda — Feira de Brechós: Festival de Moda Circular será realizada em 9 de agosto, das 11h às 18h, na Praça da Estação do Metrô, em Ceilândia Centro. Com entrada gratuita, o evento promove a moda sustentável e a economia criativa da periferia, reunindo mais de 60 expositores, entre brechós, marcas autorais, gastronomia local e artesanato. A programação inclui workshop de customização, desfiles de moda autorai, grafite ao vivo e DJs ao longo do dia.

Circo

O projeto Gira das Desempregadas Convida promove 33 apresentações de teatro, circo e lambe-lambe, espalhadas por nove cidades do DF e de Goiás. O público vai se emocio-

nar com *Pedaços de Maria*, espetáculo circo-teatro musical protagonizado por Maria Tavares, e a trilogia lambe-lambe *Enquanto Houver Amor Eu Me Transformo*, composta por microespetáculos para sessões individuais. As apresentações no DF ocorrem em 16 de agosto, às 16h, no Batalhão das Artes, Taguatinga; e em 31 de agosto, às 10h, na Rua do Lazer, no Guarã, também com intérprete de Libras. A entrada é gratuita.

Educação ambiental

A 22ª edição do Projeto Preservar está com inscrições abertas. A iniciativa, promovida pela Farmacotécnica, tem foco em educação ambiental. O evento será realizado de 1º a 12 de setembro, na chácara da marca, localizada no Núcleo Rural Vargem Bonita (DF), e marca a chegada da floração da camomila, planta símbolo do projeto. Com mais de 50 espécies de ervas medicinais cultivadas, o espaço já recebeu mais de 15 mil visitantes desde sua criação. As visitas são guiadas por alunos do 4º ano da Escola Classe Ipê. Inscrições gratuitas pelo [link forms.gle/Preservar2025](http://link.forms.gle/Preservar2025). Informações: (61) 98277-0676 (WhatsApp).

Turismo cívico

Moradores e turistas podem desfrutar gratuitamente de um city tour cívico na capital. Os ônibus saem do estacionamento norte da Torre de TV, de terça-feira a domingo, em quatro horários: 10h, 12h, 14h e 16h30. Cada viagem tem, em média, duas horas, com um limite de 36 pessoas. É preciso fazer um agendamento prévio no site brasilareceptivo.com.br, mas existe possibilidade de encaixe, mediante disponibilidade de vagas. O tour sobe o Eixo Monumental, vai para o Setor Militar Urbano, desce pela Esplanada dos Ministérios e retorna à Torre.

Motociclismo

Brasília está recebendo, até sábado, o Capital Moto Week 2025, o maior festival de motos e rock da América Latina. Com expectativa de público superior a 800 mil pessoas e mais de 300 mil motos, o evento reúne motoclubes de todo o Brasil e de diversos países em um espaço de mais de 320 mil metros quadrados. A programação inclui mais de 100 shows de rock distribuídos em cinco palcos temáticos, além de atrações como tirolesa, bungee jump e roda-gigante. O festival é certificado como Lixo Zero, compensa 100% das emissões de carbono e incorpora práticas de inclusão, diversidade e sustentabilidade em toda sua estrutura. Ingressos a partir de R\$ 60 no site bilheteriadigital.com.

Autorização para vaga especial

Divtran I - Plano Piloto SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Isto é Brasília

Minervino Júnior/CB/DA Press



Igreja Ortodoxa São Jorge

Projeto de Oscar Niemeyer, o templo no Lago Sul é uma edificação cilíndrica, com 30 metros de diâmetro e sete de altura. A Igreja Ortodoxa São Jorge de Brasília tem, ao centro, uma cúpula. Ao lado, um campanário. São dois pavimentos. No primeiro, acessível por uma rampa em curva, está o espaço de culto, onde fica o altar-mor que, seguindo a tradição, é voltado para leste.

Poste sua foto com a hashtag #istoebasiliacb e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebasiliacb

» Destaques

Dança

» O espetáculo *Corpo Avesso* estreia no domingo na Universidade Internacional da Paz (Unipaz), no Park Way. A apresentação faz parte de um projeto com 13 ações culturais gratuitas no DF, com foco em saúde mental, diversidade corporal e autoconhecimento. A programação começa às 15h com um piquenique ao ar livre, seguido por duas sessões do espetáculo: às 16h30 e às 19h, na Casa da Cachoeira da Unipaz. As sessões oferecem acessibilidade com intérprete de Libras, sendo que a primeira também conta com audiodescrição. Entre as apresentações, o público participa de um intervalo com chá e uma roda de conversa sobre o processo criativo. O evento tem classificação indicativa de 14 anos. Os ingressos estão disponíveis pelo Sympla. Haverá traslado gratuito saindo da Biblioteca Nacional (15h, para a primeira sessão, e 18h10, para a segunda). Mais informações nas redes sociais ([@corpoavesso](https://www.instagram.com/corpoavesso/)). Ingresso na plataforma sympla.com.br.

Festa junina

» A Paróquia Santo Cura D'Ars promove seu tradicional Arraiá nos dias amanhã, sábado e domingo, das 17h às 22h, no SGAS 914, Módulo B, Lote 66, Asa Sul. A festa, com entrada gratuita, oferece uma programação voltada para toda a família, com comidas típicas, brincadeiras, música e clima de confraternização.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

/correiobrasiliense

@correio.braziliense

@correio

@correio.braziliense

O tempo em Brasília

Poucas nuvens, sem previsão de chuvas.

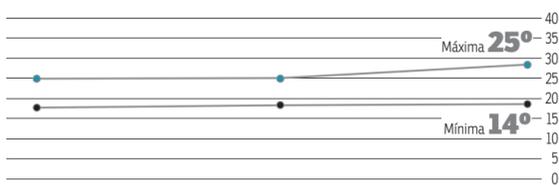


Umidade relativa

Máxima **80%**

Mínima **20%**

A temperatura



O sol

Nascente 6h36
Poente 17h59



A lua

Cheia 9/8
Minguante 16/8
Nova 23/8
Crescente 1/8



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

SAMAMBAIA

REFORMA NAS QUADRAS

Luiz Magno, morador de Samambaia, pede que as quadras poliesportivas e os parquinhos na QR 205 sejam reformados. "Estão muito velhos e acredito que seja necessário uma revitalização desses espaços o quanto antes. As áreas destinadas à prática esportiva ao ar livre são muito importantes para a população", destaca o morador.

» Em nota, a Administração Regional de Samambaia informa que vem atuando "ativamente" na valorização dos espaços públicos e na promoção do esporte e lazer. "Somente este ano, foram entregues diversos equipamentos esportivos reformados, como as quadras poliesportivas da QR 203, entregue na semana passada, e da QR 421, entregue na terça-feira, além de novos parquinhos e campos sintéticos, como o da QR 305, entregue há duas semanas. Outros espaços seguem em fase de vistoria técnica e/ou com processos licitatórios em andamento, com previsão de melhorias nos próximos meses. Reforçamos nosso compromisso com a comunidade, buscando oferecer estruturas cada vez mais adequadas e seguras para a prática esportiva e o convívio social em Samambaia", detalha.



G O M E Z

ASA NORTE

BURACO

O morador da Asa Norte Matheus Borraz faz o alerta sobre a existência de um grande buraco no estacionamento atrás de um grande estacionamento privado, na altura da SGAN 908. "Esse buraco está ali há um bom tempo e acaba atrapalhando quem está passando, principalmente à noite. Muitos estudantes deixam o carro ali pela proximidade ao Centro Universitário de Brasília (Ceub)", alerta.

» A Novacap informa, em nota, que vai enviar um técnico para vistoriar o local e tomar as devidas providências. Caso o cidadão tenha realizado o pedido, por meio dos canais oficiais do Governo do Distrito Federal (GDF), a empresa solicita que ele envie o número do pedido para verificar o andamento. "É importante destacar que as demandas são atendidas após o recebimento da solicitação encaminhada pelos canais oficiais do GDF ou indicações formalizadas pelas administrações", explica.

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Timão sai em vantagem

Em um clássico eletrizante e bastante pegado, o Corinthians abriu vantagem diante do Palmeiras nas oitavas de final da Copa do Brasil. Na Neo Química Arena, o alvinegro venceu o alviverde, por 1 x 0, gol de Memphis. Yuri Alberto desperdiçou um pênalti para os corinthianos e Maurício teve um gol anulado por impedimento milimétrico. No Beira-Rio, o Fluminense aprontou para cima do Internacional e ganhou, por 2 x 1. Na Fonte Nova, o Bahia sofreu, mas venceu o Retrô, por 3 x 2.

COPA DO BRASIL Campeões na base com a Seleção Brasileira e expoentes técnicos de Flamengo e Atlético-MG, atacante Pedro e zagueiro Lyanco prometem duelo à parte no reencontro entre os finalistas da edição de 2024 da competição nacional

Geração 1997

DANILO QUEIROZ

As pretensões de Flamengo e Atlético-MG nas oitavas de final da Copa do Brasil passam pelo bom desempenho de expoentes da geração 1997 do futebol nacional. Campeões com a Seleção Brasileira de base em 2019, o atacante rubro-negro Pedro e o zagueiro alvinegro Lyanco surgem como possíveis protagonistas do reencontro dos finalistas do mata-mata nacional do ano passado. No Maracanã, às 21h30, os atletas travarão um duelo à parte embasado nas experiências positivas e negativas adquiridas ao longo da carreira.

Em 2019, Pedro e Lyanco dividiram os vestiários durante o Torneio de Toulon, tradicional competição sub-19 disputada na cidade francesa de mesmo nome. Na campanha do título, o zagueiro do Atlético-MG ostentava moral e levantou a taça como capitão, com direito a pênalti convertido na final contra o Japão. Mesmo oscilando entre a titularidade e a reserva, o atacante do Flamengo já carregava consigo a expectativa em se tornar um nome importante no futebol nacional.

A consolidação nos elencos dos adversários de hoje mostra a importância deles. Pedro está no Flamengo desde 2020 e conquistou diversos títulos. Depois de passagens na Europa, Lyanco passou a vestir a camisa do Atlético-MG em 2024 e rapidamente se transformou em uma liderança. Curiosamente, os jogadores carregam uma mesma frustração nas carreiras: a não participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020. A lista do técnico André Jardine usou como base justamente o Torneio de Toulon. O atacante foi lembrando, mas não teve a liberação do clube. Preterido, o zagueiro chegou a fazer reclamações públicas em redes sociais.

Mesmo atuando no Brasil, Pedro e Lyanco vão se enfrentar como profissionais pela primeira vez. Nas

Adriano Fontes/Flamengo



Pedro e Lyanco dividiram vestiário em conquista da Seleção Brasileira. Hoje, no Maracanã, vão se enfrentar pela primeira vez como profissionais

finalis do ano passado, por exemplo, o atacante estava machucado. No duelo de domingo, o zagueiro não jogou por suspensão. Na base, mediram forças no Brasileirão Sub-20. Melhor para o camisa nove, autor de um gol na vitória do Fluminense sobre o São Paulo, por 3 x 2. No Maracanã, batem de frente como esperanças de Flamengo e Atlético-MG por sequência na Copa do Brasil.

Com favoritismo e atuando em casa, o Flamengo pode não jogar com força máxima. Existe a expectativa de Filipe Luís poupar algumas peças. Suspenso do próximo

jogo do Brasileirão, no entanto, Pedro tem chance de começar no comando do ataque rubro-negro. O Atlético-MG jogará com os melhores atletas disponíveis. Isso envolve a volta do zagueiro Lyanco. Com a glória de Toulon, a decepção de Tóquio e o peso da responsabilidade de serem referências na mistura, os jogadores prometem um duelo quente por cada bola no gramado do Maracanã. Ao final das duas partidas — a segunda será na quarta-feira, às 19h, na Arena MRV —, somente um deles seguirá vivo em busca da taça da Copa do Brasil.

Pedro Souza/Atlético



São Paulo deve poupar energia hoje

O São Paulo recebe o Athletico-PR hoje, às 19h30, no MorumBis, pelo jogo de ida das oitavas de final da Copa do Brasil. A expectativa é levar a boa fase da Série A do Campeonato Brasileiro desde a chegada do técnico Hernán Crespo também para o mata-mata.

Com exceção da estreia, quando perdeu para o Flamengo, Crespo tem três vitórias e um empate na nova passagem pelo clube. Mesmo sem Calleri e Lucas e ainda perdendo Oscar, o técnico fez o time funcionar ofensivamente, com Marcos Antônio assumindo papel de criação junto aos alas, e Luciano como protagonista.

O camisa 10 são-paulino participou de gols em todos os jogos nos quais o São Paulo marcou com Crespo. São três bolas na rede e três assistências do jogador, definido pelo argentino como "anárquico". O ritmo, contudo, deve mudar para o jogo de hoje. Crespo não admite diretamente, mas entende que a maratona de jogos é o momento de "equilibrar energia".

"Em um mata-mata, temos 180 minutos, não só 90. Por isso, temos que equilibrar as energias", afirmou o técnico do São Paulo. "Temos de analisar a situação. Temos jogadores pendurados, mas a ideia é sempre competir, sempre ganhar o jogo", observou.

Baixa certa é Ferraresi, suspenso por ter sido expulso na última fase da Copa do Brasil, contra o Náutico. Ferreirinha e Alan Franco devem estar entre os titulares, já que estão suspensos pelo Brasileirão e terão descanso na próxima rodada.

"Venho recuperando a parte física, com o grupo. No último jogo, iniciei a partida, espero dar sequência agora para ajudar a equipe", disse Ferreirinha, essencial na vitória sobre o Juventude e autor de gol contra o Fluminense.

O atacante Dininho não pode atuar na competição. Ele jogou por 12 minutos com a camisa do Cruzeiro. Isso o impede de jogar por outro time na Copa do Brasil.

Do outro lado, está um Athletico-PR que é apenas o 11º da Série B. Passada metade do campeonato, o clube admite que pretende tratar os pontos corridos como prioridade para tentar uma recuperação e o retorno à elite.

"Vamos continuar conversando, avaliando o processo, mas a prioridade do Athletico é a Série B. A prioridade é subir para Série A. É claro que vamos tratar o jogo do São Paulo com a mesma seriedade, colocar os melhores jogadores que estejam nas melhores condições para que a gente consiga o resultado e passe de fase. Mas o foco e a energia são na Série B", disse o técnico Odair Hellmann.

O principal destaque do time é o veterano Alan Kardec, de 36 anos, com passagem pelo São Paulo entre 2014 e 2016. Ele é o vice-artilheiro do time paranaense na temporada, com nove gols. Na frente dele, está apenas Luiz Fernando, desfalque por lesão muscular na coxa esquerda.

Cruzeiro decepciona em casa

JOÃO VICTOR PENA

Pelo terceiro jogo seguido, o Cruzeiro jogou abaixo do esperado e tropeçou. A Raposa empatou por 0 x 0 com o CRB, ontem, e desperdiçou a chance de abrir vantagem nas oitavas de final da Copa do Brasil. O jogo de ida da chave foi disputado no Mineirão, em Belo Horizonte, com público de 33 mil pessoas. Nas duas partidas anteriores, o time celeste perdeu para o Ceará e ficou no 0 x 0 com o Corinthians.

O time celeste conseguiu produzir jogadas ofensivas e incomodar o CRB, mas sem impor grande domínio sobre o adversário. A primeira etapa foi bastante falta, com cinco cartões. Árbitra do jogo, Edina Batista Alves amarelou três jogadores do CRB e dois do Cruzeiro. Apesar da diferença de nível técnico, os alagoanos souberam aproveitar as falhas da Raposa e também fizeram pressão. O goleiro Cássio fez grande defesa em chute de Thiaguinho, ainda no começo do jogo.

A insegurança defensiva incomodou o técnico Leonardo Jardim, que gesticulou e falou bastante com os jogadores à beira do gramado. No ataque,

Gustavo Aleixo/Cruzeiro



Raposa fez pouco e não criou vantagem contra rival alagoano

o Cruzeiro pressionou com a dupla Kaio Jorge e Gabigol, mas teve as melhores oportunidades com o ponta Wanderson. O lateral-esquerdo Kaiiki também fez um chute perigoso, defendido pelo goleiro Matheus Albino.

Durante infiltração na área, o lateral-direito teve contato com um marcador e caiu no gramado. Edna marcou pênalti, mas checou o lance no VAR e voltou atrás na decisão. Ela ainda mostrou cartão amarelo por simulação para o jogador celeste.

Para tentar mudar o cenário do jogo, Jardim colocou novas peças em campo. O meia-atacante Matheus Pereira, que foi um dos atletas poupados no time titular, entrou logo no intervalo. Depois, Lucas Silva foi

acionado no meio-campo e Yan-nick Bolasie no setor ofensivo.

Mesmo com o jogador mais criativo em campo, o Cruzeiro não engatou na segunda etapa. A equipe pressionou o CRB, arriscou chutes de longe e parou em boas defesas de Albino, que se tornou o grande destaque do jogo.

Lucas Silva indicou o que o Cruzeiro deve fazer pra reencontrar caminho das vitórias. "Algo normal de acontecer no futebol. Uma sequência tensa também. Temos que ter calma, tranquilidade, sem nos afobarmos nesse momento. É hora de nos unirmos, nos fortalecermos, e acertamos os detalhes que precisamos para retomarmos o caminho das vitórias", pontuou o jogador em entrevista ao Prime Vídeo.

21h30

Maracanã
Rio de Janeiro



FLAMENGO

Rossi; Varela, Léo Ortiz, Léo Pereira, Viña; Allan, Everton Araújo, Arrascaeta; Luiz Araújo, Bruno Henrique e Pedro

Técnico: Filipe Luís

Copa do Brasil
Oitavas de final (ida)

Transmissão
SporTV



ATLÉTICO-MG

Everson; Saravia, Lyanco e Junior Alonso; Gabriel Menino, Alan Franco, Fausto Vera e Gustavo Scarpa; Rony, Hulk e Cuello

Técnico: Cuca

Árbitro: Raphael Claus

Vasco fica no 0 x 0 com o CSA

Um empate fora de casa em um duelo mata-mata é, muitas vezes, bastante comemorado pelos visitantes. No entanto, o Vasco ficou com outro sentimento no 0 x 0 contra o CSA, no jogo de ida das oitavas de final da Copa do Brasil. Diante de um adversário tecnicamente inferior, o cruzmaltino produziu pouco e terá de decidir a vaga na próxima semana, em São Januário.

O resultado serviu, ainda, para agravar a crise atravessada pela equipe carioca na temporada 2025. Eliminados precocemente na Copa Sul-Americana e beirando a zona de rebaixamento na Série A do Campeonato Brasileiro, o Vasco apostava no duelo diante de um time da terceira divisão nacional para se reencontrar

com as vitórias. A última data de 12 de junho, antes da pausa para a disputa da Copa do Mundo de Clubes.

Mesmo quando esteve com a bola nos pés, o Vasco abusou dos erros de criação e de finalização. Apoiado pela torcida e com o mando de campo a favor, o CSA também teve oportunidades. Nas mais importantes, mostrou estar descalibrado e sequer exigiu defesas importantes do goleiro Léo Jardim.

Capitão do CSA, o volante Camacho comemorou o placar zerado no Estádio Rei Pelé. "A gente está vivo", constatou. O vascaíno Philippe Coutinho lamentou mais um jogo sem ganhar. "Quando a vitória não vem, fica uma pressão muito grande", desabafou. (DQ)



Cruzmaltino vai precisar vencer em São Januário para avançar

ESPORTES

ATLETISMO Ouro nos Jogos Paralímpicos em Paris-2024, Rayane Soares inicia hoje no Troféu Brasil o novo projeto: competir nos Jogos Olímpicos em Los Angeles-2028

Corrida pelo sonho

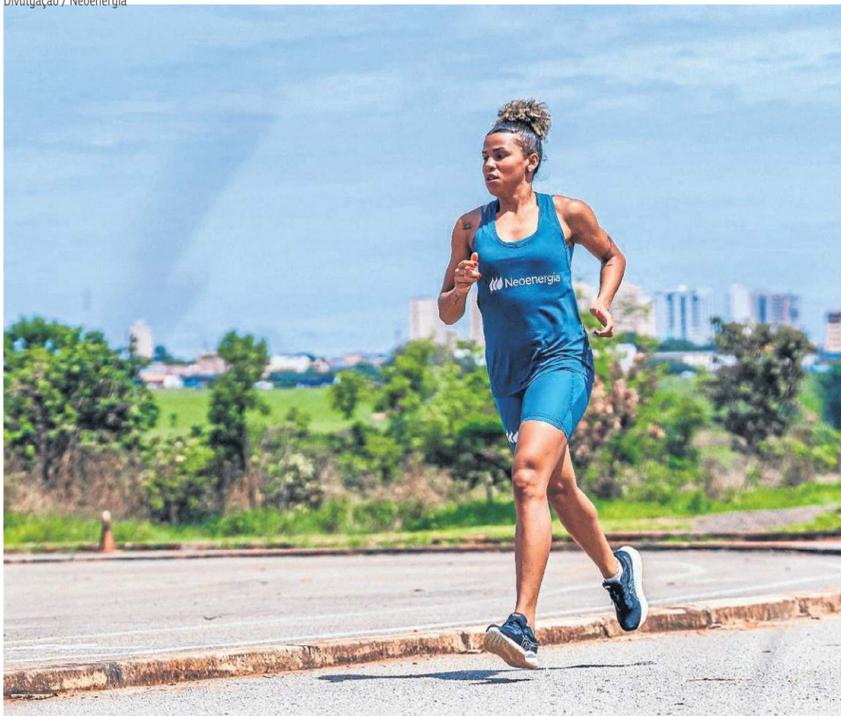
MEL KAROLINE*

A velocista maranhense radicada em Brasília Rayane Soares desembarca em São Paulo neste fim de semana para estreiar no Troféu Brasil de Atletismo, de hoje a domingo. A paratleta competirá pela primeira vez com pessoas sem nenhum tipo de deficiência. Rayane faz parte da classe T13 (atletas de baixa visão) e correrá nas pistas da capital paulista com um sonho audacioso: tornar-se a segunda mulher brasileira paralímpica a competir nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A meta dela é ir a Los Angeles-2028. A precursora da dobradinha foi a mesatenista Bruna Alexandre nos Jogos Paralímpicos do Rio-2016 e de Tóquio-2020; e na Olimpíada de Paris-2024.

Aos 28 anos, a atleta paralímpica medalhista de ouro e prata no ano passado em Paris-2024 entra em outra *vibe*. Pela primeira vez na principal competição de atletismo convencional do Brasil, Rayane foca em entrar para a história do esporte brasileiro. Em 2024, nos Jogos Paralímpicos de Paris, a velocista conquistou a medalha dourada nos 400m T13 (deficiências visuais) com uma ampla vantagem em relação às adversárias. Além do pódio, quebrou o recorde mundial ao encerrar a prova com 53s55, superando a marca de 54s46 da estadunidense Marla Runyan, a melhor desde 1995.

A diferença para o índice olímpico em Paris-2024 é de pouco mais de dois segundos (50s95), uma meta que Rayane está disposta a conquistar. "Acredito no meu potencial e sigo focada em alcançar essa marca que pode me levar a Los Angeles", afirma. De olho na

Divulgação / Neoenergia



"Preciso estar 100% focada e mergulhar de corpo e alma nesses próximos três anos", estabelece Rayane Soares

competição na grande São Paulo, a expectativa e ansiedade caminham juntas para disputar com a elite do atletismo brasileiro.

"Competir ao lado de atletas sem deficiência é um passo gigante, mas não estou aqui por acaso. Estou preparada para esse desafio".

O Troféu Brasil de Atletismo reunirá medalhistas olímpicos e mundiais em São Paulo de hoje até domingo. A

expectativa é de 854 atletas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro (CTPB). Para os atletas paralímpicos, o campeonato servirá como preparação para o Mundial da modalidade, de 27 de setembro a 5 de outubro, na Índia.

Rayane integra o time da Neoenergia. No início do ano, ela foi anunciada embaixadora do grupo.

O desejo da atleta é ampliar a visibilidade do paradesporto brasileiro. Com o objetivo final de conquistar o passaporte para as Olimpíadas e Paralimpíadas de Los Angeles 2028, a maranhense radicada em Brasília, começa agora a buscar a vaga para a realização do sonho.

*Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

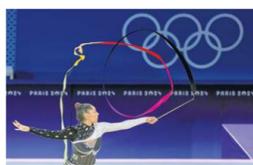
Giro esportivo



Saltin/Sofia/SP/Press/CPBA

Caribé vai à final

Prodígio da natação brasileira, Guilherme Caribé avançou à final dos 100m livres do Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos em Cingapura, com a oitava melhor marca: 47s64. A decisão por medalha é hoje, por volta das 8h30. O SporTV transmite.



Abelardo Mendes Jr/CPB

Ginástica rítmica

Bárbara Domingos (foto) e Geovana Santos representarão o Brasil nas disputas individuais Campeonato Mundial de Ginástica Rítmica, de 20 a 24 de agosto, no Rio de Janeiro. Maria Eduarda Alexandre foi chamada como reserva.



Francois-Xavier Marti/APP

Quebra de recorde

O nadador francês Léon Marchand quebrou o recorde mundial dos 200m medley individual em Cingapura ao concluir a prova em 1min52s651. A marca anterior pertencia ao americano Ryan Lochte (1min54s00).



Divulgação/VNL

Brasil na semi da VNL

O Brasil está nas semifinais da Liga das Nações de Vôlei Masculino. Depois de tomar susto no primeiro set diante da anfitriã China, a Seleção de Bernardino reagiu e confirmou a vitória por 3 sets a 1 (parciais 29/31, 25/19, 25/16 e 25/21).



Mihaim Jessiv/CPB

Brasília no top 10

Representantes do Distrito Federal nos saltos ornamentais do Mundial em Cingapura, Anna Lucia Santos (foto) e Miguel Cardoso comemoraram, ontem, a 10ª colocação no trampolim 3m sincronizado, com 242,30 pontos.



Reprodução/Instagram

Obitório

Bicampeã olímpica do biatlo, a alemã Laura Dahlmeier morreu, aos 31 anos, em um acidente de escalada no Paquistão. O óbito foi confirmado ontem por autoridades locais. Um grupo de alpinistas fará uma operação para resgatar o corpo da ex-atleta.

Maratinha 2025

Prepare-se para uma edição ainda mais divertida, com novo percurso e muito mais espaço para brincar!

- Brinquedos infláveis;
- Atrações culturais
- Lanches deliciosos;
- Brindes especiais;
- Muita música e energia boa.



Acesse o QR CODE e faça a inscrição

VAGAS LIMITADAS!
12 de outubro a partir das 07h

em frente ao Centro Ibero-Americano (ao lado da Torre de TV)



Realização:



Promoção:



Apoio de Comunicação:



HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Vênus ingressa em Câncer, Sol e Mercúrio em conjunção.

Que a lucidez acompanhe todos seus raciocínios! Fica ciente, porém, de que, quanto mais lúcidos sejam seus raciocínios, mais te incomodará a realidade como ela é, porque não terá mais o espaço para te acomodar na normalidade nem muito menos te adaptar a como as coisas são na civilização, a lucidez te atormentará. Dizem que a verdade liberta, mas o que não te conta é que para a verdade te libertar em primeiro lugar ela destrói tuas crenças falsas e te faz enxergar todo o tempo e recursos que foram investidos em situações com as quais nunca houve perspectiva alguma de progresso ou amadurecimento.

A boa notícia é que o tormento da libertação que a lucidez provoca é temporário, porque depois do tranco inicial tua alma experimenta um regozijo que não pode ser desfrutado de nenhuma outra forma.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Expresse seus sentimentos e ideias, mas não parta do princípio de que isso será garantia de sua alma ser devidamente compreendida nas motivações mais íntimas. Elabore a expressão sem se apegar aos resultados.

TOURO
21/04 a 20/05

Saber o que precisa ser feito responsabiliza sua alma por colocar em prática o que conhece, e se por essas coisas complicadas do coração você se abster de ação, essa será também uma escolha da construção do destino.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Suas intenções podem até ser puras e honestas, mas as pessoas não estão com essa receptividade toda e, por isso, acabam achando que você está querendo enrolar. É melhor falar com muito cuidado num dia como hoje.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Faça as manobras necessárias para sua alma se sentir mais segura em relação aos recursos materiais, porém, não espere milagres nesta parte do caminho, mas se apoie em tudo que a lógica prática puder orientar. *Aí sim!*

LEÃO
22/07 a 22/08

No meio desse cenário complexo em que sua alma se encontra na atualidade, ficou mais difícil tomar decisões, porque nenhuma das opções traria paz completa ao seu coração, todas têm vieses e contradições. É assim.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Aquilo que surge em sua mente como um raio que esclarece e torna lúcidas as ideias, talvez não possa ser compartilhado com ninguém, pelo menos por enquanto, porque ainda precisaria de mais elaboração e amadurecimento.

LIBRA
23/09 a 22/10

Nem sempre as pessoas certas são aquelas com que sua alma simpatiza, em muitos casos as pessoas certas são completamente diferentes das que você escolheria por simpatia. Faça escolhas de acordo com a necessidade.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Quando há opções demais o cenário se complica, mas não há nada a fazer quanto a isso, é o que é. Portanto, procure se munir de discernimento e invocar a presença de espírito para saber escolher direito.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

As lindas palavras e as imagens bem elaboradas atraem e seduzem, mas é só isso, porque não trazem consigo nenhuma informação reveladora, apenas servem para prender você numa teia de mentiras bem elaboradas.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Se houver suspeitas, vale a pena investigar, mas com espírito livre de preconceitos, tentando chegar à verdade sem se importar com o resultado, que pode acabar sendo muito diferente do que você imaginava.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

As razões que as pessoas apresentam são todas muito bem elaboradas, mas carecem de coração, de envolvimento emocional e, por isso, parecem argumentos vazios, sem sentido. Um mundo sem emoção é falso.

PEIXES
20/02 a 20/03

Enquanto você não souber direito que caminho tomar ou que decisão colocar em prática, procure se entreter fazendo o que seja relativo à rotina, porque nessas tarefas que parecem não ter valor você encontrará importância.

DANÇA

Diversidade e movimento



Divulgação
Espectáculo dos italianos Riccardo Ciarpella e Mateo Mirdita no Dança em Trânsito

» NAHIMA MACIEL

O Dança em Trânsito traz a Brasília cinco espetáculos que resumem um pouco da diversidade do festival nesta 23ª edição. Iniciado em 3 julho no Rio de Janeiro e com a proposta de percorrer cidades nas cinco regiões do Brasil, o evento tem como objetivo promover o intercâmbio entre profissionais da dança de diferentes países com espetáculos, encontros, oficinas, residências e bate papos.

Em Brasília, o Dança em Trânsito ocupa o espaço do Museu Nacional da República e o Centro de Dança do DF. “A gente sempre dialoga com o espaço, o Dança em Trânsito tem isso de tirar a dança do espaço convencional e propor uma ocupação maior, transformando um pouco a arquitetura e se misturando nela”, explica Flávia Tápias, uma das idealizadoras do festival.

Para além das apresentações, a formação e o intercâmbio são algumas das bandeiras do Dança em Trânsito. “É um lugar essencial de conexão e transformação cultural, porque você entra em contato com o público de outros artistas locais. O festival se transformou num grande portal de conexão e intercâmbios. Tem artistas de todos os tempos, o

coreógrafo consagrado, o jovem coreógrafo, o bailarino jovem profissional, o estudante de dança. E tem uma característica que é de ir para grandes cidades, mas também para cidades menores, que muitas vezes não têm tanto acesso e possibilidades de arte”, diz Flávia.

Entre os espetáculos está *Cruzamentos*, resultado de uma residência de artistas brasileiros, africanos e franceses no qual um dos destaques são as diferenças entre os corpos em contraste com a homogeneidade do humano. “É muito rico, porque eles fizeram uma imersão e o resultado foi bem diferenciado”, avisa Flávia. Da Coreia do Sul, vem Fan Made, do TOB Group, uma mistura de dança contemporânea com resquícios de elementos folclóricos que, segundo Flávia, transporta para tempos passados e futuros ao mesmo tempo. De Roma, Riccardo Ciarpella e Mateo Mirdita trazem *Inyou*, com acrobacias e uma sinergia muito orquestrada.

Os espanhóis do Marcat Dance apresentam *Dual* e a Tápias Cia. de Dança traz *Reza*. “É um work in progress, um fragmento do espetáculo do ano que vem”, avisa Flávia. O público de Brasília poderá ainda fazer uma oficina de dança contemporânea com o coreano Jongwoo Kim.

SERVIÇO

1/8

OFICINA REAÇÃO

Com Jongwoo Kim. Amanhã, das 19h às 21h, no Centro de Dança (St. Autarquias Norte Q1) Sábado, na Rampa e galerias do Museu Nacional da República

ENTRADA FRANCA

17h – Cruzamentos
Com Akene Lenoir e Ornella Dufay (França), B. Zambaleogo e Patião

Teixeira (África), Alice Alves e Paula Fernandez (Brasil)
17h30 - Reza
Com o Grupo Tápias (Rio de Janeiro, RJ)
18h - Fan Made
Com o TOB Group – MIN KIM (Seul, Coreia do Sul)
18h15 - Inyou
Com Riccardo Ciarpella e Mateo Mirdita (Roma, Itália)
18h30 - DUAL
Com Marcat Dance (Vilches, Province of Jaén/Andalucia, Espanha)

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Sim.
Todos os poemas são de amor.
Pela rima,
pelo ritmo,
pelo brilho
ou por alguém,
alguma coisa
que passava
na hora
em que a vida
virava palavra.

Alice Ruiz S

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO / CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

8				7			1	6
	5	1	6					
6	4							2
			5	4		3		
1							8	
		3						
3						5	6	
5			7	2				1
							4	8

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Preservaram a herança cultural greco-latina nos mosteiros medievais	↓	Primeira menção (Fisiol.)	↓	Peça de banheiros	↓	Cidade natal do Rei do Baião (PE)	↓	Alteração mental causada por traumatismo craniano Sergipe (sigla)	↓
Realidade virtual idealizada por Mark Zuckerberg	↓		↓		↓		↓	Avatar do deus hindu Vixnu	↓
Vocalista da banda irlandesa U2	↓	Peça teatral de Millôr Fernandes	↓	Antônio Dias, pintor brasileiro	↓	Assinatura (abrev.) Persuasivos	↓	Cobre (símbolo)	↓
(?) Thunberg, jovem ativista ambiental	↓	Valor positivista	↓		↓		↓	Composição de Maurice Ravel	↓
Traje tradicional da mulher indiana	↓	Cabeça de gado	↓	Sogro de Jacó (Bíblia)	↓		↓		↓
Umberto (?), escritor	↓		↓	Morada	↓		↓		↓
	↓	Deus dos ventos Pura; imaculada	↓		↓		↓	Interjeição de espanto	↓
Utilitário de jardinagem (pl.)	↓		↓	Pronome demonstrativo masculino	↓		↓		↓
Faça em pedaços	↓	Aposento do preso O tomate na salada	↓		↓		↓	Edmond Rostand, dramaturgo francês	↓
	↓		↓	Ser, em francês Origem (poét.)	↓		↓		↓
Material que reveste frigideiras	↓		↓		↓		↓	"(?) o Homem", frase de Pilatos	↓
Continente onde ocorrem as monções	↓	Setor do jornal que prepara anúncios	↓		↓		↓		↓
	↓		↓	Atmosfera	↓		↓		↓
	↓		↓	Insistência	↓		↓		↓
Brinquedo de parques de diversões	↓		↓		↓		↓		↓

BANCO. 3/eco, 4/éolo — être, 5/labão.

20

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

M	P	C
B	A	B
C	E	L
R	A	L
I	D	S
E	M	I
B	R	E
A	E	D
C	U	T
D	A	M
E	O	F
B	A	L
C	O	R
C	A	R
I	M	P

SUDOKU DE ONTEM

7	3	9	6	8	2	5	1	4
6	5	2	9	1	4	8	7	3
4	1	8	7	5	3	6	9	2
3	6	4	5	9	1	2	8	7
1	2	7	4	6	8	9	3	5
8	9	5	3	2	7	1	4	6
2	7	1	8	3	5	4	6	9
5	4	6	1	7	9	3	2	8
9	8	3	2	4	6	7	5	1

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.fazacoquetel.com.br

Assine, receba e mais!

COQUETEL

Diversão & Arte

ROCK

ENCONTROS E REENCONTROS DO

NO ÚLTIMO FIM DE SEMANA DA PROGRAMAÇÃO DO CAPITAL MOTO WEEK, CIDADE NEGRA, MAGIC!, DETONAUTAS E CHARLIE BROWN JR. SOBEM AO PALCO DO FESTIVAL

» MARIANA REGINATO*

Hoje, começa a última semana do Capital Moto Week na cidade. O festival é considerado o maior evento de motos e rock da América Latina. Para finalizar a edição de 2025, o line-up de shows reúne a banda canadense Magic!, Detonautas, Cidade Negra, Charlie Brown Jr., Angra e Lobão Power Trio.

A banda canadense Magic! tem mais de 10 anos de carreira. Segundo o vocalista, Nasri Atweh, a banda está em um momento de explorar processos criativos e acredita que os fãs gostariam muito de um novo álbum. No Brasil, o grupo faz muito sucesso nas rádios, com músicas como *Rude* e *No way no*, do álbum *Don't kill the magic*, de 2014.

"Somos muito gratos pelo apoio contínuo aqui no Brasil. Nossa relação com o país cresceu muito, eu passei o último ano aprendendo português. A conexão com os fãs brasileiros é tudo para nós e mal podemos esperar para ver todos em agosto", destaca o vocalista com show marcado para amanhã. Nasri Atweh comenta que festivais são muito divertidos por tocar para fãs de diferentes atrações e promete surpresas para o público.

O vocalista diz que acha Brasília uma cidade muito linda e que tem escutado os artistas do line-up do festival. "Descobri uma nova música favorita, *Estrada*, do Cidade Negra, uma música muito comovente. Estamos animados para ver eles no palco, temos muita sorte de dividir o palco com tantos artistas amados no Brasil", destaca Nasri.

Bino Farias e Toni Garrido, do grupo Cidade Negra, tocam em Brasília desde o primeiro disco do grupo, *Lute para viver*, de 1990. "A nossa relação com Brasília já começa no movimento do rock de 1980. Quando a gente estava querendo começar a montar a banda, foi quando veio os Paralamas, Capital Inicial, Legião Urbana, eram as bandas que nos inspiraram muito na época", comenta Bino Farias.

O baixista já esteve no Capital Moto Week com Marcelo Falcão, mas será a primeira vez como Cidade Negra. "Eu amo o festival, quando fui, conheci pessoas do Brasil inteiro e até de fora do país. A movimentação é gigante, abre várias portas de trabalho, é fundamental ter um festival desse acontecendo. É fundamental ter o apoio de todo mundo para que isso nunca mais acabe. Que o Capital Moto Week seja para sempre", ressalta Bino. "Estou ansioso para chegar ao show e ter essa experiência linda", afirma.

O festival também proporciona para Bino um reencontro com grandes amigos. "É divertido demais. É um momento que a gente quer que se eternize. Vai ser lindo encontrar a galera do Charlie Brown Jr., Tico Santa Cruz, do Detonautas. Engraçado que a gente vai estar no palco e quando acaba os shows, vamos assistir os shows dos amigos e depois vai ter aquela resenha até de manhã. Essa experiência de estar no festival é incrível", comenta.

Marcão Britto e Thiago Castanho, do Charlie Brown Jr., tocarão no festival no sábado e irão dividir o palco com os Detonautas. "É sempre incrível dividir o palco com amigos e artistas relevantes que fazem parte da nossa geração. Estamos preparando um show super especial e inédito para o festival", destaca Marcão. O cantor e guitarrista conta que Brasília tem um lugar especial no coração da dupla por tudo que representa para o rock nacional.

Marcão reforça que é uma honra fazer parte do maior festival de motos e rock da América Latina. "Charlie Brown Jr se conecta bastante com essa adrenalina e estilo de vida. Brasília sempre teve uma cena musical forte e o festival proporciona uma experiência única reunindo o melhor do rock e do motociclismo enriquecendo culturalmente e escrevendo uma nova e incrível história para um lugar tão icônico como a capital federal", finaliza.

SERVIÇO

Hoje a domingo, no Parque de Exposições da Granja do Torto, os portões abrem às 17h. Os ingressos custam a partir de R\$ 135 mais taxas para pedestres e estão disponíveis na plataforma da Bilheteria Digital. A compra presencial pode ser feita na loja do CMW no Iguatemi Brasília e na bilheteria da Granja. Motociclistas sem garupa e pilotos não pagam; motos com garupa entram grátis de segunda a sexta-feira até 18h e, aos sábados e domingos, até 15h; PCs têm acesso grátis com direito a acompanhante; menores de 16 anos, somente acompanhados de responsável legal. Ingresso solidário (preço promocional) é concedido para quem levar lixo eletrônico ou 1kg de alimento não perecível.

Banda canadense Magic! é atração internacional do festival

Cidade Negra

Marcão Britto e Thiago Castanho celebram 30 anos de Charlie Brown Jr.

Detonautas se apresenta no Capital Moto Week



Entenda a Lei Magnitsky e como afeta Alexandre de Moraes

Maria Eduarda Lavocat

O nome do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes foi adicionado ontem à lista de indivíduos sancionados pela Lei Magnitsky pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros dos Estados Unidos (OFAC). A medida é conhecida como uma “pena de morte financeira”, já que implica consequências como bloqueio de contas bancárias, cancelamento de cartões de crédito e restrições de entrada no país.

A nota divulgada pelo Departamento do Tesouro norte-americano alega que Moraes teria assumido o papel de “juiz e censor”, promovendo detenções arbitrárias em processos judiciais e violado direitos humanos, inclusive no caso envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo o secretário do Tesouro, Scott Bessent, Moraes seria responsável por uma campanha opressiva de censura, detenções arbitrárias e processos politicamente motivados, incluindo ações contra o ex-presidente.

De acordo com João Carlos Souto, professor de direito constitucional e presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos de Direito Comparado, a Magnitsky Act surgiu como uma reação do governo norte-americano à corrupção generalizada na Rússia. Com o tempo, porém, transformou-se em uma das principais ferramentas de sanção unilateral dos Estados Unidos. “A lei leva esse nome em homenagem a Sergei Magnitsky, que denunciou um esquema de corrupção profundamente enraizado no Estado russo e acabou morrendo na prisão”, explica Souto.

A legislação foi aprovada durante o governo Obama, em 2012, após forte pressão de Bill Browder, um grande investidor americano na Rússia. “Sergei Magnitsky trabalhava para as empresas de Browder, que foi o principal articulador da proposta e convenceu o governo Obama a adotar a medida como forma de punir e desestimular a corrupção no país”, acrescenta o professor.

Em 2016, ainda durante o governo Obama, a legislação foi significativamente expandida com a aprovação da Lei Magnitsky Global (Global Magnitsky Human Rights Accountability Act). A nova versão estendeu a possibilidade de aplicação de sanções a indivíduos e entidades de qualquer país envolvidos em graves violações de direitos humanos, como execuções extrajudiciais, tortura e repressão política, ou em casos relevantes de corrupção sistêmica.

Ed Alves/CB/D.A Press



Principais sanções

Congelamento de bens e ativos: Todos os bens, contas bancárias, propriedades ou qualquer ativo financeiro sob jurisdição dos EUA são bloqueados. O sancionado perde o acesso a qualquer recurso financeiro em território americano.

Proibição de entrada nos Estados Unidos: A pessoa sancionada é impedida de entrar nos EUA, seja para turismo, negócios, estudos ou qualquer outro motivo. Vistos são cancelados e novos pedidos negados.

Proibição de transações com cidadãos ou empresas americanas: Empresas

e cidadãos dos EUA são proibidos de realizar qualquer tipo de transação ou negócio com os indivíduos ou entidades sancionados, o que isola economicamente o alvo da sanção.

Reputação e isolamento internacional: Embora não seja uma sanção formal, a inclusão em listas da Magnitsky Act tem forte impacto reputacional. Outros países aliados dos EUA (como Reino Unido, Canadá e membros da União Europeia, que possuem versões próprias da legislação) frequentemente acompanham as sanções, ampliando o isolamento político e financeiro do sancionado.

Já durante o governo Trump, em 2017, a legislação foi implementada por meio do Decreto Executivo 13.818, com validade inicial de seis anos. Em abril de 2022, o Congresso norte-americano tornou a lei permanente e ampliou suas bases legais, consolidando-a como um dos principais instrumentos globais de sanção unilateral dos Estados Unidos.

Embora a lei já previsse um escopo abrangente, o decreto executivo editado por Trump ampliou ainda mais os critérios de designação. A norma passou a permitir a aplicação de

global e são a maior potência econômica do mundo, o que amplia significativamente o impacto das sanções. “Ela tem um alcance global e torna a vida muito difícil para aqueles que são efetivamente punidos”, afirma.

“No entanto, ela foi pensada para punir corruptos e indivíduos que atentam contra a liberdade — pessoas envolvidas em grupos de extermínio ou práticas como limpeza étnica, por exemplo. Mas não para isso. Nunca houve esse uso antes, e a lei não foi concebida com essa finalidade”, completa.

Na visão do especialista, a sanção representa um ataque direto à mais alta instância do Judiciário brasileiro, que tem assegurado, de maneira consistente, o direito à ampla defesa dos acusados. “O Supremo Tribunal Federal tem adotado uma postura cautelosa, inclusive no que diz respeito à decretação de prisões preventivas, reservando esse recurso apenas para situações absolutamente excepcionais”, afirma.

Ainda segundo o professor, o Supremo tem atuado com responsabilidade e respeito ao devido processo legal, em decisões que não são exclusivas do ministro Alexandre de Moraes, mas resultado de deliberações colegiadas. “Esses casos vêm sendo conduzidos de forma correta e exemplar, dignos de reconhecimento por parte de todos aqueles que compreendem como um processo deve ser conduzido”, ressalta.

Recurso

O especialista em direito constitucional explica que existe, sim, a possibilidade de recorrer da decisão imposta pela Magnitsky Act. Embora os casos sejam raros, as cortes americanas aceitam julgar esse tipo de contestação sem maiores obstáculos.

“Creio que a Corte Distrital Federal, sediada em Washington, talvez seja a mais apropriada para esse tipo de ação”, afirma Souto. Ele acredita que o ministro Alexandre de Moraes teria condições de se defender, representado pelo governo brasileiro. “Deixo claro que não falo em nome da AGU, mas entendo que o Estado brasileiro poderia, sim, contestar a sanção nos tribunais dos Estados Unidos.”

Souto avalia que há chances, ainda que modestas, de sucesso. “Não diria que são grandes ou razoáveis, mas existe uma chance real de vitória, sobretudo porque é evidente o vício de finalidade na aplicação da medida. A sanção causa prejuízos, como ocorre com qualquer outro punido por essa lei, mas, no caso específico dele, não há justificativa plausível”, declara.

sanções contra qualquer pessoa considerada “envolvida direta ou indiretamente” em graves abusos de direitos humanos, mesmo sem a identificação de uma vítima específica ou a exigência de comprovação judicial prévia. Além disso, o texto não define com precisão o que constitui um “abuso sério”, o que abre margem para interpretações amplas e, potencialmente, influenciadas por motivações políticas.

Segundo Souto, a Lei Magnitsky se diferencia de outras legislações similares porque os Estados Unidos detêm a moeda de referência



Entrevista — Ângelo Fabiano Farias da Costa

“O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres, uma posição que nos envergonha”

Ana Maria Campos e
Maria Eduarda Lavocat

Divulgação/Leonardo Prado (Secom/CNMP)



O corregedor nacional do Ministério Público, procurador Ângelo Fabiano Farias da Costa, elegeu o combate à violência doméstica e familiar como uma das prioridades de sua gestão à frente do controle de promotores e procuradores de Justiça em todo o país. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) mudou o enfoque das correições de fiscalização geral do trabalho dos membros para uma avaliação da atuação por temas.

Assim, o corregedor tem rodado o país, avaliando a estrutura dos Ministérios Públicos para tentar barrar esses casos de agressões que têm colocado o país numa triste estatística: o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres. Por mais que o tema tenha ganhado destaque em debates em todas as esferas, não se constata um arrefecimento. Pelo contrário, os números só pioram.

Ângelo Fabiano tem se envolvido em soluções além das fronteiras de atuação do Ministério Público. Tem buscado redes de proteção e conversado com governadores, para que adotem políticas em defesa das mulheres e dos orfãos do feminicídio. Também defende uma conscientização das mulheres para que busquem apoio, medidas protetivas. Ele entende que, para isso, no entanto, o Estado precisa dar estrutura para que as vítimas sejam acolhidas.

Como a Corregedoria Nacional do Ministério Público, sob a sua gestão, tem atuado para ajudar a combater os casos de feminicídio no país?

As correições passaram, de uns seis anos pra cá, a ser temáticas — ou seja, se elege temas. Antes, as correições eram feitas de forma generalizada. Quando a Corregedoria vinha ao Ministério Público do Distrito Federal, por exemplo, fazia a correição de todas as promotorias e procuradorias, fossem dos ramos do DF, do Trabalho, Federal ou Militar. No nosso mandato, resolvemos focar em direitos fundamentais. Elegemos três temas como prioritários. Um deles é a violência doméstica e familiar contra as mulheres — na verdade, a violência contra as mulheres de forma geral, mas com ênfase na doméstica e familiar, tendo em vista o elevado número de feminicídios que o país enfrenta. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. É uma posição que nos envergonha, e os números permanecem estáveis ou quase não reduzem, ano após ano. Diante disso, decidimos verificar

“Quando a mulher chega à delegacia, muitas vezes, por falta de estrutura — e não falo apenas de delegacias do interior, mas até de plantonistas e delegacias especializadas de atendimento à mulher (as DEAMs) —, ela é mal-recebida. O ambiente da delegacia, muitas vezes, é feito para receber o agressor, o criminoso. Não há um cuidado especial com a mulher”

se é possível aperfeiçoar a atuação do Ministério Público e também recomendar ou determinar melhorias nesse trabalho — no que depende do próprio MP. E não apenas isso: queremos que o MP atue com mais efetividade no controle externo da atividade policial, no que se refere a esse tema. E que promotores e promotoras Brasil afora também façam interlocução com a chamada rede de proteção — que envolve assistência social, saúde, educação, trabalho, emprego e renda — justamente para ajudar essas mulheres a saírem da dependência econômica.

de violência doméstica. E isso pode levar à morte. Os promotores da área de família, portanto, também estão sendo acompanhados para que desenvolvam esse olhar mais especializado. O mesmo vale para promotores da infância e juventude. Às vezes, num caso de maus-tratos contra uma criança, é possível identificar uma situação de violência contra a mulher. Além disso, estamos analisando situações rotineiras, como audiências de custódia, e buscando também contribuir para o aprimoramento das políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal — sobretudo nas duas últimas —, visando à proteção dessas mulheres.

Como é o trabalho em diferentes estados?

Eu já me reuni com 20 governadores. Ontem mesmo estive com o governador Ibaneis para destacar o trabalho que ele tem feito. Houve um incremento na atuação do GDF no combate ao feminicídio, digno de elogios. Mas, como sempre, fazemos algumas ponderações. É necessário melhorar a rede de atendimento. Esse trabalho está sendo feito em todo o Brasil. Com relação aos municípios, também estamos buscando melhorias na assistência social para as mulheres e tentando incluir, no âmbito municipal, por meio de recomendações ou instauração de procedimentos administrativos ou investigatórios pelos promotores e promotoras, a criação dos chamados “grupos reflexivos” — que têm foco na reeducação e conscientização do agressor. O objetivo é que eles entendam as várias formas de violência — física, patrimonial, psicológica, moral, sexual — previstas na Lei Maria da Penha, e que isso evite a escalada da violência até um eventual feminicídio. Esse tem sido o trabalho no país inteiro.

Qual a principal falha constatada nas redes de proteção?

E o que temos identificado em todo o território nacional, inclusive agora nas correições em andamento, são muitas deficiências na parte do acolhimento das mulheres. Quando a mulher chega à delegacia, muitas vezes, por falta de estrutura — e não falo apenas de delegacias do interior, mas até de plantonistas e delegacias especializadas de atendimento à mulher (as DEAMs) —, ela é mal-recebida. O ambiente da delegacia, muitas vezes, é feito para receber o agressor, o criminoso. Não há um cuidado especial com a mulher, para que ela seja acolhida adequadamente, sem ser revitimizada. Ela pode passar quatro, cinco, seis horas para ser ouvida, ou ser ouvida várias vezes — pela polícia civil, pela assistência

É para favorecer uma atuação do Ministério Público em várias frentes?

A atuação precisa ser mais completa e chegar também ao Poder Judiciário. Além dessa verificação mais ampla da atuação, estamos olhando se os promotores estão atuando de forma adequada — não apenas os que trabalham diretamente com a violência doméstica, mas também os da área de família. Porque há muitas situações em que, se o colega não estiver atento e capacitado, ele não vai perceber que aquela mulher é uma vítima

social, pelo atendimento psicológico e até pela polícia militar, que às vezes faz o primeiro atendimento. É uma situação em que a mulher se sente totalmente constrangida. Se ela não tiver apoio, um mínimo de acolhimento, ela não consegue nem relatar direito o que ocorreu. Há casos em que a mulher é ouvida atrás de uma divisória, mas escutando tudo o que se passa do outro lado — com outras vítimas, ou até agressores — o que não é adequado. Isso não proporciona um ambiente humanizado para a coleta das informações. E esse problema é generalizado no Brasil.

Essa é a única falha grave?

Outro ponto crítico, em nível nacional, é a falta de suporte para a vítima quando ela precisa retirar seus pertences de casa. Muitas vezes, ela não tem apoio da polícia para isso. Tivemos, por exemplo, um caso no Mato Grosso do Sul, de uma servidora do Ministério Público do Trabalho que, após ser mal-recebida na Casa da Mulher — onde ela foi denunciar —, decidiu ir buscar seus pertences na casa onde vivia com o agressor. Não havia proteção policial disponível. Ela foi morta com seis facadas. Esse tipo de tragédia acontece em várias partes do país. Há uma ausência de abrigos para as mulheres que precisam sair de casa, mesmo temporariamente. Muitas vezes, a única alternativa é voltar para casa, e isso pode ser fatal. Às vezes até há abrigos, mas sem estrutura para acolher os filhos pequenos. É uma falha grave das políticas públicas, que precisa ser enfrentada pelos governos estaduais. Outro gargalo é a questão das perícias. Se a mulher não consegue fazer a perícia no momento em que está emocionalmente abalada, no auge da coragem para denunciar, ela pode não conseguir mais. O ideal seria que a perícia fosse feita na própria delegacia, mas isso raramente acontece. Muitas vezes, não há estrutura para levá-la ao local da perícia. Em alguns casos, se mobiliza um táxi ou um carro de aplicativo, pago pelo Estado, mas isso ainda é um problema sério.

E se ela não passar pela perícia, fica a palavra dela contra a palavra do agressor?

Isso. O que tem um peso já diferenciado. Mas é claro que, quando se tem o exame de corpo de delito, aquilo facilita o trabalho do delegado na instrução dos inquéritos policiais e dos promotores, quando forem oferecer denúncia criminal contra esses agressores, para que haja, de fato, uma responsabilização.

Então, esse é um problema hoje: a instrução desses processos ainda tem muitas deficiências.

Como a Justiça e o Ministério Público têm lidado com situações em que há a palavra da suposta vítima contra a do suposto agressor?

Como é que temos atuado? Recomendando. Eu editei, como Corregedor Nacional, no dia 6 de março — próximo ao Dia Internacional da Mulher — a Recomendação nº 3, de caráter geral da Corregedoria Nacional, trazendo uma espécie de fluxo com vários pontos relativos ao atendimento e acolhimento

da vítima. E também tratando essa questão da palavra da vítima: de buscá-la quando ela denuncia. Porque, em muitas situações, ela se sente totalmente desprotegida e desamparada. O promotor precisa chamá-la, fazer muitas vezes uma entrevista reservada, para explicar o papel do Ministério Público e dizer a ela o seguinte: "A senhora foi vítima, está trazendo aqui uma situação de violência, e é importante que a senhora faça o seu depoimento com o maior número de detalhes possíveis. Que isso seja registrado também por meio do exame de corpo de delito, para que haja um processamento posterior." Porque, em muitas situações, quando vai para a Justiça, a vítima, por pressões emocionais — o marido ou companheiro diz que vai mudar, que foi só uma briga, que vai se ajustar —, ela acaba voltando atrás. E isso faz com que os processos sejam arquivados. A partir daí, a mulher pode ficar sem uma proteção significativa. Então, o que temos orientado aos promotores e promotoras é que, nesses casos em que há apenas a palavra da vítima, eles busquem, junto com a polícia, no atendimento inicial — quando não há uma perícia, por exemplo — outros mecanismos de prova. Se a mulher chegou machucada, com escoriações, com algum corte, que ela relate ter sido fruto de agressão, a autoridade deve tirar essas fotos, caso não exista um laudo pericial médico. Assim, se terá outros instrumentos de prova. Além disso, buscar testemunhas que conheçam aquela situação, para reforçar a narrativa. Porque, infelizmente, ainda há muitos juízes — e até membros do próprio Ministério Público — que, quando a mulher volta atrás do depoimento na audiência (o que é previsto na Lei Maria da Penha), pedem o arquivamento do processo.

Como enfrentar um crime em que a vítima, quase sempre, tem envolvimento emocional e dependência financeira com o seu algoz?

É muito difícil. Saiu, essa semana, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e houve uma redução significativa das mortes violentas no país. E os únicos indicadores que não diminuíram foram os feminicídios, que tiveram um aumento, em relação ao ano passado, de 1,2%. Esses dados são relativos a 2023, e foram divulgados agora em 2024. Foram 1.492 mortes. Justamente porque a maioria desses crimes ocorre dentro de casa, em ambiente doméstico, onde não há presença constante da segurança pública, de uma polícia... um contato mais próximo, uma proteção mais efetiva. Outro dado que aumentou muito foi o dos abusos sexuais, que envolvem não apenas mulheres. Foram mais de 87 mil estupros no ano passado — também com aumento — e um dado que choca é que quase 80%, mais precisamente 76,5%, foram de meninas menores de 14 anos. E 65% desses crimes ocorreram no ambiente doméstico. Ou seja, o ambiente doméstico hoje virou, de fato, um cenário de prática de crimes contra mulheres e contra crianças e adolescentes — a maioria meninas — que sofrem esses crimes, que certamente deixam traumas para toda a vida,

Divulgação/Leonardo Prado (Secom/CNMP)



"A pandemia afastou um pouco o ser humano do contato, sobretudo o agente público, do contato com o cidadão, com a cidadã. Eu tenho buscado, nas correições, fazer com que os colegas cada vez mais estejam presentes no contato pessoal, de olhar no olho do cidadão, da cidadã, da vítima de violência"

especialmente no caso dos estupros. E o que temos visto, nas reuniões com os governadores, é a grande dificuldade em combater o feminicídio. Aqui no estado de Goiás, por exemplo, quando estive lá com o governador — isso foi em março do ano passado — ele trouxe à reunião a seguinte constatação: conseguiu reduzir todos os índices de criminalidade, menos as mortes por feminicídio.

Qual é o caminho?

Então, é algo que envolve uma série de situações muito complexas, como a assistência social, a questão da saúde... É importante haver também um protocolo entre os profissionais da saúde, do SUS, para que se possam identificar esses casos de violência doméstica e reportar às autoridades quando houver suspeitas ou indícios. Além disso, há a necessidade de consciência. Ainda hoje é preciso muito trabalho de conscientização. Há leis aprovadas recentemente pelo Congresso Nacional que instituem a obrigatoriedade de conteúdos sobre violência contra a mulher e contra crianças dentro do currículo da educação básica — na Lei de Diretrizes e Bases da Educação —, além da criação da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher. É a partir dessa conscientização que conseguimos mudar a cultura e diminuir essas situações. Na minha visão, há um machismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Por que esse crime tem aumentado e por que ocorre com tanta violência?

Na minha percepção, isso está muito relacionado a uma questão do machismo estrutural, sim. Claro que não dá para generalizar, mas muitas vezes a gente nem percebe o quanto está presente. Isso se manifesta de forma emocional, afetiva, e passa uma noção — ao homem que comete o crime, ao agressor, ao feminicida — de que ele tem uma espécie de posse sobre a mulher. E é possível observar que esses crimes são muito violentos, buscam justamente desfigurar as mulheres. A imensa maioria dos feminicídios é cometida com armas brancas — facas, facões —, e os golpes atingem principalmente o rosto e o corpo da mulher. É como se houvesse um objetivo de deixá-la com alguma deficiência física, alguma marca, para que ela carregue aquilo como um "castigo". Uma mensagem cruel: "Ela não vai ficar comigo, então não vai ficar com mais ninguém." É um ataque direto à autoestima da mulher. Nesse caso do extremismo, nós estamos buscando justamente trazer conscientização da sociedade como um todo. Porque nós sabemos que as mulheres estão sendo mortas muitas vezes porque não chegam ao sistema de justiça, não veem o Estado, não sabem que aquela mulher foi agredida.

Geralmente a agressão vai crescendo até chegar à morte. Como orientar as mulheres?

Pelo que temos de experiência e levantamento de casos, é muito raro que a mulher seja morta na primeira agressão. Há quase sempre uma escalada de violência que começa com xingamentos, com humilhação, com constrangimentos — aquela violência, digamos, psicológica ou moral — e depois vai escalando para uma violência física, que pode culminar na morte. Então, isso é algo que precisa ter esse papel de conscientização. E a medida protetiva de urgência é algo que, de fato, protege muito. Os dados que nós temos aqui: mais de 70% das mulheres que morreram vítimas de feminicídio não tinham medidas protetivas de urgência concedidas. Aqui no DF, os dados do ano passado: foram 23 mulheres mortas, e apenas 3 tinham medidas protetivas concedidas — algo em torno de pouco mais de 10%. Então, parte-se do princípio de que, se o Estado sabe e concede a medida protetiva, há uma chance muito maior de que a mulher não venha a ser novamente violentada ou morta.

No Brasil, há punição adequada para feminicidas?

Há de fato esse endurecimento da persecução penal e também das punições. É importante ressaltar que, aqui no DF, a informação que temos é de que não há nenhum feminicida que não esteja preso. Isso é importante para mostrar que é um crime que precisa ter a atuação firme do Estado e a repressão. Então, são várias e várias nuances que o Estado brasileiro tem buscado adotar de endurecimento, para que haja, de fato, uma diminuição desses índices alarmantes de feminicídio.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Andressa Anholete/STF



Gonet pede suspensão de processos em que dados do Coaf são contestados

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda, em caráter urgente, o andamento de todos os processos que questionam provas obtidas pelo Ministério Público por meio da requisição ou compartilhamento de relatórios de inteligência financeira (RIF) produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sem autorização judicial ou prévia instauração de inquérito policial. É que tribunais país afora e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm anulado investigações com base em entendimentos de que as provas só têm validade quando colhidas com prévia autorização judicial. Pelo pedido de Gonet, a interrupção do andamento deve durar até que o Supremo decida em definitivo sobre o assunto, fixando de forma clara os parâmetros para o intercâmbio de dados. O PGR também pede que seja interrompido o prazo de prescrição dos crimes investigados nas ações sobrestadas, de modo a evitar a impunidade, pela passagem do tempo, em casos que envolvem corrupção, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e evasão de divisas.

Equilíbrio distante

A aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), virou mais um tema de polarização no país. Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro comemoram as sanções e seus adversários dizem que houve uma clara intervenção do governo dos Estados Unidos no Judiciário Brasileiro. Passou da hora de os políticos pensarem com sensatez e equilíbrio.

Maurenilson Freire



Tema para servidores

Entre os temas repetitivos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no primeiro semestre deste ano, um interessa bastante ao servidor público que permanece na ativa mesmo depois de preencherem os requisitos da aposentadoria. O Tema 1.233 do STJ trata da inclusão do abono de permanência na base de cálculo de vantagens como férias e 13º salário para servidores públicos. O STJ decidiu que o abono de permanência, por ter natureza remuneratória, deve integrar o cálculo dessas verbas. No Tema 1238 o STJ decidiu que o aviso prévio indenizado não vale como tempo de serviço para efeito de cálculo de aposentadoria.



Mais conciliação

Quase um quarto dos processos envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — maior litigante no polo passivo do Poder Judiciário brasileiro — foi solucionado por meio da conciliação em 2024. A informação é de uma ferramenta interativa desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0, parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). De acordo com os dados, em 2024, 24,73% dos processos finalizados envolvendo o INSS foram resolvidos por meio de acordos conciliatórios. Em 2025, o dado segue semelhante: até maio, eram 24,49% dos casos. Em 2020, início da série histórica, o percentual era de apenas 12,24%.

Reprodução/Freepick



Pit bull na mira

O Supremo Tribunal Federal vai analisar a constitucionalidade de uma lei e um decreto de Santa Catarina, do governador Jorginho Mello (PL), que proíbem a criação e a comercialização de cães da raça pit bull e de seus cruzamentos. Ajuizada pela Associação Intercontinental de Cinofilia (AIC), a ação será relatada pelo ministro André Mendonça.

Senado / Redes Sociais



Veto a parentes

Tramita no Senado projeto que propõe o impedimento da atuação de cônjuges, companheiros ou companheiras ou parentes de magistrados até terceiro grau nos tribunais em que estes integram. A medida também valeria para familiares de membros do Ministério Público. A proposta é do senador Jorge Kajuru (PSB-GO).

Carlos Alves Mora/Secom/STF



"A defesa que o Supremo faz (de Alexandre de Moraes) é sem procurar conflito com ninguém. Não é escalar o conflito. O conflito faz mal ao país"

Ministro Luis Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

Visão do Direito

Luis Carlos Alcoforado
Advogado

Estado Democrático de Direito e liberdade de expressão

A democracia, fruto principal do liberalismo, é regime político que exige radicalidade e radicalismo, porque, na sua essência ou razão de ser, no núcleo de sua força se acha a liberdade, notadamente a que exprime o direito à livre manifestação do pensamento, como condição existencial do homem. Permite que os homens manifestem toda e qualquer opinião, inclusive, contra as instituições, como meio legítimo de discutir a sua funcionalidade política e constitucional.

As instituições devem cumprir seus deveres, entre os quais o de respeitar as posições ideológicas que, inclusive, desafiem o dogmatismo da lei, também suscetível de críticas, ainda que acerbas. O pensamento, na democracia, não pertence ao Estado nem ao governo, mas ao cidadão que, mesmo em excessos repudiáveis, tem o direito legítimo e legal, amparado pela Constituição da República, de criticar e, mesmo desqualificar as instituições, sob a proteção da livre manifestação do pensamento, insuscetível de controle ou censura.

Os desvios no exercício da livre manifestação do pensamento não se sujeitam à inibição do Estado, mas, evidentemente, são alvejados por pretensões a direitos reparatórios, com justo ressarcimento ao patrimônio moral ou material, quando lesado por excesso refugado pelo regime jurídico. A exposição do pensamento é categoria jurídica afinada com o espírito liberal que permeia a democracia de valores inconfundíveis, que pertencem ao

indivíduo ou à coletividade, como liberdade conquistada contra o casuísmo ou a arbitrariedade, violências cravadas por abuso de poder, sob mimetismo de desviada competência ou atributo constitucional.

Em momento algum, a Constituição tolera que se promova a capitulação da liberdade de expressão ou do pensamento, ainda que sob jurisdição da mais alta Corte de Justiça do Brasil. O pretexto de ameaça às instituições não passa de raquitismo jurídico, divorciado do espírito democrático que, expressamente agigantado na Constituição, como conquista do povo brasileiro, cuja liberdade de pensamento fora tolhida nas ditaduras varguista e militar.

É traumático para a democracia que manifestação do pensamento, mesmo quando extrapola os limites da civilidade e urbanidade, comporte punição na modalidade de pena restritiva de liberdade, como sanção penal inspirada em modelo e regime jurídicos típicos de estado de exceção.

A truculência verbal não passa de violência aos princípios da educação, plenamente sujeita a reparações e indenizações no plano civil, sem engajamento no campo do direito penal sancionatório, exceto nos casos de crimes contra a honra. Não se pode estreitar ou limitar, sob a provocação da subjetividade, as condições segundo as quais se tolera ou se aceita a livre manifestação do pensamento.

O pensamento e a ideia são categorias que tocam os espíritos livres, aos quais se licencia

toda forma de manifestação ou exteriorização, sem risco de censura, ainda que traga dolorosa insatisfação por força de seus efeitos nefastos.

Calibrar os limites da liberdade de expressão ou pensamento é truque para cercear a democracia. Como guardião da Constituição, impõe-se ao Supremo Tribunal Federal expressar irrestrita fidelidade à vontade do constituinte no tratamento ao princípio da liberdade de manifestação do pensamento, ao invés de construir dicção jurisprudencial, perigosa e atrevida, se prevalentes os preceitos constitucionais.

Para proteger-se, o STF se expõe numa sinuosa edificação de entendimento jurídico, completamente avesso e conflitante com a Constituição, que salvaguarda a livre manifestação do pensamento. A construção gelatinosa estimula o surgimento de novas e graves decisões, em toda jurisdição brasileira, as quais venham a sacrificar o princípio da livre manifestação do pensamento, premissa que permite a conclusão de que a decisão do STF carece de pedagogia e profilaxia.

Com a Constituição de 1988, incorporou-se ao patrimônio do cidadão o direito intocável à livre manifestação do pensamento, por força da soberania popular, a mais legítima fonte do Poder, motivo por que jamais pode ser mutilado, limitado, banido ou afrontado, sob pena de gritante inconstitucionalidade.

A liberdade de expressão não comporta as rédeas controladoras dos agentes do Estado,

manejas segundo a compreensão e interesse da circunstância, haja vista que se trata de direito definitivo e pétreo, enquanto o Brasil tiver hígida a Constituição resultado da Assembleia Nacional Constituinte, a qual nasceu para que soberania popular fosse respeitada.

Cabe lembrar que o Brasil ainda vive sob a égide do Estado Democrático de Direito, recuperado para dar longevidade à liberdade, a mais sincera condição de existência de um povo que pode se manifestar sem ser cerceado ou castigado com instrumentos inadequados na democracia. Observância à constitucionalidade dos atos do Estado é direito da cidadania!

Mitigar ou atentar contra a livre manifestação do pensamento significa sepultar a liberdade e mutilar a Constituição, com desprezo ao Estado Democrático de Direito. Mais: implode a democracia, silencia o povo e impõe regime seletivo para punir adversários, pelo simples direito de falar, contestar, criticar, denunciar...

O STF adotou uma Constituição que já não é da República e da Assembleia Nacional Constituinte, expressão suprema da soberania popular, mas, certamente, pessoalíssima. No entanto, o STF, que já foi de todos os brasileiros, mesmo com as defectividades de prestações jurisprudenciais, conflitos de interesse, mutabilidade de seus antecedentes, preferiu instrumentalizar, politicamente, sem a necessária imparcialidade para reafirmar o direito constitucional, o poder sem freios.

Tempos nebulosos!

Visão do Direito

Bruno Maciel
Advogado especialista em direito trabalhista e sócio da Advocacia Maciel

Nova regra para trabalho aos domingos e feriados: o prazo mudou, mas o desafio continua

Após sofrer seu segundo adiamento, a Portaria nº 3.665/2023, que altera as regras para o trabalho aos domingos e feriados, só passará a vigorar em março de 2026. A norma torna obrigatória a autorização expressa em convenção ou acordo coletivo com o sindicato da categoria para que esse tipo de jornada seja permitido.

Para muitos, a prorrogação foi um alívio temporário. Mas trata-se de mais do que isso: é uma janela estratégica de tempo, uma oportunidade concreta para que as

empresas se preparem antes que a exigência entre em vigor de forma definitiva.

Mesmo sem ter entrado em vigor, a nova norma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já projeta impactos relevantes, especialmente sobre setores do comércio que, até então, operavam em feriados com base em autorizações legais ou municipais. Supermercados, shoppings, lojas de rua e diversos outros segmentos estão no centro dessa mudança.

A prorrogação, sem dúvida, foi positiva. Ela dá às empresas a chance de se

prepararem melhor e conduzirem negociações sindicais com mais maturidade e estratégia. No entanto, não se deve subestimar o impacto estrutural da regra. Para setores que dependem do funcionamento contínuo, a exigência de convenção coletiva para abrir aos feriados pode representar um desafio logístico e financeiro considerável.

Entre os impactos previstos estão o aumento de custos, a necessidade de reestruturação das escalas de trabalho e até o fechamento temporário em datas de grande

movimento, que pode resultar em perdas expressivas de receita e, em última instância, em repasses ao consumidor.

Além disso, os riscos legais são reais para as empresas que não se adaptarem até 2026: ações trabalhistas, multas e até paralisações estão no horizonte. Por isso, o diálogo com os sindicatos deve começar o quanto antes. Não se trata apenas de cumprir a nova regra, mas de construir acordos que assegurem segurança jurídica, previsibilidade e continuidade operacional.

Visão do Direito



Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima

Sócia do escritório Callado, Petrin, Paes & Cezar Advogados, especialista em direito eleitoral e membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SP

Código Eleitoral completa 60 anos: entre a importância histórica e a urgência de atualização

Em 15 de julho de 2025, o Código Eleitoral brasileiro (Lei nº 4.737/1965) completou 60 anos de existência. Promulgado em pleno regime militar, o texto legal buscava institucionalizar o processo eleitoral, trazendo maior previsibilidade e estrutura às eleições nacionais. Passadas seis décadas, é inegável a importância desse marco normativo, mas também é evidente que o sistema eleitoral brasileiro necessita de atualização para refletir os valores democráticos e os desafios do século XXI.

O Código Eleitoral surgiu em um momento em que o Brasil buscava consolidar a organização das eleições sob a égide do controle estatal. A promulgação do Código de 1932 já havia representado um avanço relevante com a criação da Justiça Eleitoral, o estabelecimento do voto obrigatório e secreto, e a permissão do voto feminino, mesmo que limitado ao universo de mulheres solteiras ou viúvas e que fossem economicamente ativas.

Mas a edição do Código de 1965

sistematizou e aprofundou os mecanismos de fiscalização, propaganda, alistamento, votação (tonando voto obrigatório para homens e mulheres, apenas limitados pela idade — 18 anos). Mesmo diante do contexto autoritário, a legislação foi crucial para a institucionalização do processo eleitoral, estabelecendo garantias para o livre exercício do voto, e permitiu, anos mais tarde, a redemocratização do país com alguma base normativa sólida.

Muitos dispositivos previstos naquela época permanecem válidos até hoje, inclusive, sendo a espinha dorsal de temas como a propaganda eleitoral, os crimes eleitorais e o processo eleitoral propriamente dito. Contudo, a manutenção de uma legislação redigida há mais de meio século em um país em constante transformação gera, inevitavelmente, anacronismos, contradições e lacunas.

Atualmente, convivemos com uma estrutura eleitoral complexa, formada por um emaranhado de normas esparsas: o Código Eleitoral, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), a Lei

dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), a Lei da Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64/1990), além de resoluções do TSE e normas constitucionais. E essa fragmentação legislativa dificulta a compreensão e a aplicação uniforme das regras eleitorais, o que compromete a segurança jurídica.

O momento seria oportuno para a aprovação de um novo Código Eleitoral, mais coeso, moderno e democrático. A proposta de um Código unificado já tramita no Congresso Nacional há anos, mas enfrenta resistências políticas, sobretudo por tratar de temas sensíveis, como a maior participação feminina na política, por meio do estabelecimento de percentual mínimo de vagas a serem ocupadas no Legislativo; alterações na “Lei da Ficha Limpa”; regulamentação da propaganda eleitoral na internet e as consequências dos atos abusivos; financiamento eleitoral e fidelidade partidária.

Entre os pontos que demandam urgente revisão estão: a sistematização das regras de propaganda eleitoral à luz das redes

sociais e das novas tecnologias de comunicação; o aperfeiçoamento dos mecanismos de combate à desinformação; a revisão do sistema de sanções por condutas vedadas; e, sobretudo, a consolidação das normas em um texto único e claro.

A democracia brasileira avançou significativamente desde 1965, e o Código Eleitoral, apesar de sua importância histórica, já não dá conta das exigências de um sistema eleitoral inclusivo, transparente e eficiente. A modernização da legislação não deve ser vista como ruptura com o passado, mas como reconhecimento de que a democracia é um processo em constante construção — e que exige regras compatíveis com a realidade do presente e as aspirações do futuro.

Revisitar o Código Eleitoral em seus 60 anos é, portanto, não apenas um exercício de memória institucional, mas também um chamado à responsabilidade do legislador para fortalecer as bases do regime democrático brasileiro.

Visão do Direito



André Coura e Antônio Silvério Neto

Advogados criminalistas e fundadores do Coura e Silvério Neto Advogados

IOF, governabilidade e apostas: o que está em jogo no tabuleiro institucional

Recente derrubada pelo Congresso Nacional do decreto presidencial que aumentava a alíquota do IOF sobre operações financeiras revelou muito mais do que um impasse fiscal. O episódio tornou explícita a crise de governabilidade enfrentada pelo Executivo e escancarou o avanço de grupos de interesse sobre temas estratégicos para o Estado brasileiro. O caso das apostas esportivas, as chamadas bets, é exemplar nesse cenário. Com forte atuação no Congresso e tentáculos em diversas esferas do poder, o setor tem influenciado decisões que deveriam se pautar por critérios técnicos, e não por pressões corporativas.

O IOF, embora seja um tributo com função regulatória, foi utilizado pelo Ministério da Fazenda como instrumento de recomposição fiscal. A ideia era elevar a alíquota de 1,1% para 3,5% nas remessas ao exterior, o que geraria cerca de R\$10 bilhões por ano e ajudaria a conter o déficit público. O objetivo fiscal, no entanto, esbarrou em resistências políticas. Sem aviso prévio, o presidente da Câmara dos Deputados pautou a votação que

derrubaria o decreto presidencial, selando uma das maiores derrotas legislativas do governo Lula. Conforme apontado pelo cientista político Sérgio Abranches, o Brasil vive hoje uma disfunção do modelo de governabilidade: um Legislativo fortalecido, mas cada vez mais distante do interesse público.

O pano de fundo desse embate está ligado, em parte, ao poder de articulação de setores específicos. Reportagem da revista *Piauí* de julho revelou que parlamentares ligados ao setor de apostas, a chamada “bandada do Tigrinho”, atuaram diretamente para bloquear o aumento da tributação das bets, que passaria de 12% para 18%. Os mesmos parlamentares também foram ativos na derrubada do IOF. Ao que tudo indica, o efeito prático foi um duplo recuo fiscal. O governo perdeu a chance de reforçar a arrecadação em um setor bilionário e viu frustrada sua tentativa de compensação por meio do IOF.

Toda essa celeuma exige uma análise, também, à luz do direito penal e econômico. A Constituição confere ao Estado não apenas o poder de tributar, mas o dever de proteger o

interesse coletivo, especialmente em setores que envolvem riscos sociais, como é o caso das apostas on-line. As evidências de movimentações suspeitas, lavagem de dinheiro, uso de benefícios sociais para jogar e a relação promíscua entre operadores e agentes públicos revelam uma teia que precisa ser enfrentada com instrumentos de controle, transparência e responsabilização.

A atuação da CPI das Apostas, que terminou sem relatório aprovado — algo inédito —, reforça a percepção de impunidade. Mesmo com indícios graves revelados por Relatórios de Inteligência Financeira — como a evolução patrimonial sem justificativa de operadores e a possível compra de decisões judiciais —, os trabalhos foram minados por manobras internas e pela ação coordenada de parlamentares aliados às casas de apostas.

Ao enfraquecer os mecanismos de controle tributário e blindar segmentos com alta capacidade de mobilização e recursos, o Congresso compromete a isonomia fiscal e a credibilidade das instituições. Do ponto de vista penal, é preocupante observar a banalização

de condutas que podem configurar crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro e corrupção. A ausência de responsabilização efetiva, tanto de empresas quanto de agentes públicos envolvidos, contribui para a perpetuação de um ambiente de insegurança jurídica e de descrença no sistema de Justiça.

Mais do que um conflito entre Executivo e Legislativo, a crise em torno do IOF é reflexo de um desequilíbrio institucional mais profundo. O Brasil precisa decidir se seguirá um caminho de responsabilidade fiscal e transparência ou se continuará a permitir que setores específicos capturem o processo decisório em benefício próprio. Isso exige compromisso dos Poderes da República com o interesse público.

A regulamentação das apostas e a política tributária não podem ser reféns da conveniência política. Precisam ser tratadas como políticas de Estado, com base em evidências, proteção social e rigor fiscal. Afinal, o que está em jogo não é apenas a arrecadação, é a integridade das instituições e o futuro da governabilidade democrática no país.

Visão do Direito



Thiago Esteves Barbosa

Advogado e mestre em ciência política pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados

O padrão brasileiro de confrontos entre protagonistas do poder

No Brasil, quando duas figuras de grande estatura política entram em confronto direto, raramente há um vencedor duradouro. Em vez de vitórias claras, o que se repete é um padrão de erosão mútua: um dos lados sofre no curto prazo, seja por cassação, prisão, seja por renúncia; o outro, embora pareça preservado, enfrenta perda de capital simbólico, isolamento político ou desgaste institucional no médio e longo prazo.

O caso emblemático de 1954 ilustra o fenômeno. Sobrevivente do atentado da Rua Tonelero, Carlos Lacerda deixou de ser apenas um opositor barulhento para se tornar peça central na pressão que levou Getúlio Vargas ao suicídio. A tragédia projetou Lacerda nacionalmente, mas redefiniu sua trajetória. A comoção popular revalorizou o presidente, e Lacerda passou a carregar o estigma de conspirador. Seu discurso intransigente ainda o levou ao governo da Guanabara, mas inviabilizou o principal objetivo: chegar ao Planalto.

Décadas depois, o Mensalão produziu um embate de alta voltagem entre o então ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e o ministro José Dirceu. Dirceu, além de deixar a Casa Civil do Governo Lula, perdeu o mandato, foi condenado e preso, tornando-se símbolo da derrocada de um projeto de poder. Barbosa, por sua vez, emergiu como “paladino do combate à corrupção”, alcançando popularidade inédita para um magistrado. Porém, ao aposentar-se do STF em 2014, alegando motivos de saúde, viu-se sem base partidária ou coalizão de apoio. Tentou testar sua força eleitoral em 2018, chegou a liderar pesquisas preliminares, mas desistiu da disputa presidencial poucos meses depois. Parte do eleitorado que o saudara em 2012 migrou para outras candidaturas: setores conservadores questionavam suas posições sobre direitos civis e grupos progressistas viam nele o rosto de um processo que consideravam politizado. Barbosa terminou a década mais distante da arena pública, ilustrando o custo de longo prazo que esses confrontos podem impor ao protagonista que, inicialmente, parece triunfante.

O impeachment de Dilma Rousseff é outro caso revelador. A então presidente foi afastada por decisão do Congresso, sob a condução de Eduardo Cunha, que mesmo sendo alvo de denúncias graves, operou o

“Presidentes da República, ministros do STF, procuradores-gerais ou presidentes da Câmara podem, em determinados contextos, conduzir embates que deixam de ser impessoais e passam a ser travados em nome próprio. O sistema resiste, mas não sem custos”

processo que levou à deposição da presidente com habilidade regimental e apoio de parte da base aliada. Dilma perdeu o cargo, mas conservou parcela de seu capital simbólico e consolidou a narrativa de que sofreu uma injustiça política. Cunha, por sua vez, enfrentou rapidamente uma série de desdobramentos judiciais e políticos: foi cassado, preso e perdeu a capacidade de articulação institucional que havia acumulado. Sua trajetória, profundamente marcada por aquele embate, ilustra mais uma vez o padrão de dano recíproco.

A Lava-Jato reforça esse padrão. A operação foi se consolidando, ao longo de meses, como um fenômeno inédito no sistema judicial brasileiro: partindo de investigações sobre corrupção na Petrobras, tornou-se uma força-tarefa com poder de pautar o debate público, mobilizar a opinião popular e influenciar diretamente o sistema político. Seu crescimento foi marcado por uma dinâmica de encadeamento narrativo, na qual novas fases e personagens eram apresentados quase semanalmente, em coletiva de imprensa com forte apelo simbólico e estético. Nesse contexto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o principal alvo. Suas denúncias, condução coercitiva, condenações e prisão consolidaram o que muitos viam como o ápice do combate à corrupção. Por outro lado, também alimentaram a percepção, em amplos setores da sociedade, de que havia uma personalização da justiça e um uso político das instituições judiciais. Sergio Moro, então juiz de primeira instância, e Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa no Ministério Público, ascenderam como protagonistas públicos da operação. Ganharam espaço na mídia, apoio de parcelas expressivas da população e protagonismo institucional — mas também acumularam críticas quanto à seletividade e aos métodos empregados. Lula, impedido de disputar a eleição de 2018, foi preso por mais de um ano. No entanto, em 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou

suas condenações e declarou a parcialidade do então juiz. A decisão teve efeitos devastadores para a imagem pública da operação. Moro e Dallagnol, agora figuras políticas, passaram a enfrentar uma série de revezes: o primeiro, hoje senador, foi alvo de uma ação no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e no TSE por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022 — uma iniciativa que expôs sua atuação política; o segundo foi considerado inelegível pelo TSE. O que começou como um esforço institucional de combate à corrupção tornou-se, ao fim, um conflito político-judicial de alta intensidade, que afetou profundamente todos os seus protagonistas — e tensionou as estruturas do sistema democrático.

O confronto entre ex-presidente Michel Temer e o então procurador-geral Rodrigo Janot também exemplifica o fenômeno. Durante seu mandato, Temer foi denunciado duas vezes por Janot, com base em delações de executivos da JBS. O presidente, no entanto, resistiu, manteve a base aliada no Congresso e impediu o prosseguimento das denúncias. Deixou o governo com o capital político reduzido e popularidade muito baixa. No entanto, anos depois, voltou a ser reconhecido como liderança política relevante, especialmente por setores da elite política e empresarial, que valorizam sua capacidade de articulação e sua agenda de reformas. Ainda assim, sua impopularidade crônica inviabilizou qualquer projeto eleitoral nacional. Já Janot encerrou seu mandato isolado, sob suspeitas de excessos e politização, e não voltou a exercer papel relevante no debate público institucional.

Esses episódios têm início, na maior parte das vezes, por canais institucionais legítimos: delações homologadas, pedidos de impeachment amparados em fundamentos formais, denúncias amparadas por prerrogativas constitucionais. O problema não está exatamente na ausência de mecanismos de

controle — mas nos excessos cometidos por alguns de seus operadores, que, ao extrapolar os limites de suas funções, transformam embates institucionais em confrontos personalizados. Trata-se menos de uma falha estrutural e mais de um sistema que demora a conter — e nem sempre contém — esses excessos a tempo de evitar danos amplos.

Por que isso acontece? Diversos estudos apontam a combinação de presidencialismo de coalizão, fragmentação partidária e judicialização como elementos que ampliam a margem para disputas personalistas. Mas há outro fator decisivo: a possibilidade de atores institucionais acumularem protagonismo excessivo, sem contrapesos imediatos. Presidentes da República, ministros do STF, procuradores-gerais ou presidentes da Câmara podem, em determinados contextos, conduzir embates que deixam de ser impessoais e passam a ser travados em nome próprio. O sistema resiste, mas não sem custos.

O embate vigente entre ex-presidente Jair Bolsonaro e o ministro Alexandre de Moraes sugere repetição do padrão. Bolsonaro já acumula inelegibilidade e diversas investigações. Moraes, encarregado de processos sensíveis no STF e no TSE, tornou-se uma das figuras mais centrais da República — e, também, um alvo preferencial de críticas. Seu protagonismo pode conferir-lhe prestígio institucional duradouro ou cobrar um preço alto, caso parte significativa da sociedade passe a vê-lo mais como ator político do que como magistrado.

Em estudo acadêmico que desenvolvo, denomino esse fenômeno de “embates assimétricos de dano mútuo”: confrontos entre “gigantes” que geram prejuízos relevantes para ambos, mas de maneira desigual no tempo, na forma e na intensidade. Muitas vezes, o maior impacto não é pessoal, e sim institucional. Tribunais têm sua legitimidade questionada, o Ministério Público se politiza e, o parlamento, paralisa-se. O dano colateral, portanto, não é menor; pode ser gravíssimo e deflagrar novas crises.

Não se trata de condenar o conflito político — inerente à democracia —, mas de reconhecer que sem mediação eficaz e a tempo, o embate personalista converte-se em autodestruição compartilhada. E quando os protagonistas caem, não raro é o próprio sistema que sangra.



Visão do Direito



Marcello Terto e Silva

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Acesso à Justiça em risco

O combate à chamada “litigância predatória” tem ganhado força no Judiciário e agora no Legislativo, com um discurso que promete racionalidade, mas frequentemente resulta em exclusão. A tônica do enfrentamento da litigiosidade, sobretudo das demandas repetitivas em matéria de consumo, tem promovido distorções conceituais e práticas processuais que comprometem o direito fundamental de acesso à Justiça, atingindo de forma desproporcional os mais vulneráveis.

O projeto de lei 3.191/2019, em tramitação no Senado, evoluiu para uma proposta de revogação da política de gratuidade das custas judiciais na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis, atingindo em cheio os consumidores. O argumento? Combater abusos processuais e incentivar o uso “responsável” do Judiciário. A consequência? A imposição de mais uma barreira aos hipossuficientes, que recorrem à Justiça como último recurso frente às práticas abusivas de grandes empresas.

Em audiência pública promovida pela OAB do Rio de Janeiro, alertamos para o retrocesso dessa proposta. A gratuidade nos

Juizados Especiais não é um privilégio, mas um instrumento de concretização do direito fundamental de acesso à Justiça, consagrado na Constituição de 1988. Ela representa o reconhecimento institucional da vulnerabilidade do consumidor, cuja condição de parte mais fraca nas relações de consumo está expressamente reconhecida no Código de Defesa do Consumidor (CDC), especialmente nos artigos 4º, I, e 6º, VIII.

O Judiciário, por sua vez, tem adotado políticas de gestão da litigiosidade que confundem quantidade com má-fé e repetição com abuso. É o que demonstrou o grupo técnico que avaliou as origens da então chamada “litigância predatória”. O diagnóstico revelou que os principais vetores da sobrecarga judicial são as falhas na regulação de mercados e os comportamentos sistemáticos de violação de direitos por grandes litigantes — bancos, empresas de telefonia, planos de saúde, entre outros. São essas condutas que multiplicam conflitos e empurram milhões de consumidores à judicialização.

Ignorar esse dado estrutural e punir o consumidor pelo excesso de demandas significa inverter a lógica da Constituição. A

multiplicação de processos não é, por si só, sinônimo de abuso, mas um sintoma de que algo vai mal na entrega de serviços essenciais. É justamente nesse contexto que a Justiça deve funcionar como instrumento de reequilíbrio social, e não como mecanismo de exclusão.

No entanto, a estratégia institucional de racionalização do acervo processual tem sido contaminada por uma cultura de generalização e preconceito contra o polo ativo das ações repetitivas. O uso da imprecisa expressão “litigância predatória”, como temos denunciado, termina por associar de forma leviana a advocacia de massa à fraude, e o exercício legítimo do direito de ação à má-fé. Pior: tem servido de fundamento para decisões judiciais que impõem exigências documentais excessivas, sem previsão legal, retardando ou inviabilizando o trâmite das ações.

É nesse ponto que merece destaque a postura recente do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema Repetitivo 1198 (REsp 2.021.665/MS), que não só substituiu o termo “predatória” por “abusiva”, mas estabeleceu balizas de racionalidade, impedindo que o poder cautelar seja convertido em obstáculo generalizado ao acesso à Justiça,

especialmente em ações fundadas em relações de consumo. A decisão sinaliza um caminho de equilíbrio, que protege o sistema sem sacrificar direitos.

O direito à tutela jurisdicional efetiva é cláusula pétrea. Não se trata apenas de abrir as portas do Judiciário, mas de garantir que elas permaneçam acessíveis, especialmente àqueles que mais precisam. O Estado tem o dever constitucional de promover, na forma da lei, a defesa do consumidor. A “forma da lei” é o CDC. E o CDC parte do reconhecimento da vulnerabilidade estrutural do consumidor. Transformar esse direito em privilégio é ferir de morte o pacto civilizatório que nos sustenta.

O enfrentamento da litigiosidade exige inteligência institucional, diálogo interinstitucional e comprometimento com a democratização da Justiça. Não se pode admitir que, em nome da eficiência, se perpetue uma lógica excludente, que pune a vítima e absolve o infrator. É tempo de recuperar a centralidade do ser humano no sistema de justiça — e isso começa por reconhecer que o consumidor não é problema: é titular de direitos. E a ele, o Estado deve respostas, não obstáculos.

Visão do Direito



Livia Ribeiro Alves dos Santos

Advogada da área de direito de família e sucessões do escritório Suzana Cremasco Advocacia

Quando os papéis se invertem: filhos que abandonam os pais

Vivemos tempos em que o envelhecimento da população brasileira nos impõe novos olhares sobre os vínculos familiares. Um deles diz respeito à responsabilidade dos filhos pelos pais idosos, especialmente quando esses se encontram em condição de fragilidade emocional, física ou até mesmo financeira. Em meio a essa circunstância, ganha importância um tema que, embora bastante sensível, é cada vez mais recorrente no Poder Judiciário: filhos que abandonam seus genitores.

A legislação brasileira é clara quando diz respeito aos direitos dos idosos: os filhos maiores têm o dever de amparar seus genitores. Essa obrigação está expressa no artigo 229, da Constituição, nos artigos 1.694 e 1.696, do Código Civil, e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) que, por sua vez,

reforça que a família, a sociedade e o Estado devem atuar conjuntamente para assegurar ao idoso, com prioridade absoluta, os direitos fundamentais à vida, à saúde, ao respeito e à dignidade. Mas o que acontece quando esse dever é ignorado pelos filhos?

O Poder Judiciário tem reconhecido que o abandono afetivo e material de idosos configura violação de dever legal e moral/afetivo. Há casos em que filhos foram condenados ao pagamento de pensão alimentícia a genitores idosos, como forma de compensar a ausência de assistência e garantir a subsistência material desses familiares. Por outro lado, há também decisões que afastam essa obrigação. É o caso em que o pai ou a mãe, durante a vida, não exerceram minimamente o papel parental.

Um exemplo emblemático é o

juízo ocorrido no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que negou alimentos a um pai que havia comprovadamente abandonado os filhos desde a infância. Para os magistrados, “a sementeira é livre, mas a colheita é obrigatória”.

Em outra decisão, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), uma idosa acamada e em situação de vulnerabilidade social foi acolhida em instituição de acolhimento e longa permanência, após constatação de abandono por parte da filha. O Tribunal estadual ressaltou que, diante da omissão familiar, caberia ao Estado agir para proteger a dignidade da pessoa idosa, mesmo que isso signifique a judicialização da assistência.

O dever de cuidado dos filhos em relação aos pais idosos é claro e inafastável. A Constituição estabelece que os filhos

maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Quando os filhos se omitem diante da necessidade de seus pais idosos, seja no aspecto afetivo, seja no campo material, devem ser responsabilizados judicialmente. O envelhecimento não retira da pessoa sua dignidade, ao contrário, exige uma atuação mais comprometida da família e do Estado para assegurar-lhe uma vida com dignidade, qualidade e respeito. O abandono de idosos não é apenas uma injustiça silenciosa, mas uma violação do dever legal de cuidado. A atuação do Poder Judiciário representa um avanço na efetivação dos direitos fundamentais da pessoa idosa. E, mais do que isso, evidencia que o direito pode ser um instrumento de reparação e proteção da dignidade humana.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 31 de julho de 2025

Para anunciar ▶ **3342-1000**
1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1
IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário
1.1 APARTHOTEL
INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO
MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!


VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

2 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
OCEANIA RESIDENCE Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62,75m² varanda 99562-4472 cj25698

1.2 **ÁGUAS CLARAS**
3 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE Res Natália Valois 3 qtos 1 suíte 1 vaga 70m² armários 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE
QUITINETES
PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
SR. IMÓVEIS
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m² 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazado, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

1.2 **ASA SUL**
ASA SUL
1 QUARTO
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
PARK SUL excelente apto 1 qto 50m². Tr. 3033-3865 / 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS
SR. IMÓVEIS
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS
****PARTICULAR****
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO
3 QUARTOS
QD 403 Apto 3qts nascente vazado ac menor valor 99983-1953 c3149

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ
2 QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m² ár útil cj5211 3322-3443

1.2 **GUARÁ**
J RIBEIRO VENDE

 AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m² CJ 5211. Tr: 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE
3 QUARTOS
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m² 3 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 **NÚCLEO BANDEIRANTE**
NÚCLEO BANDEIRANTE
2 QUARTOS
RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
RECANTO DAS EMAS
3 QUARTOS
GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos,, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

SAMAMBAIA
2 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m² 2 vgas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA
2 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

1.2 **VALPARAÍSO**
VALPARAÍSO
2 QUARTOS
INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qts sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 CASAS
ÁGUAS CLARAS
4 OU MAIS QUARTOS
ACONTECE IMOBILIÁRIA

 QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m² área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CEILÂNDIA
4 OU MAIS QUARTOS
GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos,, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

GUARÁ
3 QUARTOS
ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m², 180m² construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRÍCOLA Bernardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m² var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qts 2 stes 300m² ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

1.3 **NÚCLEO BANDEIRANTE**
NÚCLEO BANDEIRANTE
3 QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB

 COL AGRÍCOLA Arni-queiras Res Park Veredas 6qts 4sts lt 1000m² 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m² 504m² const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m² de a.constr. terreno de 2.500m² 3552-4358 c/12179

RECANTO DAS EMAS
3 QUARTOS
GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos,, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m² cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111
1.3 **SOBRADINHO**
SOBRADINHO
4 OU MAIS QUARTOS
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m² c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA
3 QUARTOS
CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m², área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m², área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m² cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179



**CHAMA
NO ZAP!!**

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

CLRN 714 Bloco G Frente para W3. Desocupada. Tr: (61) 98401-3270/3327-0621 c472

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guarará Tr.99857115 c1533

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. tima localização. Exc. Oportunidade de 99418-8477 cj21694

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.4 ASA SUL

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Bairro c/água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

RITA LANDIM VENDE PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

OUTROS ESTADOS

ABREULÂNDIA-TO Fazenda 108ha em Abreulândia/TO, lote 37, gleba 08, Lot. Marianópolis. Inicial R\$ 994.501,00 (Parcelável) galvanileiloes.com.br 0800-707-9272

PIRENOPOLIS Vendo Chácara 51.000m2 a 17km da cidade, casa c/ 2 suítes, sala, banh. social, cozinha, área grande, córrego no fundo. R\$ 780 mil Tr. c/ Lazaro (62) 9.9165-5649

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 102 al 3q ref a.emb sl cz wc asv \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.
BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ aprox 51,79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m \$ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc \$900 99157-7766 c9495

2.4 CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m \$ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc \$900 99157-7766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

CHEVROLET

CAMARO 2SS 17/17
Azul Perolizado, Apenas 4.000km com Teto Solar e Opcionais, Configurado p/Perfeccionista. Estado de Okm. Ainda no Plástico! Único no Brasil! Valor R\$ 360.000,00 Contato: (61) 99189-2103

VOLKS

GOL/07 R\$15.500 vendido/troca pref Pick-up 99969-9595/99909-7931

GOL/07 R\$15.500 vendido/troca pref Pick-up 99969-9595/99909-7931

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

TOYOTA

VENDE-SE CAMINHONETE
HILUX 09/10 automática, prata motor na garantia inteira. Tratar 99954-8478 Ladislau ou 998186155 Gervasio.

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

ACHADOS E PERDIDOS

EXTRAVIO DE DIPLOMA
EU KARLA REGINA Da Silva, comunico o extravio do Diploma do Curso de Graduação em Medicina realizado na Universidade Cristiana De Bolivia - Santa Cruz De La Sierra - Bolívia, concluído no ano de 2007.

CONVOCAÇÕES

A EMPRESA SOS Comércio de Alimentos LTDA, CNPJ 42.256.117/0001-80, convoca a funcionária Laisa Rafaela Rodrigues Fonseca Ribeiro CPTS nº 4558831 sUrie 0060 DF à comparecer ao seu local de trabalho, em um prazo de 24h para tratar de assunto referente as suas verbas rescisórias!

MÍSTICOS

DONA PERCÍLIA
Consultas, Cartas, Tarô, búzios. Fazemos e desfazemos todos os tipos de trabalho, inclusive para o amor, união amorosa, ambos os sexos.

MARQUE SUA CONSULTA:
(61) 98109-2975
(61) 3971-2575

KAROL DE PADILHA CARTOMANTE * * * * *
sensitiva médium. Relevoções e Magia. (61) 99155-1267 P. Sul.

5.2 MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS
ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

DONA PERCÍLIA
CARTAS E TAROT Búzios, Trabalho para todo os fins. Amarrão amorosa, harmonia familiar, abertura de caminhos. Marque sua consulta. Contatos: (61) 98109-2975 ou 3971-2575 - QSA 07 casa 14 Taguatinga Sul, Rua do Colégio Guinness.

KAROL DE PADILHA CARTOMANTE * * * * *
sensitiva médium. Relevoções e Magia. (61) 99155-1267 P. Sul.

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ: 00.000.208/0001-00

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O Banco de Brasília S.A. - BRB, na condição de Agente Financeiro e Executivo, nos termos da Lei 4.276, de 19/12/2008, CONVOCA os signatários de Cédula de Crédito, referente a operações com recurso do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEF, programas Pró-DF II e IDEAS, a se manifestarem sobre o interesse em participar da oferta pública para a liquidação antecipada prevista em Lei. A proposta deverá conter a manifestação de interesse em participar do leilão e a autorização para divulgação de dados do financiamento. O documento deve ser entregue no Centro Empresarial CNC - ST SAUN, Quadra 05, lote "C", Bloco "B", 7º andar, GEGOV, até 21/08/2025, em papel timbrado e com firma reconhecida, ou por meio eletrônico, no endereço fundefe@brb.com.br, em papel timbrado e com assinatura eletrônica da empresa. Luiz Eduardo Brito Mendes Couto - Gerente de Produtos de Governo.

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)98194-7225

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE COZINHEIRO (A), CHAPEIRO, Aux.de cozinha. Restaurante na Asa Sul. Enviar CV para: restaurantepeeefe405@gmail.com

CONTRATA - SE COZINHEIRO (A) com experiência. Interessados entrar em contato: 61 98176-9286 / 99513-9179

DOMÉSTICA COM refs. Sal + benefícios. Vic. Pires. CV: damattastudio@gmail.com

MANICURE E PEDICURE contrata-se p/ fins de semana 99176-2845

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul 9.8194-7225

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

6.1 NÍVEL BÁSICO

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

CONTRATA-SE MECÂNICO DE BICICLETA. Enviar currículo p/ bicicletecas92@gmail.com (61) 98292-5568.

MOTORISTA ENTREGADOR
CATEGORIA D Salário R\$ 2.000,00 + comissão de venda, produtividade R\$ 150,00 assiduidade R\$ 30, vale alimentação R\$ 640, + alimentação no local de trabalho, vale transporte. Cidade: Sobradinho-DF p/ fazer rota no DF/entorno. Possuir meio de locomoção, flexibilidade de horário. 61 99858-6001 Diego.

PEDREIRO c/ experiência em pastilha, p/ Gama Tratar: 99976-4334.

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE, Pizzaiolo e Cozinheiro. Padaria no Noroeste. Salário comercial + benef. maisrhdf@gmail.com

A MS PLANOS DE SAÚDE ESTÁ SELECIONANDO
AUXILIAR de Escritório, Gerente, Vendedora Externa e Pesquisadores. Entregar currículo ZAP: (61) 98462-7393 (31) 9.9237-7506

CONTABILIDADE
AUXILIAR DE PESSOAL c/ experiência Líder. Enviar CV p/ inacon@solar.com.br

AUXILIAR ADMINISTRATIVO salão de beleza. CV: deniltondelfino@hotmail.com

CONTRATA-SE com ou sem experiência. Fornecemos o curso, ótima oportunidade de ganho. Tratar (61) 99413-8122

6.1 NÍVEL MÉDIO

LE JARDIN BISTROT NO SUDOESTE/DF CONTRATA
AUXILIAR DE COZINHA, Atendente/Cumín/Garçom. Interessados verificar disponibilidade de horário de trabalho e linhas de transporte coletivo. Restaurante fecha às 23h. Enviar currículo no whatsApp para: 61 98141-5106

CONTRATA-SE AUX. ADMINISTRATIVO Comercial para clínica odontológica no Novo Gama-GO, salário R\$ 1.600,00 (durante o período de experiência). Aux. alimentação, vale transporte e gratificações. Enviar currículo para: novogamadentista@gmail.com

CONTRATA-SE CUIDADOR PARA IDOSO. Sal + benefício. V. Pires. CV: damattastudio@gmail.com

DESIGNER GRAFICO
CONTRATO c/ exper. em CORE, Instalador de Placa e ACM. Para trabalhar Recanto das Emas. Enviar currículo: bervan.sucesso@gmail.com

NÍVEL SUPERIOR

REND A EXTRA
GANHE DINHEIRO em casa R\$229,77 por dia Presencial ou online tempo parcial ou integral. Inf: Whatsapp (61) 99975-2030 Oscar Reis

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL MÉDIO

DIARISTA OFERECE seus serviços. Somente faxina. c/referências. Zap 98543-8578

DETRAN DF
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025

Processo nº 00055-00045786/2024-52. Comunico a abertura do Pregão Eletrônico 90004/2025 no dia 14/08/2025 às 09:00. Objeto: Aquisição de equipamentos para modernização do aparato audiovisual da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, conforme as condições constantes no Edital e anexos. Mais informações no e-mail: licitacao@detran.df.gov.br.

Brasília, 30 de julho de 2025.
Livia Barbosa Lucas
Pregoeira

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

LUGARCERTO.COM.BR

portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

lugarcerto
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

Você à frente de tudo



GOLPE!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.